Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2020 | Nº 24.645 | Preço banca: R$ 3,50

Governo eleva para R$ 149,6 bi previsão de déficit para 2021

STF: estados e municípios podem fazer ações contra covid-19 sem União

Página 4

Ampliação de auxílio emergencial pode gerar impacto de R$ 10 bilhões

Página 3

A retração da economia provocada pela pandemia de coronavírus elevou a previsão de rombo nas contas públicas para o próximo ano. Segundo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, encaminhado na quarta-feira, (15) ao Congresso Nacional, o Governo Central – Tesouro Federal, Banco Central e Previdência Social – deverá registrar déficit primário de R$ 149,6 bilhões no próximo ano.

O valor representa o dobro do déficit de R$ 68,5 para 2021 que consta da LDO de 2020. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

O projeto prevê déficit primário de R$ 127,5 bilhões em 2022 e de R$ 83,3 bilhões em 2023. Antes da pandemia de Covid-19, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e diversos secretários da pasta, previam ser possível zerar o déficit em 2022, último ano do atual governo. Desde 2014, o Governo Central tem registrado rombos anuais nas contas públicas.

O déficit para os próximos anos pode piorar porque se baseiam em projeções iniciais que não consideram o impacto do coronavírus. Página 3

Comissão Europeia fará conferência de doadores para financiar vacina

A Comissão Europeia quer apoiar o desenvolvimento de uma vacina para a covid-19 e melhorar os tratamentos. Para isso, vai organizar uma conferência virtual de doadores em 4 de maio, destinada a obter fundos para apoiar as pesquisas.

O anúncio foi feito na quarta-feira, (15), em entrevista, pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Para ela, o desenvolvimento de uma vacina é a "melhor hipótese coletiva de vencer o vírus". Página 3

China apela aos EUA que cumpram obrigações com a OMS

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da China considera que o corte no financiamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), por parte dos Estados Unidos (EUA), é negativo e vai afetar todos os países do mundo. O presidente norte-americano, Donald Trump, anunciou ontem que vai pedir uma investigação na OMS e suspender o financiamento até que saiam as conclusões do inquérito. Reações à decisão ocorrem em todo o mundo.

Zhao Lijian, porta voz do ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, alertou que a pandemia está em um ponto crítico, infectando quase 2 milhões de pessoas. Ele considera que o corte no financiamento vai afetar todos os países e que, por isso, os EUA devem assumir as suas obrigações com a OMS. Página 3

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove. 27º C 15º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,23
Venda: 5,23

Turismo
Compra: 5,21
Venda: 5,52

EURO
Compra: 5,71
Venda: 5,71

Mandetta diz que secretário de vigilância fica no cargo

Foto/Marcelo Casal Jr/ABr

Em entrevista coletiva para atualização de dados da pandemia de covid-19 no país, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, disse que recebeu, na manhã de quarta-feira, (15) o pedido de demissão do secretário de Vigilância em Saúde, Wanderson de Oliveira, e não aceitou a saída do gestor "Nós [ele e sua equipe] entramos juntos e vamos sair juntos", disse Mandetta, no Palácio do Planalto.

No início da tarde desta quarta-feira, o Ministério da Saúde informou à imprensa que Wanderson de Oliveira havia pedido demissão.

Também presente na coletiva, o secretário disse que enviou uma comunicação à sua equipe: "Não pedi demissão diretamente ao ministro, falei à minha equipe. Vamos nos preparar para sair juntos com o ministro Mandetta. Este processo vem sendo discutido há algumas semanas. Chega um ponto que estamos entendendo que vários dos processos estão bem adiantados. Esta etapa agora da emergência é muito mais da assistência do que da vigilância. Mas não vou deixar o ministro e estamos juntos".

Mandetta elogiou a equipe técnica do órgão e disse, no entanto, que a situação de "descompasso" já é pública, tendo inclusive recebido consultas de pessoas que vêm sendo sondadas pelo governo para sua substituição à frente do ministério. Diante da situação, o ministro afirmou que mantém sua posição de só sair por decisão do presidente Jair Bolsonaro ou depois do fim do trabalho neste momento da pandemia.

"Parece que eu sou contra o presidente, mas não. São visões diferentes do mesmo problema. Ninguém é dono da verdade. Eu não sou. Temos um conjunto de informações que nos levam a ter conduta de caut ela", declarou.

O ministro fez uma espécie de balanço sintético de sua gestão e ressaltou que o ministério fez um "trabalho elogiado" por órgãos como Organização Mundial de Saúde e o Banco Mundial. Ele avaliou que o trabalho do ministério foi "bem" e contribuiu, juntamente com outros gestores e com a sociedade, para "achatar a curva" do contágio do coronavírus. (Agência Brasil)

Governo de SP começa a distribuir cestas de alimentos para população em extrema pobreza

Página 2

País tem 3.058 casos de covid-19 em um dia e total sobe para 28.320

O Brasil bateu recorde de casos confirmados do novo coronavírus (covid-19) em um dia. De acordo com a atualização dos números divulgada pelo Ministério da Saúde, na quarta-feira (15), foram registrados 3.058 casos de infecção pelo novo coronavírus, totalizando 28.320. O número de mortes em 24 horas foi de 204, totalizando 1.736 óbitos em todo o país. Página 12

MP de Renda Emergencial preserva mais de 1,7 mil empregos

Página 12

Esporte

Kartódromo Granja Viana reforma trechos do circuito para melhor experiência

Palco de diversas competições nacionais e internacionais do kartismo, o Kartódromo Granja Viana está passando por reformas e melhorias em alguns trechos do circuito para que os pilotos profissionais e amadores aproveitem suas baterias da melhor forma. A organização aproveitou o período sem corridas desta quarentena para colocar em prática sugestões dos próprios pilotos, chefes de equipes e outros usuários do kartódromo.

"Nós iríamos fazer uma reforma, então aproveitamos que tínhamos um material reservado para isso, como cimento e pedras. É uma situação inesperada essa do covid-19, infelizmente não tem lado positivo para nós e estamos na torcida para o fim dessa pandemia. Temos que tentar fazer coisas para não ter um prejuízo tão grande e queremos que a pista continue divertida para o kart indoor e fique ainda mais competitiva para as provas profissionais também", diz Felipe Giaffone, que é proprietário do kartódromo.

Giaffone fez diversos estudos do traçado e utilizou também o conhecimento de outros circuitos internacionais, como o Carlos Sainz Center em Madrid, para modicar algumas zebras, aumentando a possibilidade de novos traçados e criando dinâmicas boas tanto para os karts de competição, como também para os pilotos que aceleram nos karts de aluguel.

"Chegamos a testar com um kart as primeiras modificações, mas ainda temos mais dias para deixarmos tudo pronto para quando as baterias retornarem.

Foto/Divulgação

Zebra *mais baixa na curva 0 do traçado*

Esperamos que seja o mais breve possível, sempre seguindo as recomendações dos órgãos de saúde. Algumas zebras nós estamos mudando, algumas delas inclusive serão móveis para diversos traçados, mas faremos tudo da melhor forma e com a maior segurança possível para todos aproveitarem nossa estrutura", diz Giaffone.

Felipe também tem aproveitado os conselhos de Alberto Cattucci, que é um dos pilotos consultores e coach do KGV. "Na curva 0, por exemplo, nós modificamos uma parte para deixar ela mais fechada. Na curva 2, nós concretamos uma zebra de ferro e invertemos a própria zebra para que os pilotos escapem menos do circuito se acabarem passando por cima dela. Já na curva 4, nós fizemos um morrinho para deixar essa parte bem desafiadora. Enfim, nós estamos testando todos os limites da pista", completa Giaffone.

O Kartódromo Granja Viana segue fechado neste período de quarentena e deverá reabrir para o público assim que as autoridades permitirem.

Rotax Internacional organiza 1º Campeonato Virtual e campeão terá vaga no Mundial da categoria

Fabricante internacional de motores de kart, a Rotax anunciou na última semana a realização do Rotax SIM RACING Challenge, primeiro campeonato virtual da marca. O torneio será disputado na plataforma iRacing e tem uma novidade especial: o campeão terá uma vaga garantida no Mundial de Rotax, que será disputado no Bahrein em novembro deste ano.

"Estamos muito satisfeitos em oferecer esta emocionante oportunidade para nossa família e fãs mundiais de corridas Rotax, juntamente com a comunidade mais ampla do automobilismo", disse Peter Ölsinger, gerente geral da BRP-Rotax. "O vencedor tem a chance de participar da Grande Final do Rotax MAX Challenge 2020 no Bahrein, o destaque anual da temporada do kartismo, onde estarão os principais pilotos de kart da Rotax que competem globalmente. Mas, por enquanto, estamos reunindo nossa família Rotax na corrida contra a Covid-19", completa.

O classificatório para as pré-finais do Rotax SIM Racing Challenge terá 3 dias e os pilotos poderão marcar seus tempos por aproximadamente 5 horas por dia. Os 72 pilotos mais rápidos serão divididos em dois grupos para as pré-finais, enquanto 18 de cada prova se classificarão para a grande final.

As inscrições para o campeonato, que será disputado com carros de fórmula, estão abertas no site oficial da Rotax, onde o regulamento e todas as informações detalhadas também podem ser encontradas. O torneio acontecerá entre os dias 27 de abril e 3 de maio.

Foto/ Pedro Bragança

Rotax *DD2 e DD2/ Masters na Copa SP de Kart Granja Viana*

Procon-SP faz acordo com sindicato para unificar preço do botijão de gás

A Fundação Procon-SP e o Sindicato das Empresas Representantes de Gás Liquefeito de Petróleo da Capital e dos Municípios da Grande São Paulo (Sergás) fecharam um acordo, na segunda-feira (13), que limita o preço de venda do botijão de gás de cozinha de 13 kg a R$ 70.

A entidade sindical, que representa aproximadamente 22 revendedores, afirmou que todos os associados venderão o botijão de gás na sede da revendedora cadastrada e legalizada junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP), desde que o consumidor leve o botijão vazio para troca, pelo preço de R$ 70.

Aqueles que cobrarem preço superior ao acordado terão que demonstrar que praticavam tais valores antes do período da pandemia. Caso o consumidor venha a solicitar a aquisição do gás para entrega em domicílio, será cobrada uma taxa pela conveniência, não superior ao valor de R$ 9,90.

Com o objetivo de coibir a prática de estoque, assim como a revenda clandestina, o acordo, que tem validade até 30 de julho de 2020, também estabelece que durante esse período a venda de gás será limitada ao máximo de um botijão por pessoa.

"Em época de coronavírus não existe tabelamento, mas elevar o preço em relação ao que era praticado antes da pandemia sem justa causa é crime contra a economia popular e infração gravíssima contra os direitos do consumidor", afirma o secretário de Defesa do Consumidor, Fernando Capez.

Denúncias

Apenas no período da quarentena, já foram registradas 386 denúncias online contra preços abusivos do botijão de gás, nas redes sociais, aplicativo e site do Procon-SP, órgão vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado.

Considerando a orientação de manter o isolamento e evitar sair de casa, o Procon-SP disponibiliza canais de atendimentos à distância para receber denúncias, intermediar conflitos e orientar os consumidores: via internet (www.procon.sp.gov.br), aplicativo – disponível para Android e iOS – ou redes sociais, marcando @proconsp, indicando o endereço ou site do estabelecimento.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, **Cesar Neto** tem sua coluna (diária) de política publicada na imprensa de São Paulo desde 1993. Ela tornou-se referência também na Internet, via www.cesarneto.com e no Twitter, via **@CesarNetoReal** ... O Email é **cesar@cesarneto.com**

.

CÂMARA (SP)

O que estão dizendo os médicos - inclusive Goulart (PSD) que é Veterinário - Frange (PT), Natalini (PV) e Milton (PODEMOS ex-PTN) sobre as doses dos medicamentos que a área médica do governo do prefeito Bruno Covas (PSDB) tá usando nos hospitais de campanha ?

.

PREFEITURA (SP)

Ex-deputado (ALESP e Câmara Federal - PSDB), Edson Aparecido (Secretário-gestor da Saúde de São Paulo), que curou-se de um câncer, não tem dormido direito por causa do maior desafio da sua vida. Combater e vencer o Covid-19, com dos recursos que chegaram tarde

.

ASSEMBLEIA (SP)

Dos deputados estaduais que serão candidatos às prefeituras das suas cidades, a menos que o Tribunal Superior Eleitoral atropele o Congresso e estique o prazo dos atuais prefeitos e vereadores, o que não tá previsto legalmente, alguns dos novatos podem surpreender

.

GOVERNO (SP)

Falando em nome da vida, João Doria (dono do novo PSDB) deixou de ameaçar de prisãode os que se meterem em ajuntamentos, favorecendo a transmissão do Covid-19. E as cidades médias poderão, talvez já em m aio, reabrir os comércios em horários diferenciados

.

CONGRESSO (BR)

Mais surreal que o (ainda) ministro Mandetta (Saúde) dizer o que o mundo já sabia - "chegamos juntos - pra lutar contra o Covid-19 e sairemos juntos" - foi o ex-ministro (Saúde), hoje deputado federal (PT-SP) Padilha, aparecer sem nenhuma proteção ao lado dos colegas

.

PRESIDÊNCIA (BR)

A marra do ainda ministro (Saúde) Mandetta, ao dizer que só sai junto com a equipe que chegou com ele na Pasta, pra tocar a guerra contra o Covid-19, fez lembrar o ex-deputado constituinte Afif Domingos, candidato Presidencial 1989 pelo PL: "Juntos, chegaremos lá"

.

PARTIDOS

... O PT até conseguiu - 'junto a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - que o Presidente Bolsonaro (sem partido) tenha que mostrar os testes que diz ter feito e que deram negativo quanto ao contágio do mutante Corona Vírus (Covid-19). Só que não vai rolar, porque as Liberdades ...

.

POLÍTICOS

... Individuais na Constituição da República de 1988 são cláusulas pétreas (não podem ser mudadas). Enquanto isso, o astronauta e ministro Pontes (cujo partido é a Ciência) disse que tem remédio (vermífugo) que mata o Clovid-19. O comunicador Datena disse que é "Anita"

.

JUSTIÇAS (BR)

Supremo decidiu, por vídeo conferência, que Estados e municípios têm sim competência - no caso da Calamidade Pública do Covid-19 - pra fazer cumprir o que determinarem acima da Federação brasileira. É mais um cerco jurídico ao Presidente Bolsonaro (sem partido)

Email:**cesar@cesarneto.com**

Hospitais de campanha de SP têm 130 pacientes internados com covid-19

Os dois hospitais de campanha da cidade de São Paulo, criados para atender pacientes infectados pelo novo coronavírus que necessitam de internação de baixa e média complexidade, têm na quarta-feira, (15) 130 pacientes internados, segundo a secretaria municipal da Saúde.

Dos 200 leitos criados no estádio do Pacaembu para esse tipo de atendimento, 86 já estão ocupados, sendo que 80 pacientes estão instalados em leitos de baixa complexidade e seis, que estão em situação mais grave, na sala de estabilização. Ainda hoje é esperada a chegada de mais 10 pacientes no hospital de campanha do Pacaembu. Outros seis pacientes tiveram alta médica e vão terminar o tratamento em casa.

Já o do Anhembi teve hoje 50 pacientes internados, sendo que dois deles estão na sala de estabilização. Um deles recebeu alta médica. Outros três foram transferidos para hospitais depois do agravamento clínico. O hospital do Anhembi ainda não foi totalmente terminado, mas a previsão é de que ele tenha 1,8 mil leitos em funcionamento.

Os hospitais de campanha funcionam de portas fechadas, ou seja, os pacientes só chegam a eles transferidos de outras unidades hospitalares.

Segundo a Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo, a capital tem hoje 8.024 casos confirmados de coronavírus, com 563 óbitos.

Estado

No estado de São Paulo, os hospitais já estão sobrecarregados, operando no ou próximo do limite. Estão internados em enfermarias ou em unidades de tratamento intensivo (UTI) nesta terça-feira, em decorrência da covid-19 [doença provocada pelo coronavírus], 2.332 pessoas – 1.132 em UTI e 1,2 mil em enfermarias.

O Instituto de Infectologia Emílio Ribas, na capital paulista, informou na tarde de hoje que atingiu seu limite de atendimento em UTIs: 100% dos seus 30 leitos estão ocupados. Também já estão sobrecarregados os sistemas de atendimento em UTI do Hospital das Clínicas, com 83% de ocupação, Hospital Geral de Pedreira (87%) e Hospital Vila Nova Cachoeirinha (86%). (Agência Brasil)

Auxílio Emergencial: Procon-SP faz alerta sobre golpistas virtuais

Fraudadores estão se aproveitando da pandemia do coronavírus para roubar dados dos cidadãos por meio do envio de links falsos, informa o Procon.SP. Com o início do pagamento do auxílio emergencial de R$ 600 concedido pelo Governo Federal aos trabalhadores autônomos e informais, é preciso ficar atento ao envio de links falsos.

Além disso, o saque do FGTS anunciado pela União, que permite a retirada de parte do saldo de contas ativas ou inativas e visa minimizar os efeitos econômicos da pandemia, também deve ser motivo de atenção.

"Nesse momento de dificuldade pelo qual todos passam, devemos estar alertas e ter cuidados redobrados com criminosos que se aproveitam da situação. É inadmissível que pessoas de má-fé usem uma crise grave para lesar as pessoas", afirma Fernando Capez Secretário Estadual de Defesa do Consumidor.

Envios de links com falsas ofertas de ajuda, auxílio, dinheiro etc que chegam pelo WhatsApp, redes sociais e e-mails podem roubar os dados das vítimas, prejudicando-as ainda mais.

De acordo com denúncias feitas pela imprensa, após a chegada do coronavírus no Brasil, quase 6 milhões de brasileiros já acessaram links falsos. Há notícias de que, além do auxílio emergencial e saque do FGTS, fraudadores têm usado outras ofertas e informações para aplicar golpes (como falsos aplicativos, por exemplo).

É fundamental ficar atento às orientações abaixo para evitar mais problemas:

– Para obter informações e pedir o auxílio emergencial, acesse os sites oficiais (Governo Federal e Caixa Econômica Federal);

– Sobre o saque do FGTS, dúvidas sobre valores e a data do saque podem ser consultadas no aplicativo do FGTS e pelo site da Caixa;

– Não acredite em ofertas de ajuda, auxílio, dinheiro etc enviadas pelo WhatsApp, redes sociais, e-mails e não clique nesses links;

– Não confie e não compartilhe links e informações dos quais não tenha certeza da origem;

– Não preencha formulários que não estejam nos sites oficiais;

– Baixe aplicativos apenas das lojas oficiais;

– Em caso de dúvidas ou dificuldades, procure um familiar ou amigo que possa ajudar;

– Utilize antivírus no computador, *tablet* e *smartphone*.

Metrô passa para a iniciativa privada 13 terminais de ônibus

Treze terminais de ônibus ligados a estações do Metrô estão sendo administrados pela empresa Unitah Empreendimentos e Participações. Os locais foram concedidos para serem explorados comercialmente pela iniciativa privada, que também ficará responsável pela manutenção, limpeza e segurança dos espaços.

Os terminais concedidos estão ao lado das estações Ana Rosa, Armênia, Santana e Parada Inglesa (Linha 1-Azul); Artur Alvim, Patriarca/Norte, Vila Matilde/Norte, Penha/Norte, Carrão/ Norte, Carrão/Sul, Tatuapé/Norte, Tatuapé/Sul e Brás (Linha 3-Vermelha).

A concessão foi feita em 2019 e o concessionário pode explorar as áreas por 30 anos e até mesmo construir sobre os terminais Ana Rosa, Santana, Patriarca (Norte), Vila Matilde (Norte), Carrão (Norte), Tatuapé (Norte) e Tatuapé (Sul). O uso pode ser comercial ou residencial em uma área total de 84 mil m².

O valor da outorga, fator de seleção da concessão, foi de R$ 11 milhões para o Metrô, que também passará a receber, a partir do quinto ano de contrato, R$ 855 mil mensais ou 8% da renda bruta da exploração dos terminais – irá valer o maior valor.

Além desta receita, a concessão também vai proporcionar economia de aproximadamente R$ 22 milhões por ano, valor anteriormente gasto com as despesas de conservação e manutenção dos terminais.

Governo de SP começa a distribuir cestas de alimentos para população em extrema pobreza

O Governador João Doria anunciou na quarta-feira (15) a entrega das primeiras 20 mil cestas do projeto Alimento Solidário, que visa garantir a segurança alimentar da população em extrema pobreza do Estado durante a pandemia do coronavírus. Serão distribuídas quatro milhões de cestas de alimentos, um milhão por mês até julho.

As primeiras unidades serão encaminhadas para Carapicuíba, na Região Metropolitana de São Paulo. Na próxima semana, está prevista a entrega de mais 130 mil cestas em outros 55 municípios: Mongaguá, Peruíbe, São Vicente, Rio Grande da Serra, Itaquaquecetuba, Salesópolis, Santa Isabel, Francisco Morato, Franco da Rocha, Embu-Guaçu, Juquitiba, Ferraz de Vasconcelos, Suzano, Areias, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Cunha, Lagoinha, Lorena, Pindamonhangaba, Potim, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, Tremembé, Biritiba Mirim, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Pedreira, Batatais, Altinópolis, Brodowski, Cássia dos Coqueiros, Dumont, Guariba, Carapicuíba, Pontal, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria,São Simão, Serra Azul, Taquaral, Sales Oliveira, Santa Rita do Passa Quatro, Taiúva, Tambaú, Araçoiaba da Serra, Cerquilho, Jumirim, Piedade e Sarapuí.

O projeto tem investimento mensal de R$ 110 milhões e vai beneficiar, por mês, quatro milhões de pessoas em situação de extrema pobreza no Estado. A intenção é levar alimento a famílias cadastradas no CadÚnico (cadastro federal oficial para inclusão em programas de assistência social e transferências de renda), com renda de até R$ 89 per capita mensal. Para receber a cesta, o beneficiário deverá apresentar o Número de Identificação Social (NIS).

As cestas, elaboradas em parceria com a equipe de nutricionistas do Hospital Israelita Albert Einstein, contêm fontes de proteínas diferentes (feijão, leite em pó, sardinha, linguiça e ervilha), além de outros produtos como arroz, farinha, macarrão e biscoitos, suficientes para a alimentação de uma família de quatro pessoas por um mês.

Durante o período da pandemia do coronavírus, o Governo de São Paulo já anunciou diversas medidas de proteção social à população em vulnerabilidade social, inclusive de segurança alimentar. Entres elas estão o acréscimo de refeições em todos os restaurantes Bom Prato, o Merenda em Casa e a ampliação do Vivaleite.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Governo eleva para R$ 149,6 bi previsão de déficit para 2021

A retração da economia provocada pela pandemia de coronavírus elevou a previsão de rombo nas contas públicas para o próximo ano. Segundo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, encaminhado na quarta-feira, (15) ao Congresso Nacional, o Governo Central – Tesouro Federal, Banco Central e Previdência Social – deverá registrar déficit primário de R$ 149,6 bilhões no próximo ano.

O valor representa o dobro do déficit de R$ 68,5 para 2021 que consta da LDO de 2020. O déficit primário representa o resultado negativo das contas do governo desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

O projeto prevê déficit primário de R$ 127,5 bilhões em 2022 e de R$ 83,3 bilhões em 2023. Antes da pandemia de Covid-19, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e diversos secretários da pasta, previam ser possível zerar o déficit em 2022, último ano do atual governo. Desde 2014, o Governo Central tem registrado rombos anuais nas contas públicas.

O déficit para os próximos anos pode piorar porque se baseiam em projeções iniciais que não consideram o impacto do coronavírus. O projeto enviado ao Congresso considera previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país) de 3,3% em 2021, 2,4% em 2022 e 2,3% em 2023. O próprio secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, admitiu que o governo enviará novos números ao Congresso assim que houver alguma definição das projeções para a economia no próximo ano e que elas serão revistas caso a política de isolamento se prolongue.

Mesmo com os resultados negativos, o secretário afirmou que a crise é temporária. "Essa piora nas conta fiscais é momentânea. Nossa missão é a busca de um melhor resultado nominal na melhor velocidade possível, no menor tempo possível. Mas agora a gente tem uma pausa para resolver um problema transitório. Mas tão logo possível voltaremos para a agenda de reformas, de privatizações e de concessões", declarou Rodrigues.

IFI

Na comparação com o PIB, o projeto da LDO estima déficit primário de 1,88% do PIB em 2021, 1,45% em 2022 e 0,88% em 2023. Mesmo com o governo tendo dobrado a previsão de déficit, as estimativas continuam mais otimistas que as da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão consultivo do Senado, que divulgou na terça-feira, (14) as novas projeções para as contas públicas considerando o impacto da pandemia de coronavírus.

No cenário base, simulação intermediária entre o cenário mais otimista e o mais pessimista, a instituição projeta déficit de 7% em 2020, 2,8% em 2021 e 2,1% em 2022. Segundo a IFI, somente depois de 2030 o país voltará a ter superávit primário.

Em relação à dívida bruta do governo geral (DBGG), principal indicador usado para comparações internacionais, o projeto da LDO estima que ela chegará a 84,34% do PIB em 2021, 85,52% em 2022 e 86,38% em 2023. O relatório da IFI prevê que a DBGG aumentará para 84,9% do PIB em 2020, 87,3% em 2021 e 88,7% em 2022, chegando a 100,2% do PIB em 2030. (Agência Brasil)

Orçamento de 2021 não poderá ser contingenciado, diz Mansueto

O sistema de metas fiscais flexíveis proposto no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 não permitirá o contingenciamento (bloqueio de verbas) no Orçamento do próximo ano, disse na quarta-feira, (15) o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Ele reiterou que apenas o teto federal de gastos será a grande trava de equilíbrio fiscal para o próximo ano.

"Em eventuais frustrações de receitas em decorrência do crescimento do PIB [Produto Interno Bruto] menor do que o projetado, isso não se transformará em contingenciamento. Então, de fato, a grande trava de equilíbrio fiscal é o teto de gastos", declarou o secretário.

No ano passado, o governo teve de contingenciar cerca de R$ 30 bilhões do Orçamento porque a arrecadação estava menor que o previsto no primeiro semestre. O bloqueio ameaçou a manutenção de serviços públicos e o funcionamento de universidades federais. No entanto, a entrada de R$ 69,9 bilhões da revisão da cessão onerosa da Petrobras, dos quais o Tesouro ficou com R$ 23,7 bilhões, e de recursos de outros leilões de petróleo e de impostos associados a privatizações, permitiram que o governo desbloqueasse todos os recursos.

Privatizações

O secretário do Tesouro ressaltou que o governo tentará acelerar a agenda de concessões e de privatizações depois do fim da pandemia. Segundo ele, isso será necessário porque o governo precisará de fontes extraordinárias de receitas para acelerar os investimentos privados depois da recuperação da economia e segurar o crescimento da dívida pública.

"Como nos próximos dois anos, o ritmo recuperação da economia é incerto, teremos de fazer um esforço muito grande em busca de receitas extraordinárias. A privatização nem sempre dá receita primária, mas ajuda a reduzir dívidas. Na saída da crise, precisaremos fazer um esforço para a retomada do investimento da economia. Por isso, os investimentos privados são importantes", justificou.

As concessões temporárias de empreendimentos – como estradas, aeroportos, usinas hidrelétricas e portos – entram no caixa do Tesouro como receita primária. As concessões têm um prazo fixo, com a volta dos ativos ao governo no fim do contrato. As privatizações representam a venda definitiva dos ativos, sem a possibilidade de retorno ao governo. O dinheiro entra como receita financeira para o abatimento da dívida bruta do governo, mas o pagamento de Imposto de Renda sobre reorganizações societárias eleva temporariamente a arrecadação do governo, como ocorreu no ano passado.

Reformas

Almeida também defendeu a retomada das reformas estruturais, como as reformas administrativa e tributária, para reduzir os gastos públicos após o fim da crise econômica provocada pela covid-19. Segundo ele, o governo precisará se comprometer ainda mais com o controle dos gastos públicos depois da pandemia. O secretário destacou que, pela primeira vez desde a Constituição de 1988, o governo chegará ao fim de 2022, tendo reduzido a despesa primária em 1,3 ponto percentual do PIB em relação ao fim de 2018.

Capitalização

Almeida informou que o projeto da LDO só autoriza a capitalização de estatais – despesa fora do teto de gastos – caso a empresa esteja no plano de privatização ou de desestatização. No ano passado, a capitalização de cerca de R$ 9,6 bilhões para três estatais – Emgeprom (estatal da Marinha fabricante de corvetas), Infraero e Telebrás – no último mês do ano fez o déficit primário fechar 2019 em R$ 95,1 bilhões, contra previsão de R$ 80 bilhões da equipe econômica.

O secretário do Tesouro também destacou que o projeto da LDO proíbe a concessão de benefícios tributários pela União no próximo ano. Isso porque, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo precisará ou aumentar outros impostos ou cortar gastos públicos se conceder algum incentivo fiscal, o que não está previsto no texto do projeto. (Agência Brasil)

Ampliação de auxílio emergencial pode gerar impacto de R$ 10 bilhões

A ampliação do auxílio emergencial de R$ 600 para mais categorias de trabalhadores informais pode gerar impacto de cerca de R$ 10 bilhões nas finanças públicas, informou na quarta-feira, (15) o Ministério da Economia, em nota técnica. A proposta foi aprovada no Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados.

O projeto prevê o pagamento do auxílio emergencial para mães menores de 18 anos de idade. Também permite acumular o auxílio emergencial com o programa Bolsa Família (com direito a, no máximo, dois auxílios emergenciais ou um auxílio emergencial e um Bolsa Família).

Outra medida prevista no projeto é a exclusão da restrição que impede o interessado com renda superior a R$ 28.559,70, auferida no ano de 2018, de ter direito ao auxílio emergencial. Mas estabelece que aqueles que tiverem rendimento superior a esse limite em 2020 e recebe-rem o auxílio deverão devolver seu valor na Declaração de Imposto de Renda de 2021.

Também permite o recebimento do auxílio no valor de R$ 1,2 mil por pais solteiros, não somente mães como atualmente, além de incluir agricultores familiares e pescadores artesanais e empregados domésticos.

Além disso, o projeto permite que o pagamento seja feito por instituições não financeiras, como as fintechs (empresas de tecnologia do setor financeiro), agências lotéricas e os Correios.

O projeto também estabelece a suspensão do pagamento das parcelas de empréstimos contratados do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), para adimplentes antes da vigência do estado de calamidade pública.

Manutenção do emprego

Outra proposta do legislativo é a que institui o Programa de Auxílio ao Emprego para pessoa jurídica ou física empregadora, durante a vigência do estado de calamidade pública, para auxiliar no pagamento dos trabalhadores formais em até três salários mínimos por trabalhador, mediante a condição de não demissão pelo período de 12 meses após o fim do auxílio.

Sobre essa proposta, o governo diz que já enviou ao Congresso Nacional medida de proteção ao emprego e à renda, por meio da Medida Provisória nº 936/2020, que instituiu o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEM). "Esse benefício já está em implementação, e já demonstra maciça adesão por parte de empregados e empregadores. Esta proposta apresenta redundância, maior custo e trará dificuldades operacionais e atraso no pagamento do BEM. Não há fonte de recursos indicada, o dispositivo é absolutamente genérico e mesmo adotando premissas conservadoras, a estimativa de custo para quatro meses é de R$ 114 bilhões", diz o ministério.

BPC

Outro item do projeto analisado pelos técnicos do Ministério da Economia é o retorno do critério de renda de meio salário-mínimo para concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo a nota técnica, a alteração no BPC tem impacto estimado de R$ 20 bilhões anuais. "Trata-se de despesa continuada, cujo valor tende a se elevar no tempo, e não medida emergencial para enfrentamento da crise atual", destaca o ministério. (Agência Brasil)

Juiz federal proíbe bancos de dificultarem concessão de empréstimo

O juiz Renato Coelho Borelli, da 9ª Vara Federal Cível de Brasília, determinou na quarta-feira, (15) que todos os bancos do país não aumentem os juros e não dificultem a obtenção de crédito durante a pandemia do novo coronavírus. Cabe recurso da decisão.

O magistrado atendeu a um pedido feito em ação popular por Carlos Lupi, presidente do PDT, que argumentou haver um gargalo na concessão de empréstimos pelos bancos, mesmo com medidas anunciadas pelo Banco Central (BC) para aumentar a disponibilidade de crédito.

Uma das medidas de liquidez, anunciada em 22 março, foi a redução dos depósitos bancários compulsórios (recursos que os bancos são obrigados a deixar depositados como garantia de suas operações), o que liberou R$ 68 bilhões ao mercado, segundo o BC.

Desde então, porém, empresas e pessoas físicas têm se queixado de dificuldades para renegociação de dívidas e da cobrança de juros mais caros em novas operações de crédito.

O juiz entendeu que a liberação de compulsórios pelo BC deveria ter sido combinada com exigências que facilitassem a obtenção de crédito durante a pandemia.

"Nessa direção, de nada adianta a criação de norma para ampliação de crédito, se esse crédito não circula, ficando represado nas instituições financeiras, o que mostra a não observância dos princípios da vinculação, finalidade e motivação que devem nortear todos os atos administrativos", escreveu o magistrado.

Ele determinou que "todas as instituições do Sistema Financeiro Nacional se abstenham de aumentar a taxa de juros ou intensificar as exigências para a concessão de crédito", e ordenou que o BC condicione a redução dos compulsórios "à efetiva apresentação de novas linhas e carteiras de créditos a favor do mercado produtivo interno por parte dos bancos a serem beneficiados". (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

INTERNACIONAL

Comissão Europeia fará conferência de doadores para financiar vacina

A Comissão Europeia quer apoiar o desenvolvimento de uma vacina para a covid-19 e melhorar os tratamentos. Para isso, vai organizar uma conferência virtual de doadores em 4 de maio, destinada a obter fundos para apoiar as pesquisas.

O anúncio foi feito na quarta-feira, (15), em entrevista, pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Para ela, o desenvolvimento de uma vacina é a "melhor hipótese coletiva de vencer o vírus".

A conferência de doadores permitirá definir as lacunas financeiras imediatas e encontrar soluções inovadoras e equitativas", destacou.

O novo coronavírus, responsável pela pandemia de covid-19, já provocou mais de 124 mil mortes e infectou quase 2 milhões de pessoas em 193 países e territórios.

Dos casos de infeção, cerca de 413.500 são considerados curados.

O Continente europeu, com mais de 996 mil infectados e mais de 84 mil mortes é o que regista o maior número de casos, e a Itália é o segundo país do mundo com mais mortes pela doença, registrando 21.067 óbitos e mais de 162 mil casos confirmados.

Na Espanha, as autoridades sanitárias contabilizam 18.056 mortes e mais de 172 mil casos de infecção.

Em Portugal, segundo o balanço feito hoje pela Direção-Geral da Saúde, são registrados 567 mortes, mais 32 do que na segunda-feira (+6,%), e 17.448 casos de infecção confirmados, o que representa um aumento de 514 (+3%). (Agência Brasil)

China apela aos EUA que cumpram obrigações com a OMS

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da China considera que o corte no financiamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), por parte dos Estados Unidos (EUA), é negativo e vai afetar todos os países do mundo. O presidente norte-americano, Donald Trump, anunciou ontem que vai pedir uma investigação na OMS e suspender o financiamento até que saiam as conclusões do inquérito. Reações à decisão ocorrem em todo o mundo.

Zhao Lijian, porta voz do ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, alertou que a pandemia está em um ponto crítico, infectando quase 2 milhões de pessoas. Ele considera que o corte no financiamento vai afetar todos os países e que, por isso, os EUA devem assumir as suas obrigações com a OMS.

No anúncio feito à imprensa, Trump disse que "o mundo recebeu muitas informações falsas sobre a transmissão e a mortalidade" da covid-19, argumentando que a OMS teve má gestão e acusando igualmente a China dessa ocultação.

O presidente norte-americano lembrou que os EUA contribuem com "US$ 400 milhões a US$ 500 milhões por ano" para a organização, em oposição aos cerca de US$ 40 milhões, ou "ainda menos", que Trump estimou que seja o investimento da China. O presidente americano disse que o pagamento dos EUA representa 15% do orçamento da instituição.

Para Donald Trump, se a OMS "tivesse feito o seu trabalho e enviado especialistas médicos para a China", para verificar a "situação no local", a pandemia poderia "ter sido contida na fonte, com pouquíssimas mortes".

Críticas

A decisão de Trump gerou críticas de vários países e instituições. António Guterres, secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), afirmou que este "não é o momento de reduzir o financiamento das operações" da Organização Mundial da Saúde ou de qualquer outra instituição humanitária que esteja na linha da frente do combate ao vírus.

"A minha convicção é que a OMS deve ser apoiada por ser absolutamente essencial aos esforços do mundo para ganhar a guerra contra a covid-19", salientou Guterres.

Na última semana, o líder da ONU tinha já reagido às críticas norte-americanas à OMS, ao lembrar que a organização, com milhares de funcionários, está na linha da frente da luta contra a pandemia e no apoio aos Estados-membros da ONU, "principalmente aos mais vulneráveis", com diretivas, formação ou equipamento.

"As lições aprendidas serão essenciais para gerir de forma eficaz desafios semelhantes, se surgirem no futuro", acrescentou. "O momento agora deve ser de unidade da comunidade internacional para trabalhar em conjunto, de forma solidária, para deter este vírus e consequências esmagadoras".

Alemanha

A Alemanha considera, ao contrário do que defendeu Trump, que fortalecer a OMS é um dos melhores investimentos a essa altura.

"Apontar culpa não ajuda. O vírus não conhece fronteiras", disse no Twitter Heiko Maas, ministro alemão dos Negócios Estrangeiros.

"Temos de trabalhar em conjunto contra a covid-19. Um dos melhores investimentos é fortalecer as Nações Unidas, especialmente a OMS, para, por exemplo, desenvolver e distribuir testes e vacinas", defendeu. (Agência Brasil)

STF: estados e municípios podem fazer ações contra covid-19 sem União

MP permite compra conjunta sem licitação para materiais de saúde

Foi publicada na terça-feira (15), em edição do Diário Oficial da União (DOU), a Medida Provisória n° 951, que permite compras conjuntas, com dispensa de licitação, para a aquisição de materiais e equipamentos de saúde a serem usados no enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. A medida altera a lei nº 13.979/2020, que regulamenta o estado de emergência em saúde, para flexibilizar ainda mais a compra de produtos durante a vigência da crise, por meio do Sistema de Registro de Preço (SRP). Com as novas regras, as compras de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da calamidade pública poderão ser realizadas em um único processo de compra, de forma mais rápida.

O Sistema de Registro de Preço é um procedimento de contratação em que um órgão público faz uma estimativa de aquisição de bens e serviços e, com isso, pode ir comprando do fornecedor contratado, de forma gradativa, ao longo de um ano. Pela lei, esse sistema só poderia ser adotado por meio de uma licitação pública, mas a MP permite a dispensa dessa licitação para os produtos de saúde. Além disso, um único processo de compra executado pelo Sistema de Registro de Preço pode ser utilizado por diferentes órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

"Isso traz um benefício enorme para estados e municípios, foi uma demanda que veio deles. O governo federal pode fazer uma ata de registro de preço para produtos de saúde, sem licitação, e ela ser aderida por diferentes órgãos, sem necessidade da realização de múltiplos processos diferentes de compra dos mesmos produtos", explica o secretário de Gestão do Ministério da Economia, Cristiano Heckert.

A lei de emergência em saúde, em vigor desde fevereiro deste ano, já permitia a dispensa de licitação para contratação de serviços ou compras de equipamentos para o enfrentamento da pandemia. Desde então, segundo o Ministério da Economia, foram realizadas 1.357 dispensas para a aquisição de insumos de saúde e outros bens e serviços para o combate à covid-19, doença causada pelo novo coronavírus. Com a dispensa de licitação valendo também para o Sistema de Registro de Preço, a expectativa do governo é reduzir drasticamente os procedimentos isolados de compra, já que diferentes prefeituras e órgãos estaduais poderão aderir à mesma ata.

Prazos

A MP determina ainda que as licitações na modalidade pregão (presencial ou eletrônico), realizadas no Sistema de Registro de Preço, sejam consideradas compras nacionais. Na prática, de acordo com o Ministério da Economia, qualquer órgão federal, estadual ou municipal pode aderir à uma ata de registro de preço já em vigor, bastando a prévia indicação da demanda pela instituição interessada. O prazo para que um órgão aguarde a manifestação de adesões em um registro de preço também foi reduzido de oito dias úteis para até quatro dias úteis, o que também deve acelerar os procedimentos de compra.

Certificados digitais

Segundo o governo, a Medida Provisória estabelece a competência das Autoridades de Registro (AR) da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) para identificar e cadastrar usuários, encaminhar solicitações de certificados às Autoridades Certificadoras (AC) e manter registros de suas operações. Este trabalho de identificação poderá ser realizado presencialmente, mediante comparecimento pessoal do usuário, ou por outra forma que garanta nível de segurança equivalente, observada as normas técnicas da ICP-Brasil. (Agência Brasil)

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quarta-feira, (15) que estados e municípios podem tomar as medidas que acharem necessárias para combater o novo coronavírus, como isolamento social, fechamento do comércio e outras restrições.

Com a decisão, os governadores e prefeitos também poderão definir os serviços essenciais que podem funcionar durante o período da pandemia. Antes, somente um decreto do presidente Jair Bolsonaro poderia fazer a definição.

Por maioria de votos, o plenário referendou liminar proferida no mês passado pelo ministro Marco Aurélio, relator do caso, considerando que os governos federal, estadual e municipal tem competência concorrente para estabelecer medidas na área da Saúde.

O caso foi julgado pelo Supremo a partir de uma ação protocolada pelo PDT. O partido alegou que a Medida Provisória (MP) 926/2020, editada pelo presidente, é inconstitucional.

Pelo texto da norma, autoridades poderão adotar restrições excepcionais e temporárias durante a pandemia,conforme recomendação técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Dessa forma, segundo a legenda, os entes federados dependeriam do aval de legislação federal para estabelecer as medidas.

Votos

No início da sessão, o ministro Marco Aurélio reafirmou seu voto e disse que a Constituição definiu que a União, os estados e muncípios podem editar medidas em defesa da saúde e sem o aval da União.

Em seguida, Alexandre de Moraes afirmou que os governos federal, estadual e municipal devem atuar de forma coordenada para reduzir os efeitos da pandemia, mas dentro de suas competências.

De acordo com Moraes, um governador não pode determinar o fechamento de um aeroporto internacional, gerido pela União, ou de rodovias essenciais ao abastecimento, e o governo federal não estabelecer medidas para fechar bares e restaurantes locais, por exemplo.

"A gravidade da crise não permite o desrespeito da Constituição. Na crise é que as normas constitucionais devem ser ser respeitadas, na crise é que a Constituição guia aos líderes políticos para que ajam com integração", disse.

Foto/Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr

O entendimento também foi seguido pelos ministros Edson Fachin, Rosa Weber, Luiz Fux, Cármen Lucia, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e o presidente, Dias Toffoli.

Durante o julgamento, o advogado-geral da União, André Mendonça, disse que o país não vive somente uma crise de saude, mas uma crise interdisciplinar que afeta várias áreas.

Segundo Mendonça, as recomendações sanitárias do Ministério da Saúde para enfrentamento à covid-19 devem ser seguidas, mas decisões isoladas de estados e municípios, fechando estradas e proibindo a exploração de petróleo, por exemplo, provocaram o caos e afetaram os serviços essenciais.

"O que tem acontecido na prática é um caos jurídico, decisões isoladas de municípios e estados", afirmou. (Agência Brasil)

Dólar sobe para R$ 5,24 e fecha no maior valor em nove dias

Em meio às incertezas sobre a evolução da pandemia de covid-19, o dólar comercial subiu pelo terceiro dia seguido e fechou no maior valor em nove dias. A moeda encerrou Na quarta-feira (15) vendida a R$ 5,242, com alta de R$ 0,052 (+1%). Esse foi o maior valor registrado desde 6 de abril, quando a cotação tinha fechado em R$ 5,292.

A cotação operou em alta durante toda a sessão. Na máxima do dia, por volta das 12h, a moeda encostou em R$ 5,26. A divisa acumula alta de 30,64% em 2020.

O Banco Central (BC) interveio no mercado. Como nos últimos dias, a autoridade monetária rolou US$ 1 bilhão em contratos de swap cambial, que equivalem à venda de dólares no mercado futuro.

Bolsa de valores

As tensões no mercado de câmbio refletiram-se na bolsa de valores. Depois de dois dias de alta, o índice Ibovespa, da B3 (bolsa de valores brasileira), fechou o dia em 78.831 pontos, com queda de 1,36%. O indicador seguiu as bolsas internacionais. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, encerrou esta quarta com recuo de 1,86%.

Há várias semanas, mercados financeiros em todo o planeta atravessam um período de nervosismo por causa da recessão global provocada pelo agravamento da pandemia do novo coronavírus. As interrupções na atividade econômica associadas à restrição de atividades sociais travam a produção e o consumo, provocando instabilidades.

Na terça-feira, (14), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou que a economia global terá queda de 3% em 2020. Para o Brasil, os prognósticos são piores, com o organismo internacional projetando retração de 5,3% no Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e dos serviços produzidos no país).

Petróleo

As dúvidas sobre o acordo entre os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) continuam a pressionar os mercados. No domingo (12), os países do grupo fecharam um acordo para reduzir a produção global em 10 milhões de barris por dia em maio e junho. No entanto, a preocupação com a queda mundial da demanda provocada pela pandemia e a resistência de empresas e de governos a aderir ao acordo influenciam as cotações internacionais do barril.

Por volta das 19h30, o Brent era vendido a US$ 27,69, com queda de 6,45%, no menor valor desde o último dia 2. As ações da Petrobras, as mais negociadas na bolsa, recuaram. Os papéis ordinários (com direito a voto em assembleia de acionistas) desvalorizaram-se 3,26% nesta quarta. Os papéis preferenciais (com preferência na distribuição de dividendos) tiveram queda de 2,09%.

A guerra de preços de petróleo começou há um mês, quando Arábia Saudita e Rússia aumentaram a produção, mesmo com os preços em queda. Há duas semanas, a cotação do barril do tipo Brent chegou a operar próxima de US$ 20, no menor nível em 18 anos. Segundo a Petrobras, a extração do petróleo na camada pré-sal só é viável para cotações a partir de US$ 45. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0086179-64.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 31ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). CESAR AUGUSTO VIEIRA MACEDO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) PARKNCLOG PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A. CNPJ: 01.014.295/0001- 18, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de Sentença por parte de Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, objetivando o pagamento de R$ 449.042,20 (11/2019), corrigidos monetariamente, bem como a custas, honorários advocatícios e demais cominações. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que efetue o pagamento voluntário do débito , no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, sob pena de ser acrescido de multa no percentual de 10% e honorários advocatícios de 10% (art. 523, §§ 1º e 3º do CPC). Transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que a executada, independente de penhora ou nova intimação, ofereça suas impugnações (art. 525 do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 8 - 16 e 17

Citação - Prazo 20 dias - Proc. 1094242-95.2018.8.26.0100. O Dr. Gustavo Coube de Carvalho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível - Foro Central Cível. Faz Saber a Zenilda da Rocha de Almeida, CPF 292.532.778-82, que Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A, ajuizou uma Ação com Procedimento Comum Cível, objetivando condenar o réu ao pagamento de R$ 14.118,63 (set/2018), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao inadimplemento do Termo de Ocorrência de Irregularidade nº 8031920. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerada revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (Art. 344 do NCPC). Será o presente, por extrato, afixado e publicado. São Paulo, 13.03.2020. B - 15 e 16

EDITAL PARA CONHECIMENTO GERAL - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1108884-39.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central, Estado de São Paulo, Dr(a). Erica Regina Colmenero Coimbra, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a quem possa interessar que neste Juízo tramita a ação de Alteração de Regime de Bens movida por Lee Chang Kyun, brasileiro, comerciante, RG 19.512.529, CPF 164.220.608-31, e Chang Shu Chen, chinesa, empresária, RNE V001.295-Z, CPF 173.313.518-93, por dos quais os requerentes indicados intentam alterar o regime de comunhão parcial de bens para separação total de bens. O presente edital é expedido nos termos do artigo 734, § 1º do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de março de 2020. 16 e 17.04

5ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 5º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1031136-95.2019.8.26.0100. O Dr. Marcos Roberto de Souza Bernicchi, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Caio Cassiano Frigerio Santos (CPF 227.367.958-06), que Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros, mantenedora do Centro Universitário FIEO ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 9.853,91 (março de 2019), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, para o curso de pós-graduação em Administração de Empresas para Engenheiros. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 03/03/2020. 16 e 17 / 04 / 2020

FOROS REGIONAIS. ITAQUERA. VARAS CÍVEIS. 3ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1018229-77.2017.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Celso Mazzieli Neto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) a Dayane Almeida da Silveira (CPF. 392.869.848-38), que Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ifa ajuizou ação Monitória, para cobrança da quantia de R$ 14.973,91 (agosto de 2017), decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado pelas partes. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isenta de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 16 e 17 / 04 / 2020

Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo n° 1011550-92.2016.8.26.0008. O Dr. Luis Fernando Nardelli, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível do Foro Regional do Tatuapé/SP. Faz Saber a Maria de Lourdes Gueller de Freitas (CPF. 262.261.078-55), que Sul América Companhia de Seguro Saúde Re ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 18.186,27 (novembro de 2019), representada pelo Contrato de Seguro Saúde na Modalidade PME - pequena e média empresa, apólice n° 98000, título n°s 81597240 e 82598760. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de perdhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 19/03/2020. 15 e 16 / 04 / 2020

contato@jornalodiasp.com.br

Dafferner Comércio Exterior Ltda
CNPJ nº 60.884/0001-91 - NIRE 35300377735
Convocação Reunião de Sócios Quotistas
Ficam os Srs **Quotistas** convocados para a **Reunião de Quotistas de Dafferner Comércio Exterior**, em 1ª convocação, a ser realizada no dia 29/04/20, com início às 10h, na Rua Ituruma, 189, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia:** a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, balanço patrimonial e demonstração de resultados relativo ao exercício findo em 31/12/19; b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2019; c) fixação dos honorários da diretoria e d) Eleição de Conselho de Administração para o triênio de 30/04/20 a 29/04/23. **Walter Carvalho Dafferner** - Sócio Administrador. (07-16-23)

Dafferner S/A Máquinas Gráficas
CNPJ n.61.074.332/0001-05 - NIRE 35900112126
Convocação Assembleia Geral Ordinária
Ficam os Srs acionistas convocados a se reunirem em 1ª convocação, a ser realizada no dia 29/04/20, às 15hs, na Rua Ituruma, 189, em São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia:** a) Exame, discussão e votação do relatório da diretoria, Balanço Patrimonial e demonstração de resultados relativos ao exercício findo em 31/12/19; b) destinação e transferência de resultados desse exercício de 2019; c) fixação dos honorários da diretoria e d) Eleição do Conselho de Administração para o triênio de 30/04/20 a 29/04/23. **Walter Carvalho Dafferner** - Diretor Presidente (07-16-23)

Dierberger Oleos Essenciais S/A
CNPJ nº 61.142.089/0001-15 - NIRE 35300012844
Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
São convocados os senhores acionistas, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 27/04/2020, às 10h00, na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, 827, sala A, Barra Bonita/SP, a fim de deliberarem os seguintes assuntos constantes da Ordem do Dia: a) Eleição da Diretoria para o mandato do triênio 2020, 2021 e 2022; b) Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes a matéria. Barra Bonita, 15/04/2020. **João Andreas Dierberger** - Diretor Presidente.

VOTORANTIM energia — **Santa Cruz Geração de Energia S.A.**
CNPJ nº 07.814.086/0001-90
Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras - Em milhares de Reais

Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2019 e consideram também a legislação societária brasileira. **Perfil:** A Santa Cruz Geração de Energia S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Brasil, foi constituída em 01/08/2005. A Companhia é controlada direta da Votorantim S.A ("VSA"). A VSA é uma companhia de capital fechado integralmente controlada pela família "Ermírio de Moraes" e que constitui a holding das empresas Votorantim, com sede na cidade de São Paulo, Brasil. **Sistema Elétrico e Operação:** A Companhia possui duas centrais geradoras hidroelétricas (CGHs) em operação, com capacidade instalada de 1,6 MW ou 15 GWh/ano. **Resultado do Exercício:** A Companhia atua no segmento de geração de energia e apresentou prejuízo após os impostos de R$ 621 mil no exercício de 2019. **Recursos Humanos:** A Companhia oferece a seus colaboradores, planos de benefícios destinados à alimentação, assistência médica e odontológica, participação nos resultados e plano de previdência privada com contribuição definida através da Fundação Senador José Ermírio de Moraes (FUNSEJEM).

Balanço patrimonial - Em milhares de Reais

Ativo	2019	2018
Circulante	**7.889**	**10.653**
Caixa e equivalentes de caixa	89	125
Aplicações financeiras	3.430	6.048
Concessionários e permissionários	179	124
Tributos a recuperar	49	25
Ativo financeiro de indenização	4.025	4.025
Outras contas a receber	117	106
Não circulante	**8.151**	**12.636**
Realizável a longo prazo	7.076	11.546
Ativo financeiro de indenização	6.574	11.094
Depósitos judiciais e outros	502	452
Imobilizado	1.035	1.089
Total do ativo	**16.040**	**23.289**

Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante	**5.847**	**10.314**
Fornecedores	33	51
Dividendos a pagar	2.883	5.383
Tributos e contribuições sociais a pagar	267	281
Provisões	2.593	2.521
Outros Passivos	81	78
Não circulante	**22**	**22**
Outros Passivos	22	22
Total do passivo	**5.869**	**10.336**
Patrimônio líquido	10.131	10.752
Capital social	12.153	12.153
Prejuízo acumulado	(2.022)	(1.401)
Total do passivo e patrimônio líquido	**16.040**	**23.088**

Demonstração dos fluxos de caixa - Em milhares de Reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e da CS	422	868
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	54	54
Juros sobre aplicações financeiras	(439)	(225)
Ganho pelo valor do ativo financeiro de indenização	(738)	(1.072)
	(701)	(375)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Concessionários e permissionários	(55)	(14)
Ativo financeiro de indenização	5.258	5.586
Depósitos judiciais e outros	(50)	(67)
Outros ativos	(35)	1
Decréscimo (acréscimo) em passivos: Fornecedores	(18)	(69)
Tributos e contribuições sociais	(14)	(7)
Pesquisa e desenvolvimento	64	65
Provisões	(2)	72
Outros passivos	3	(6)
Caixa gerado pelas operações	**4.459**	**5.186**
IR e CS pagos	(1.043)	(1.031)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**3.497**	**4.155**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos pagos	(6.500)	
Aplicações financeiras	3.057	(4.261)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(3.443)**	**(4.261)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(36)	(106)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	125	231
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**89**	**125**

Demonstração do resultado - Em milhares de Reais

	2019	2018
Operações continuadas		
Receita líquida dos produtos vendidos	1.221	1.547
Custo dos produtos vendidos	(1.278)	(1.678)
Receitas (despesas) operacionais	**(57)**	**(131)**
Gerais e administrativas	(694)	(282)
Outras receitas operacionais	62	50
	(632)	**(232)**
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	**(689)**	**(363)**
Resultado financeiro líquido		
Receitas financeiras	1.111	1.231
Lucro antes do IR e da CS	**422**	**868**
IR e CS		
Correntes	(1.043)	(1.031)
Prejuízo do exercício	**(621)**	**(163)**
Ações em circulação ao final do exercício	12.153	12.153
Prejuízo diluído por lote de mil ações - Em R$	(51,10)	(13,41)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de Reais

	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Em 1° de janeiro de 2018	**12.153**	**(1.238)**	**10.915**
Prejuízo do exercício	-	(163)	(163)
Em 31 de dezembro de 2018	**12.153**	**(1.401)**	**10.752**
Em 1° de janeiro de 2019	**12.153**	**(1.401)**	**10.752**
Prejuízo do exercício	-	(621)	(621)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**12.153**	**(2.022)**	**10.131**

Diretoria
Fabio Rogerio Zanfelice - Presidente
Raul Almeida Cadena - Diretor
Cesar Augusto Conservani - Diretor
Carlos Guerra Farias - Diretor
Contador
Rodrigo Teixeira Cocchi
CRC 1SP243650/O-2

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1034430-62.2017.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Silva e Souza, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Comercial MD Atacadista de Produtos Alimentícios Eireli (CNPJ. 15.674.422/0001- 10), Marcelo Dantas Santos (CPF. 484.973.475-87) e Danilo Pereira Santos (CPF. 058.193.335-70), que Banco Santander (Brasil) S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 277.997,03 (junho de 2019), representada pelo Contrato de Cédula de Crédito Bancário - Confissão e Renegociação de Dívida n° 003335930000000968, Cadastrado internamente como operação n° 355900000968/0300424. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de perdhora de bens e sua avaliação. Não sendo contestada a ação, os executados serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 15 e 16 / 04 / 2020

Processo 0089748-73.2019.8.26.0100 (processo principal 1057325-48.2016.8.26.0100) - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - ITAU UNIBANCO S.A. - EDITAL DE INTIMAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Processo Digital: nº:0089748-73.2019.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Contratos Bancários Exequente: ITAU UNIBANCO S.A. Executado(Requerido) Daniel Pedroso de Moraes. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0089748-73.2019.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 16ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Felipe Poyares Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) (RÉU/DEVEDOR(ES)) DANIEL PEDROSO DE MORAES, Brasileiro, CPF. 178.782.588-48 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por ITAU UNIBANCO S.A., Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 109.216,28 (dezembro/2019), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de março de 2020. 15 e 16 / 04 / 2020

FOROS REGIONAIS. ITAQUERA. 2ª VARA CÍVEL. Edital de Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Processo n° 1001660-98.2017.8.26.0007. O Dr. Antonio Marcelo Cunzolo Rimola, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Itaquera/SP. Faz Saber a 3G Transportes Ltda (CNPJ. 03.105.846/0001-84), Renato Morandim (CPF. 104.087.848-22) e Ricardo Morandim (CPF. 112.473.318-30), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 61.972,29 (dezembro de 2018), representada pelo Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre: a) quantias bloqueadas judicialmente de R$ 805,95 e R$ 306,61. b) Veículo marca/modelo: VW Bora/ 31TCDI Street C, ano/modelo: 2011/2012, placa: ELO 7091; c) Veículo marca/modelo: R/Tromar MJ M, ano/ modelo: 2003/2003, placa: DIT 8202, dos quais foi nomeado depositário o Sr. Ricardo Morandim. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. SP, 14/02/2020. 16 e 17 / 04 / 2020

5ª VARA CÍVEL DA CAPITAL-SP – FORO CENTRAL
Edital de Intimação – Prazo de 20 dias. Processo nº 1117364-11.2016.8.26.0100/01. O Dr. Gustavo Coube de Carvalho, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central, da Comarca da Capital/SP, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **EDUARDO DA SILVA VIEIRA**, CPF 335.135.338-37 e **JULLYANA DANTAS DE SOUSA**, CPF 411.703.688-24, que por este Juízo, tramita de uma ação de **Cumprimento de Sentença**, movida por **DAL PIZZOL PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.** Encontrando-se os réus em lugar ignorado, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito de **R$ 125.766,64 (julho/2017)**, devidamente atualizado, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.**

CLARIANT S.A.

CNPJ 47.312.113/0001-51

Relatório da Diretoria - Ano Base de 2018

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31/12/2019.

São Paulo, 15/04/2020.

Senhores Acionistas: A Diretoria da **Clariant S.A.**,em obediência às disposições legais e estatutárias,submete à apreciação de VSAs., o presente Relatório, acompanhado de documentos referente ao exercício social encerrado em 31/12/2019.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	23.087	22.313	29.238	27.982
Contas a receber (Nota 6)	248.992	217.948	254.040	224.723
Estoques (Nota 7)	111.444	109.102	118.257	116.228
Tributos a recuperar (Nota 8)	18.316	16.332	18.790	16.670
Outros ativos	8.530	7.380	9.976	7.900
	410.359	373.067	430.301	393.383
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos a recuperar (Nota 8)	45.481	5.408	45.726	5.618
Depósitos judiciais	19.007	16.468	19.211	16.672
Outros ativos	166	253	166	253
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 13 (a)	68.057	78.662	67.024	77.543
	132.711	104.221	132.127	104.238
Investimentos (Nota 10)	83.413	84.447	1.896	1.896
Intangível (Nota 11)	40.953	45.015	62.167	68.441
Ativos de direito de uso (Nota 16(a))	38.340		38.862	
Imobilizado (Nota 12)	233.208	241.375	265.512	275.261
	395.914	471.628	385.447	461.388
Total do ativo	938.982	844.695	947.875	854.771

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos propostos a distribuir	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	184.863	-	36.973	119.099	(2.936)	-	-	337.076
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	39.452	39.452
Remensuração de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	(2.376)	-	-	(2.376)
Destinação do lucro								
Constituição de reservas	-	-	-	39.452	-	-	(39.452)	-
Em 31 de dezembro de 2018	184.863	-	36.973	218.551	(5.234)	-	-	434.154
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	99.558	99.558
Remensuração de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	(3.867)	-	-	(3.867)
Participação em outros resultados abrangentes de coligadas	-	-	-	-	32	-	-	32
Destinação do lucro								
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,15 por ação)	-	-	-	-	-	-	(26.823)	(26.823)
Constituição de reservas	-	-	-	72.735	-	-	(72.735)	-
Dividendos propostos a distribuir	-	-	-	(43.400)	-	43.400	-	-
Em 31 de dezembro de 2019	184.863	-	36.973	247.886	(9.069)	43.400	-	503.053

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro líquido do exercício	99.558	39.452	99.558	39.452
Outros componentes do resultado abrangente				
Remensuração de benefícios pós-emprego líquido (Nota 19)	(5.691)	(3.390)	(5.830)	(3.638)
Tributos diferidos sobre a remensuração de benefícios pós-emprego	1.935	1.153	1.963	1.229
Participação no resultado abrangente dos investidas	(79)	(139)	-	-
Realização da reserva de avaliação patrimonial	-	-	32	33
Outros componentes do resultado abrangente	(3.835)	(2.376)	(3.835)	(2.376)
do exercício, líquidos de impostos	95.723	37.076	95.723	37.076
Total do resultado abrangente do exercício				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Saldo inicial	16.564	15.964	16.564	15.964
Adições	239	2.781	266	2.781
Baixas e reversões	(4.074)	(2.181)	(4.074)	(2.181)
Saldo final	12.729	16.564	12.756	16.564

B. Tributos a recuperar

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.839	8.117	2.839	8.117
COFINS	9.135	-	9.135	-
PIS	2.039	-	2.039	-
ICMS	2.375	5.418	2.375	5.418
Outros tributos	1.928	2.797	2.402	3.135
	18.316	16.332	18.790	16.670
Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
COFINS	34.045	-	34.045	-
PIS 7.392	-	-	-	-
ICMS Diferido s/Ativo Fixo-LC102/00	4.042	5.408	4.042	5.408
Outros tributos	-	-	439	210
	45.481	5.408	45.726	5.618

Os valores a recuperar de PIS e COFINS referem-se a créditos apurados ao longo do exercício e também em julgado referente ao cálculo do indébito tributário do ICMS excluído da base de cálculo do PIS e COFINS utilizando o método como determinado pela Lei 9.718/98 (SCI nº 13). Os valores apurados para o resultado de 2019 foram R$ 45,396 (COFINS) e R$ 9,856 (PIS) totalizando o montante de R$ 55.252. **9. Partes relacionadas - Controladora e Consolidado** Os saldos das transações com partes relacionadas estão assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Ativo				
Clientes no exterior	36.432	17.082	36.432	17.082
Passivo				
Fornecedores estrangeiros	(32.757)	(29.604)	(33.090)	(29.722)
Ativo (Passivo), líquido	1.670	(12.522)	1.337	(12.640)

(ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros: O risco de taxa de juros do Grupo decorre dos financiamentos com taxas fixas. Os financiamentos em moeda local sujeitos a taxas flutuantes são indexados à variação do CDI. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento alternativo e hedge natural. Os cenários consideram o efeito que a variação que representam as principais posições com juros. O valor contábil foi determinado utilizadas nas taxas de juros pactuadas com as instituições financeiras (custo amortizado), as quais não diferem significativamente das taxas praticadas no mercado para operações de características e prazos semelhantes aos apresentados na Nota 14. **(b) Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam o Grupo em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancoe contas a receber de clientes. A política de vendas do grupo está intimamente ligada à análise de crédito de cada cliente que está disposta a ser sujeito no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa. O Grupo adota a metodologia de perda esperada conforme as faixas de vencimento dos títulos a todas essas frações exposto o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento alternativo e hedge natural. Os créditos a receber e passivos

continuação

A movimentação da provisão é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	140.389	143.022
Adições	964	973
Baixas e reversões	(33.250)	(33.250)
Atualizações monetárias	10.418	10.418
Saldo em 31 de dezembro de 2019	118.521	121.163

O Grupo vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão para contingências passivas é estabelecida por valores atualizados das questões trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais em discussão nas instâncias administrativa e judicial, com base nas opiniões dos consultores jurídicos do Grupo, para os casos em que a perda é considerada provável. A provisão para riscos ambientais refere-se aos gastos de manutenção das condições ambientais de determinadas unidades de produção das fábricas de Suzano, Duque de Caxias, Resende e Jacareí, a qual foi quantificada com apoio de especialistas internos e externos. Em fevereiro 2016, após longo período de negociação com o Ministério Público (MP), foi celebrado um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta entre o MP e a Clariant S.A., para fins de remediação ambiental pré-existente na planta de Suzano/SP. Este TAC contempla diversos itens e os mesmos tem prazos diferentes e diluídos, e com o emprego de técnicas distintas. A área SPA *"Sustainability & Regulatory Affairs"* da Clariant S.A. em conjunto com a Administração priorizam o cumprimento do acordo e as estimativas de gastos em suas etapas são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados. Estas são as melhores estimativas da Administração considerando os estudos disponíveis de recuperação das áreas afetadas. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para o devido cumprimento das etapas do TAC e o passivo constituído é atualizado monetariamente. Em 31 de dezembro de 2019, o montante provisionado para cumprir com o TAC nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é de R$ 85.991 (R$ 109.978, em 31 de dezembro de 2018). **Perdas possíveis:** O Grupo possui ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados, pela administração e pelos seus consultores jurídicos, como possíveis. Não há provisão constituída para essas ações, as quais totalizam R$ 163.838 (2018 - R$ 158.820). **19. Provisões ativarias:** As provisões ativarias referem-se ao passivo decorrente de benefício pós-emprego por compromissos assumidos relacionado à indenização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e aviso prévio dos seus empregados, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas obrigações, no montante de R$ 25.682 (2018 - R$ 25.662), na controladora e R$ 26.381 (2018 - R$ 26.302) no consolidado, foram calculadas por atuário independente e representam o valor presente das obrigações.

Saldo inicial	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Provisão/reversão custo do serviço corrente	25.662	23.356	26.302	23.880
Remensuração de obrigações	(1.606)	2.742	(1.341)	2.820
de benefícios pós-emprego	5.691	3.390	5.830	3.638
Benefícios liquidados	(4.065)	(3.826)	(4.410)	(4.036)
Saldo final	25.682	25.662	26.381	26.302

As principais premissas atuariais em 31 de dezembro, são as seguintes:

	2019	2018	2017
Hipóteses econômicas			
Taxa de desconto efetiva - % a.a.	2,52	4,73	4,90
Inflação - % a.a.	3,60	4,00	4,59
Taxa de capacidade			
Salários - %	5,67	6,08	6,68
Hipóteses demográficas			
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-2000

Benefícios a empregados: O Grupo oferece a seus empregados benefícios como seguro de vida, assistência médica e plano de suplementação de aposentadoria, entre outros. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência, e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício. O Grupo é patrocinador de aposentadoria dos empregados é administrado pela Previplan - Sociedade de Previdência Privada, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pelo Grupo e outras companhias, nos termos da legislação brasileira. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação de previdência privada, aprovadas pela Superintendência de Fiscalização e vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social. A Companhia contribui com uma taxa variável sobre a folha de pagamento, alcançando, em 2019, o total de R$ 4.598 (R$ 4.405 em 2018). **20. Patrimônio líquido e Capital social:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está dividido em 184.862.969 ações ordinárias, cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto, com valor nominal de R$ 1,00 cada. Para as ações em tesouraria, a Companhia possui remetem lucros ao exterior e repatriarem o capital investido, é necessário que esse capital esteja registrado no Banco Central do Brasil (BACEN). O capital nesse grupo está registrado através dos certificados RDE-IED (IA019692, IA019025 e IA038651. **(b) Juros sobre o capital próprio e dividendos propostos:** Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) no mesmo de 2019, no montante de R$ 26.823, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2019 é R$ 40.942 (2018 - R$ 18.142). O imposto de renda e a contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram reduzidos em R$ 9.120, aproximadamente, em decorrência da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197, é assim demonstrado:

	Controladora 2019	Controladora 2018
Lucro líquido do exercício	99.558	39.452
Reserva legal - 5%, até o limite de 20% do capital social	-	-
Base de cálculo dos dividendos	99.558	39.452
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	24.890	9.863
Juros sobre capital próprio deliberados	26.823	-
Juros sobre capital próprio sobre os juros sobre o capital próprio	(4.023)	-
Remuneração líquida no ano	22.800	-

(c) Reservas de lucros: (i) Reserva de retenção de lucros: De acordo com o estabelecido no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações a Diretoria da Companhia irá propor à Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada dentro do prazo legal, a retenção do saldo do lucro do exercício de 2019, destinando-o à conta "Reserva de lucros". Em conformidade ao estabelecido no artigo 199 em vigor da Lei das Sociedades por Ações, a Diretoria da Companhia em Assembleia Geral Ordinária destinará o valor não destinado da conta "Retenção de lucros", no montante de R$ 143.400, como distribuição de dividendos. **(ii) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido do exercício anterior, até o limite máximo de 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

21. Despesas e custos por natureza

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Despesas com empregados	193.311	189.291	204.777	201.936
Encargos de depreciação e amortização	38.158	25.888	43.192	30.257
Despesas de transporte	29.813	30.408	36.517	42.351
Despesas de energias	50.346	41.808	55.059	47.439
Despesas de manutenção	62.789	45.590	68.095	52.136
Variações nos estoques para revenda	129.120	117.812	129.406	114.289
Matérias primas, embalagens e materiais de consumo	380.871	358.753	388.546	368.746
Despesas com serviços prestados por pessoas jurídicas	44.502	42.873	51.496	42.873
Outras despesas	77.166	103.010	70.218	104.343
	1.006.076	959.433	1.047.306	1.004.370

22. Despesas de benefícios a empregados

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Salários, benefícios e outras	111.096	147.930	160.495	158.343
Encargos sociais	37.687	36.952	39.495	39.001
Custos de planos de pensão	4.618	4.409	4.787	4.592
	153.311	189.291	204.777	201.936

Quantidade de empregados ao final do exercício: 857 865 979 866

23. Resultado financeiro

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Despesas bancárias	(441)	(544)	(447)	
Despesas de juros bancários	(2.515)	(1.588)	(2.529)	(1.611)
Despesas e comissões	(156)	(115)	(160)	(117)
Despesas de juros - Direito de uso	(4.038)	-	(4.107)	-
Outras	(1.917)	(292)	(1.984)	(339)
Despesas financeiras	(9.067)	(2.540)	(9.347)	(2.514)
Outras receitas de juros	235	238	235	238
Receitas financeiras bancárias	96	1.480	196	1.813
Juros recebidos de clientes	153	356	227	407
Variações cambiais líquidas	376	2.085	383	2.073
Outras	255	353	300	188
Receitas financeiras	1.115	4.512	1.341	4.729
Resultado financeiro, líquido	(7.952)	1.868	(8.006)	2.215

24. Receita

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita bruta de vendas e serviços				
Venda de produtos	1.137.557	1.089.377	1.196.474	1.158.626
Prestação de serviços	122.646	120.670	132.976	130.276
	1.260.203	1.210.053	1.329.378	1.288.902
Deduções da receita bruta de vendas e serviços				
Impostos sobre vendas e serviços	(254.974)	(255.297)	(265.997)	(266.757)
Deduções e abatimentos	(201)	(1.240)	(556)	(1.301)
	(255.175)	(256.537)	(266.553)	(268.058)
	1.005.028	953.516	1.062.825	1.020.844

25. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Formação e Reversão de provisões	26.068	6.454	26.210	7.417
Reembolso de gastos com pesquisa e desenvolvimento	8.631	9.518	8.631	9.518
Comissão estampagem	1.937	1.357	1.937	2.357
Lançamento de depósito judicial	10.279	1.770	10.279	1.770
Ganho na venda do terreno de Duque de Caxias	6.449	-	6.449	-
Repasse/aluguel de direito	2.265	-	2.265	-
Prêmio de fidelização - folha de pagamento	-	3.000	-	3.000
Ressarcimento de ativos excedentes de tarpaes	5.251	7.030	5.251	7.030
Outros resultados	9.048	4.711	9.498	5.577
	69.928	33.840	70.520	36.669

26. Seguros (Não auditado): A política do Grupo é ade manter cobertura de seguros para todos os bens do imobilizado e estoques, sujeitos a risco, por montantes considerados como suficientes para cobrir sinistro, considerando a natureza da sua atividade e orientação dos seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	583.900
Responsabilidade civil	106.630

A cobertura de seguros não foi objeto de avaliação por parte dos nossos auditores independentes. **27. Eventos Subsequentes:** No final de 2019, o surto de uma doença contagiosa, o COVID-19, foi primeiramente reportado em Wuhan, na China continental, e, posteriormente, espalhou-se por diversos países. Desde então, têm sido informados globalmente casos de contágio e fatalidade devido ao vírus, de forma que, em 3 de março de 2020, o surto foi caracterizado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde. Nossas operações sofreram impacto ainda não mensurados em decorrência do coronavírus uma vez que os Estados brasileiros e do exterior, de modo geral, decretaram estado de calamidade pública no mês de março de 2020. Sendo assim, Administração está tomando as medidas necessárias para que as nossas operações e serviços sejam afetados com cautela em suas ações até que se possa mensurar os impactos futuros no setor e nos seus diversos negócios e ela empregue os melhores esforços para prover informações que expilhem a realidade econômica.

Arthur Luis Garcia Queiltas - Diretor Financeiro - CPF: 037.399.098-41

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas - **Clariant S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Clariant S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Clariant S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, a posição patrimonial e financeira da **Fundação para Pesquisa e Assistência Social** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, segundo essas normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nessas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais ser mantenr em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2020.

BDO RCS Auditores Associados Ltda - CRC 2 SP 015165/O-8
Mauro de Almeida Ambrósio - Contador CRC 1 SP 199692/O-5

FUNDAÇÃO PRADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instituidor: AGOSTINHO PRADA

C.N.P.J. nº 60.647.591/0001-15

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Membros do Conselho Fiscal: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sªs. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Estas contas foram por nós examinadas e julgadas corretas, recomendando-se sua aprovação. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sªs. para quaisquer informações adicionais.

São Paulo, fevereiro de 2020

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 - (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.744.020	3.282.957
Aluguéis a receber	5	151.375	168.233
		2.895.395	**3.451.190**
Não circulante			
Aluguéis a receber	5	13.614	81.274
Imobilizado	6	2.071.838	2.128.288
		2.085.452	**2.209.562**
Total do ativo		**4.980.847**	**5.660.752**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2019	2018
Circulante			
Impostos a pagar		821	803
Contas a pagar	7	551.802	565.673
		552.623	**566.476**
Não circulante			
Contas a pagar	7	-	550.000
		-	**550.000**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	8.1	3.835.524	3.958.476
Reserva estatutária	8.2	592.700	585.800
		4.428.224	**4.544.276**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.980.847**	**5.660.752**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 - (Em Reais)

	Patrimônio social	Reserva estatutária	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**3.923.332**		**568.100**	**4.491.432**
Fundo de reserva especial (Nota nº 8.2)	(17.700)		17.700	
Superávit do exercício			52.844	52.844
Transferência para o patrimônio social	52.844		(52.844)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**3.958.476**		**585.800**	**4.544.276**
Fundo de reserva especial (Nota nº 8.2)	(6.900)		6.900	
Déficit do Exercício			(116.052)	(116.052)
Transferência para o patrimônio social	(116.052)		116.052	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**3.835.524**		**592.700**	**4.428.224**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 - (Em Reais)

	Nota explicativa	2019	2018
Receitas operacionais			
Sem restrições			
Receitas de aluguel		2.811.212	2.594.492
Receitas diversas			202.996
Receitas financeiras		143.520	120.593
Valorização de ativos			72.396
Total das receitas		**2.954.732**	**2.990.477**
Custos operacionais com projetos			
Doações	9	(2.574.172)	(2.512.117)
Resultado bruto		**380.560**	**478.360**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(349.522)	(281.949)
Despesas tributárias		(7.028)	(6.260)
Despesas financeiras		(3.654)	(5.967)
Edifício Prada	11	(136.408)	(133.340)
Total despesas operacionais		**(496.612)**	**(425.516)**
(=) Superávit (déficit) do exercício		**(116.052)**	**52.844**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 - (Em Reais)

	2019	2018
(=) Superávit (déficit) do exercício	**(116.052)**	**52.844**
Outros resultados abrangentes		
(=) Resultado abrangente do exercício	**(116.052)**	**52.844**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 - (Em Reais)

	2019	2018
(Déficit)/superávit do exercício	**(116.052)**	**52.844**
Itens que não afetam o caixa operacional		
(+) Depreciação e amortização	56.450	56.450
(-) Atualização dos depósitos judiciais		(72.396)
	56.450	**(15.946)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+/-) Aumento líquido/(diminuição) em aluguéis a receber	84.518	(19.520)
(+/-) Aumento líquido/(diminuição) em depósitos judiciais		1.291.823
(+/-) (Diminuição)/aumento em contas a pagar	(563.871)	1.102.658
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(479.335)**	**2.374.451**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado		(1.100.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(1.100.000)**
(=) (Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(538.937)**	**1.311.349**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.282.957	1.971.608
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.744.020	3.282.957
(=) (Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(538.937)**	**1.311.349**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 - (Em Reais)

1. Contexto operacional: Constituída em 14 de dezembro de 1944, a Fundação Prada de Assistência Social é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos, conforme definição do artigo 3º da Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993, tem por finalidade promover a assistência social de seus cidadãos brasileiros ou estrangeiros, estes últimos se residentes no Brasil, sem distinção de sexo, raça, cor, credo religioso ou política, bem como o incentivo à cultura. Para fins de promoção da assistência social, poderá: **a)** prestar auxílios a outras instituições caritativas, educacionais ou científicas; **b)** promover igualdade de condições para o acesso aos projetos da Fundação, mediante assistência social nos termos propostos pela Legislação de Assistência Social vigente, assistindo gratuitamente, dentro dos limites de ie, a comunidade carente: • Auxiliar ou incentivar o progresso cultural, social, educacional, científico e artístico; • Criar e manter hospitais, maternidades, creches, habitações, escolas e outros estabelecimentos correlatos. A Fundação encontra-se registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob o nº 109.982/62-80 em 27 de novembro de 1962. Os recursos auferidos pela Fundação nos exercícios findos em 2019 para a manutenção das suas operações, em sua grande maioria, foram provenientes do aluguel de imóveis de sua propriedade. A Fundação possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), conforme Portaria nº 7 de 29 de janeiro de 2020, da Secretaria Nacional de Assistência Social, assegurando validade de 26 de outubro de 2019 a 26 de outubro de 2021. Como instituição de utilidade pública, a Fundação possui os seguintes certificados: • **Utilidade Pública Municipal** - Lei nº 6653 de 22 de outubro de 1990, na Cidade de Limeira; • **Utilidade Pública Estadual** - Lei nº 6.901 de 05 de setembro de 1962. No exercício de 2019, apoiou instituições filantrópicas e educacionais com especial foco nas áreas em crianças e adolescentes carentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, dentro de projetos que visem seu desenvolvimento educacional e profissional, notadamente, as instituições que prestam relevantes serviços à população. Diante da complexidade das situações e demandas por proteção social nos segmentos etários da infância e adolescência, e de conformidade com a Política Nacional de Assistência Social, atendeu projetos de entidades que prestam serviços sócios assistenciais de atendimento nos âmbitos da: **Proteção Social Básica: • Núcleo sócioeducativo:** apoiou financeiramente projetos de entidades sociais que desenvolvem ações de formação e capacitação profissional de jovens para o mercado de trabalho; • **Creche (Centros de Educação Infantil):** auxiliou entidades sociais a ampliar sua capacidade e melhorar seu atendimento às crianças por meio de adaptações no ambiente físico e treinamento de profissionais. **Proteção Social Especial de Média Complexidade: • Pessoas com deficiência:** apoiou financeiramente projetos que promovam a inclusão, qualificação e capacitação de crianças e jovens com deficiências auditivas, visuais e intelectuais para o mercado de trabalho. **Proteção Especial de Alta Complexidade: • Casa de Acolhidas:** auxiliou entidades sociais na reforma, aquisição de móveis, máquinas e equipamentos necessários para oferecer condições adequadas para atendimento das crianças para que se tornem jovens com condições de reintegração à sociedade, inclusive entidade que acolhe somente crianças com HIV; • **População de rua:** auxiliou instituições que abrigam e atendem a população moradora em espaços públicos em situação de extrema pobreza de abrigo, alimentação, higiene e socialização. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) – entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros. **Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração determine estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revistas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alteram. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se a: • Vida útil do imobilizado; • Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa. Não houve mudanças nas estimativas no período em relação àquelas que vinham sendo adotadas. **3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **3.1. Apuração de resultados:** O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **3.2. Ativo circulante:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A conta de aluguéis a receber representa os aluguéis do período de competência e estão registrados pelo seu valor nominal. **3.3. Ativo imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, sendo terreno e edifícios, acrescidos de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, deduzida a subsequente depreciação para edificações. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 6, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **3.4. Demonstrações dos fluxos de caixa:** Foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa. As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. As informações sobre na demonstração do fluxo de caixa são os seguintes: • **Atividades operacionais:** referem-se às principais receitas da Fundação e outras atividades que não são de investimento e de financiamento; • **Atividades de investimento:** referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa; • **Atividades de financiamento:** referem-se a atividades que resultam mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	500	500
Conta-corrente	430.976	17.302
Aplicações financeiras – CDB Bradesco	2.312.544	3.265.155
	2.744.020	**3.282.957**

5. Aluguéis a receber

	2019	2018
Aluguéis e condomínio a receber	164.989	249.507
	164.989	**249.507**
Circulante	151.375	168.233
Não circulante	13.614	81.274

6. Ativo imobilizado

	% Taxa anual de depreciação	2019	2018
Terrenos	-.	686.846	686.846
Edificações	4%	2.711.396	2.711.396
Equipamentos e instalações	10%	41.787	41.787
Imobilizado em andamento **(a)**		1.100.000	1.100.000
(-) Depreciação acumulada		(2.468.191)	(2.411.741)
		2.071.838	**2.128.288**

(a) Imobilizado em Andamento refere-se ao fornecimento e instalação de materiais de alta tecnologia com serviços especializados necessários para a modernização de quatro elevadores do Edifício Prada, conforme contrato nº SPN104/2018 firmado com Elevadores Otis Ltda. em 19 de dezembro de 2018. Os serviços serão concluídos no prazo máximo de dezoito meses.

7. Contas a pagar

	2019	2018
Elevadores Otis Ltda.	549.999	1.100.000
Demais contas	1.803	15.673
	551.802	**1.115.673**
Circulante	551.802	565.673
Não circulante		550.000

Os serviços contratados de Elevadores Otis Ltda. serão pagos da seguinte maneira: um sinal e vinte e três prestações mensais e consecutivas, com vencimento de 15/01/2019 a 15/12/2020. **8. Patrimônio social:** **8.1. Patrimônio social:** O patrimônio social é composto pelos superávits e déficits acumulados de exercícios anteriores. Os superávits dos exercícios são destinados à formação de reserva especial, conforme determinações estatutárias vigentes e à constituição da atividades da Fundação. **8.2. Fundo de reserva especial:** O fundo de reserva especial, conforme determinou o artigo 5º dos estatutos sociais, será destinado para cobrir eventuais insuficiências do patrimônio e a juízo do Conselho Curador, complementar as verbas orçamentárias destinadas à manutenção e ampliação das atividades. É constituído pelo valor de 8,5% da renda líquida anual, deduzidos os descontos e abatimentos, limitado a 15% do patrimônio social, tendo sido apurado o montante de R$ 6.900 no exercício de 2019, assim somando o total de reserva especial de R$ 592.700. **9. Doações (assistências diversas):** No exercício de 2019, a Fundação apoiou financeiramente diversos projetos apresentados por entidades caritativas, educacionais e especial foco na criança e no adolescente carente. O montante das doações foi de R$ 2.574.172 (2018 - R$ 2.512.117).

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO PRADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** examinou as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nos exames efetuados e considerando o parecer, sem ressalvas, dos auditores BDO RCS Auditores Associados Ltda, datado de 03 de março de 2020, é de opinião que as demonstrações contábeis acima referidas estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho Curador da Fundação.

São Paulo, 04 de março de 2020. **O Conselho Fiscal**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho Curador, Conselho Fiscal e Diretoria da **Fundação Prada de Assistência Social** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Prada de Assistência Social ("Fundação")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em n

ACS Participações Ltda. - CNPJ 50.205.657/0001-63

Relatório da Administração

Senhores Quotistas,A Administração da ACS Participações Ltda. ("ACS") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 2019. São Paulo, 14 de abril de 2020.

Balanços Patrimoniais Individual e Consolidado Levantados em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 *(Em milhares de reais - R$)*

ATIVO	Referência nota explicativa	Individual 2019	Consolidado 2019	Individual 2018	Consolidado 2018
Circulante		**126.851**	**239.990**	**640.250**	**670.442**
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 4	**28**	**1.147**	**83**	**566**
Aplicações financeiras	Nota 5	**119.014**	**213.859**	**635.011**	**670.442**
Certificado de depósito bancário - CDB		-	39.683	-	-
Letras financeiras - LF		14.767	14.767	543.446	543.446
Títulos de valores de investimento		95.247	154.944	91.565	91.565
Títulos e valores mobiliários no exterior		-	4.465	-	29.453
Outros créditos		**16.809**	**24.993**	**5.156**	**8.236**
Diversos	Nota 6	16.809	24.993	5.156	8.236
Não Circulante		**694.220**	**600.263**	**152.397**	**134.924**
Aplicações financeiras	Nota 5	**356.958**	**503.201**	**22.951**	**129.625**
Certificado de depósito bancário - CDB		55	16.720	40	39.807
Letras financeiras - LF		356.893	511.321	22.911	22.911
Letras de câmbio - LC		10	10	-	-
Títulos e valores mobiliários no exterior		-	65.144	-	36.897
Outros créditos		**-**	**2.313**	**-**	**2.167**
Diversos	Nota 6	-	2.313	-	2.167
Investimentos		**334.767**	**-**	**126.857**	**-**
Participações em controladas - no país	Nota 7	255.503	-	80.287	-
Participações em controladas - no exterior		79.864	-	66.580	-
Imobilizado		**2.495**	**4.450**	**2.589**	**2.892**
Outras imobilizações	Nota 8	3.084	5.353	3.081	3.492
(Depreciações acumuladas)	Nota 8	(589)	(903)	(492)	(600)
Intangível		**-**	**299**	**-**	**-**
Total do Ativo		**821.071**	**840.252**	**792.647**	**814.366**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Referência nota explicativa	Individual 2019	Consolidado 2019	Individual 2018	Consolidado 2018
Circulante		**15.056**	**20.371**	**16.503**	**26.446**
Outras obrigações		**15.056**	**20.371**	**16.503**	**26.446**
Sócios e estatutárias		-	69	-	6
Fiscais e previdenciárias	Nota 9.a)	15.018	16.569	16.480	17.621
Diversas	Nota 9.b)	18	3.702	17	8.819
Não Circulante		**-**	**13.672**	**-**	**11.673**
Outras obrigações		**-**	**13.672**	**-**	**11.673**
Diversas	Nota 9.b)	-	13.672	-	11.673
Resultados de Exercícios Futuros		**-**	**4**	**-**	**5**
Patrimônio Líquido		**806.015**	**806.015**	**776.144**	**776.144**
Capital social -		**623.597**	**623.597**	**623.448**	**623.448**
De domiciliados no país	Nota 12.a)	623.597	623.597	623.448	623.448
Reservas de capital		-	-	149	149
Reservas de lucros	Nota 12.b)	179.357	179.357	152.109	152.109
Ajustes de avaliação patrimonial - Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL		3.061	3.061	438	438
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**821.071**	**840.252**	**792.647**	**814.268**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 *(Em milhares de reais - R$)*

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**623.448**	**149**	**152.109**	**438**	**-**	**776.144**
Ajustes ao valor de mercado -						
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL	-	-	-	2.623	-	2.623
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.248	27.248
Aumento de capital	149	-	(149)	-	-	-
Destinações:						
Outras reservas de lucros	-	-	27.248	-	(27.248)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	**623.597**	**149**	**179.357**	**3.061**	**-**	**806.015**
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	**623.448**	**149**	**114.582**	**4.954**	**-**	**743.133**
Ajustes ao valor de mercado -						
Instrumentos financeiros ativos mensurados pelo valor justo pelo PL	-	-	-	(4.516)	-	(4.516)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.527	37.527
Destinações:						
Outras reservas de lucros	-	-	37.527	-	(37.527)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	**623.448**	**149**	**152.109**	**438**	**-**	**776.144**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)*

	Referência nota explicativa	Individual 2019	Consolidado 2019	Individual 2018	Consolidado 2018
Receita de prestação de serviços	Nota 13.a)	-	32.143	-	27.294
Custos com os serviços prestados	Nota 13.b)	-	(33.976)	-	(19.915)
Lucro Bruto		**-**	**(1.833)**	**-**	**7.379**
Receitas (Despesas)		**2.746**	**(12.623)**	**9.056**	**(19.556)**
Despesas administrativas	Nota 13.c)	(438)	(10.781)	(438)	(38.523)
Despesas com pessoal	Nota 13.d)	(195)	(200)	(238)	(433)
Despesas tributárias	Nota 13.e)	(1.948)	(2.442)	(2.158)	(2.583)
Outras despesas	Nota 13.f)	-	(15.122)	-	(11.637)
Lucro na venda	Nota 13.g)	6	15.722	126	19.885
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		5.280	-	11.884	-
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras		**2.746**	**(14.456)**	**9.056**	**3.175**
Receitas financeiras	Nota 13.h)	39.379	56.943	44.786	57.114
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**42.125**	**42.288**	**53.842**	**53.936**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**Nota 10**	**(14.877)**	**(15.040)**	**(16.315)**	**(16.412)**
Provisão para imposto de renda		(10.933)	(11.046)	(11.996)	(12.056)
Provisão para contribuição social		(3.944)	(3.994)	(4.319)	(4.356)
Lucro Líquido do Exercício		**27.248**	**27.248**	**37.527**	**37.527**
Quantidade de quotas	Nota 12.a)	54.225.802	54.225.802	54.212.863	54.212.863
Lucro líquido por quotas no fim do exercício - R$		0,50	0,50	0,01	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)*

	Individual 2019	Consolidado 2019	Individual 2018	Consolidado 2018
Lucro Líquido do Exercício	**27.248**	**27.248**	**37.527**	**37.527**
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL	2.623	-	-	(4.516)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	**27.248**	**29.871**	**37.527**	**33.011**
Total do Resultado Abrangente Atribuível a:				
Quotistas controladores	27.248	29.871	37.527	33.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - DFC para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 *(Em milhares de reais - R$)*

	Individual 2019	Consolidado 2019	Individual 2018	Consolidado 2018
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido do Exercício	**27.248**	**27.248**	**37.527**	**37.527**
Depreciações e amortizações	98	253	(88)	(51)
Resultado de participações em controladas	(5.280)	-	(11.884)	-
Lucro Líquido Ajustado	**22.066**	**27.501**	**25.555**	**37.476**
Variação de Ativos e Obrigações	**177.890**	**(25.150)**	**(25.348)**	**(38.523)**
Aumento (Redução) em aplicações financeiras	150.551	(14.372)	(28.648)	(49.882)
Redução em outros créditos	(11.653)	(16.903)	(521)	(635)
Aumento em outras obrigações	12.995	10.677	15.448	22.318
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.442)	(14.553)	(11.628)	(11.747)
Aumento em resultados de exercícios futuros	-	1	-	23
Caixa Líquido gerado pelas (Aplicado nas) Atividades Operacionais	**199.948**	**2.351**	**207**	**(1.047)**
Atividades de Investimento				
Imobilizado de uso	(3)	(2.170)	(138)	(244)
Investimento em subsidiárias	(200.000)	-	-	-
Caixa Líquido gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Investimento	**(200.003)**	**(2.170)**	**(138)**	**(244)**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(55)**	**181**	**71**	**(1.291)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	83	566	12	2.257
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	28	1.147	83	566
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(55)**	**181**	**71**	**(1.291)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 *(Em milhares de reais - R$)*

	Individual 2019	Consolidado 2019	Individual 2018	Consolidado 2018
1. Receitas	**2.752**	**(12.623)**	**9.056**	**(19.556)**
Prestação de serviços	-	32.143	-	27.294
Outras receitas	2.752	(44.766)	9.056	(46.850)
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	**(1.948)**	**(2.442)**	**(2.158)**	**(2.583)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.948)	(2.442)	(2.158)	(2.583)
3. Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	**804**	**(15.065)**	**6.898**	**(22.139)**
4. Depreciação e Amortização	**(98)**	**(253)**	**88**	**51**
5. Valor Adicionado Líquido Produzido (3 - 4)	**706**	**(15.318)**	**6.986**	**(22.088)**
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	**32.099**	**45.223**	**33.900**	**46.330**
Resultado de participações em controladas	5.280	-	11.884	-
Receitas financeiras	26.819	45.223	22.016	46.330
7. Valor Adicionado a Distribuir (5 + 6)	**32.805**	**29.905**	**40.886**	**24.242**
8. Distribuição do Valor Adicionado	**32.805**	**29.905**	**40.886**	**24.242**
Pessoal	195	200	238	433
Impostos, taxas e contribuições	5.362	2.457	3.121	4.282
Remuneração de capitais de terceiros	-	-	-	-
Remuneração de capitais próprios	27.248	27.248	37.527	19.527

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)*

1. Contexto Operacional: A ACS Participações Ltda. ("ACS") é uma sociedade empresária, constituída na forma de limitada. A sociedade tem como objetivo social a prestação e administração de serviços de crediário, cadastro, cobrança de títulos, cartão e dívidas, processamento de dados, emissão e/ou administração de sistema de cartões de crédito em convênio com instituições financeiras e outras empresas, a participação em empreendimentos imobiliários, a compra, venda, locação e manutenção de equipamentos utilizados em atividades empresariais e a participação em outras sociedades. A ACS é uma empresa integrante do Conglomerado Banco Daycoval S.A.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras da ACS, aprovadas em Reunião de Sócios realizada em 14 de abril de 2020, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da ACS, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas gerencialmente pela Administração da ACS na sua gestão. Pronunciamento contábil e interpretação emitidos recentemente: • CPC 08 - Arrendamentos - este pronunciamento estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Sua adoção se deu a partir de 1º de janeiro de 2019, porém não houve impactos para a ACS. • Interpretação técnica ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Sua adoção se deu a partir de 1º de janeiro de 2019, porém não houve impactos para a ACS. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a ACS e suas controladas diretas apresentadas a seguir:

	% - Participação 2019	% - Participação 2018
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda. ("IFP")	99,99	99,99
SCC Agência de Turismo Ltda. ("SCC")	99,99	99,99
Treetop Investments Ltd. ("Treetop")	100,00	100,00

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre a ACS e suas controladas diretas, foram eliminados.

3. Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis adotadas pela ACS na preparação de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes: a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço; b) Os instrumentos financeiros representados em sua totalidade por títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada por Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores. • Ativo financeiro classificado a valor justo por meio do patrimônio líquido - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem alvo e frequentemente negociados. Os ajustes ao valor de mercado (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados. • Ativo financeiro classificado a valor justo por meio do resultado - são os títulos e valores mobiliários ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado, conforme definido pelo modelo de negócios da entidade. A ACS utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento; • Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e • Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado. c) As participações em empresas controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Entende-se por influência significativa, a participação de 20% ou mais do capital votante. d) Os bens e direitos, classificados no imobilizado, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas anuais, mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. e) As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado, são reconhecidos pelo regime contábil adotado e data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualização monetária são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço, sendo as obrigações objeto de hedge ajustadas ao seu valor de mercado. f) A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A contribuição social foi apurada sobre o lucro ajustado, à alíquota de 9%. g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias, são reconhecidos, mensurados e divulgados, da seguinte forma: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e de Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificável, provisionado e atualizado mensalmente, independente de sua probabilidade de perda. h) Os resultados de exercícios futuros referem-se a receitas financeiras antecipadamente pagas as quais não existam perspectivas de exigibilidade futura, sendo a sua apropriação nas demonstrações do resultado em razão da fluência do prazo das transações que as originaram para o Consolidado. i) A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: i) avaliação de instrumentos financeiros; e ii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. j) Os instrumentos financeiros ativos e passivos pré-fixados são ajustados a valor presente pela existência das contas retificadoras de receitas e despesas a apropriar, que ajustam esses instrumentos aos seus valores de mercado, em sua maioria realizado como se fossem operações à vista, bem como para os instrumentos financeiros pós-fixados, que são realizados pelo seu valor à vista e são periodicamente atualizados por suas respectivas taxas. k) Moeda funcional, de apresentação, transações em moedas estrangeiras e equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior: I - Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras da ACS, estão apresentadas em Reais (R$), sendo esta a sua moeda funcional e de apresentação. Conforme estabelecido pelo CPC 02 (R2) a ACS definiu que a moeda funcional e de apresentação para cada uma de suas controladas diretas, incluindo entidades sediadas no exterior, também será em Reais (R$). II – Conversão das transações em moeda estrangeira Conforme moeda funcional para as entidades sediadas no exterior definida no item "i" acima, as operações realizadas em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, são convertidas aplicando as taxas de câmbio do respectivo balancete ou balanço para os itens monetários, ativos e passivos avaliados a valor justo ou a valor de mercado e para os itens não classificados como monetários. III- Equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior: A equivalência patrimonial das entidades sediadas no exterior, cuja moeda funcional está definida no item "i" acima, é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado da ACS na rubrica de "Resultado de equivalência patrimonial".

4. Caixa e Equivalentes de Caixa: O caixa e equivalentes de caixa estão compostos da seguinte forma: O caixa e equivalentes de caixa estão compostos por depósitos à vista mantidos em instituições financeiras, totalizando R$28 no individual e R$1.147 no consolidado em 31 de dezembro de 2019 (R$83 no individual e R$566 no consolidado em 2018).

5. Aplicações Financeiras

a) Composição por categoria e tipo de aplicações financeiras:

	Individual 2019 Custo atualizado	Individual 2019 Valor de mercado [1]	Individual 2018 Custo atualizado	Individual 2018 Valor de mercado [1]
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo resultado - Nível II	**371.660**	**371.660**	**566.357**	**566.357**
Letras financeiras - LF	371.660	371.660	566.357	566.357
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL - Nível I	**95.247**	**95.247**	**91.565**	**91.565**
Cotas de fundos de investimento	95.247	95.247	91.565	91.565
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL - Nível II	**65**	**65**	**40**	**40**
Certificado de depósito bancário - CDB	55	55	40	40
Letras de câmbio - LC	10	10	-	-
Total de aplicações financeiras	**466.972**	**466.972**	**657.962**	**657.962**

	Consolidado 2019 Custo atualizado	Consolidado 2019 Valor de mercado [1]	Consolidado 2018 Custo atualizado	Consolidado 2018 Valor de mercado [1]
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo resultado - Nível II	**582.442**	**582.442**	**636.224**	**636.224**
Certificado de depósito bancário - CDB	56.354	56.354	69.887	69.887
Letras financeiras - LF	526.088	526.088	566.357	566.357
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL - Nível I	**221.492**	**224.553**	**163.305**	**163.803**
Cotas de fundos de investimento	154.944	154.944	97.543	97.543
Títulos e valores mobiliários no exterior	66.548	69.609	65.822	66.260
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL - Nível II	**65**	**65**	**40**	**40**
Certificado de depósito bancário - CDB	55	55	40	40
Letras de câmbio - LC	10	10	-	-
Total de aplicações financeiras	**803.999**	**807.060**	**799.629**	**800.067**

[1] *O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2019, divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, pelas administradoras dos fundos de investimento nos quais a ACS mantém aplicações, pela B3 S.A - Brasil, Bolsa, Balcão e por outras agentes formadores de preços no caso dos títulos e valores mobiliários adquiridos no exterior.*

b) Composição por prazo de vencimento das aplicações financeiras:

	Individual 2019 Sem vencimento	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo resultado - Nível II	**-**	**14.767**	**-**	**356.893**	**-**	**371.660**
Letras financeiras - LF	-	14.767	-	356.893	-	371.660
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL - Nível I	**95.247**	**-**	**-**	**-**	**-**	**95.247**
Cotas de fundos de investimento	95.247	-	-	-	-	95.247
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL - Nível II	**-**	**-**	**20**	**45**	**-**	**65**
Certificado de depósito bancário - CDB	-	-	10	45	-	55
Letras de câmbio - LC	-	-	10	-	-	10
Total de aplicações financeiras	**95.247**	**14.767**	**20**	**356.938**	**-**	**466.972**

	Individual 2018 Sem vencimento	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo resultado - Nível II	**-**	**543.446**	**22.911**	**-**	**-**	**566.357**
Letras financeiras - LF	-	543.446	22.911	-	-	566.357
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL - Nível I	**91.565**	**-**	**-**	**-**	**-**	**91.565**
Cotas de fundos de investimento	91.565	-	-	-	-	91.565
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL - Nível II	**-**	**-**	**-**	**40**	**-**	**40**
Certificado de depósito bancário - CDB	-	-	-	40	-	40
Total de aplicações financeiras	**91.565**	**543.446**	**22.911**	**40**	**-**	**657.962**

	Consolidado 2018 Sem vencimento	De 1 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo resultado - Nível II	**-**	**54.450**	**318**	**527.674**	**-**	**582.442**
Certificado de depósito bancário - CDB	-	39.683	318	16.353	-	56.354
Letras financeiras - LF	-	14.767	-	511.321	-	526.088
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL - Nível I	**154.944**	**4.353**	**112**	**10.888**	**33.993**	**20.263**	**224.553**
Cotas de fundos de investimento	154.944	-	-	-	-	-	154.944
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	4.353	112	10.888	33.993	20.263	69.609
Instrumentos financeiros ativos mensurados a valor justo pelo PL - Nível II	**-**	**-**	**-**	**20**	**45**	**-**	**65**
Certificado de depósito bancário - CDB	-	-	-	10	45	-	55
Letras de câmbio - LC	-	-	-	10	-	-	10
Total de aplicações financeiras	**154.944**	**4.353**	**54.562**	**11.226**	**581.712**	**20.263**	**807.060**

	Individual 2019 Circulante	Individual 2018 Circulante
Diversos		
Impostos e contribuições a compensar [a]	16.803	5.156
Participações pagas antecipadamente	6	-
Total	**16.809**	**5.156**

	Consolidado 2019 Não circulante	Consolidado 2019 Circulante	Consolidado 2018 Não circulante	Consolidado 2018 Circulante
Diversos	**53**	**24.993**	**2.313**	**8.236**
Adiantamentos salariais	53	-	-	133
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	625	-	133	-
Devedores por depósitos em garantia [b]	-	2.313	2.167	-
Impostos e contribuições a compensar [a]	20.644	6.817	-	-
Participações pagas antecipadamente	6	-	-	-
Dividendos diversos	3.997	1.465	-	-
Total	**24.893**	**2.313**	**8.236**	**2.167**

[a] *Em 31 de dezembro de 2019, referem-se aos registros de obrigações decorrentes de exigências legais realizadas para interposição de recursos relativos a tributos.*

[b] *Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de "Impostos e contribuições a compensar" está composta, por: (i) antecipações de imposto de renda e de contribuição social no montante de R$3.280 (R$3.796 em 2018) para o individual e R$3.355 (R$4.127 em 2018) para o consolidado; e (ii) outros impostos e contribuições a compensar no montante de R$13.523 (R$1.360 em 2018) para o individual e R$17.289 (R$2.489 em 2018) para o consolidado.*

7. Investimentos: Os investimentos estão representados por participações em empresas controladas e as principais informações estão apresentadas a seguir:

Empresas controladas diretamente:	Treetop [a] 2019	Treetop [a] 2018	IFP [a] 2019	IFP [a] 2018	SCC 2019	SCC 2018
Ativos totais	79.864	72.943	261.481	62.382	13.613	13.154
Passivos totais	-	6.353	182.466	15.142	196	125
Patrimônio líquido	79.864	66.590	242.489	47.239	13.414	13.029
Capital social	10.756	10.340	260.020	60.000	10.000	10.000
Quantidade de ações / cotas possuídas	2.668.585	2.668.585	260.020.000	60.000.000	10.000.000	10.000.000
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	9.651	14.881	(4.749)	(3.258)	386	261
Participação %	100,00%	100,00%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Investimento ajustado	**79.864**	**66.590**	**242.487**	**47.238**	**13.414**	**13.029**
Resultado de equivalência patrimonial do exercício [b]	**9.651**	**14.881**	**(4.749)**	**(3.258)**	**386**	**261**

[a] *Em 31 de dezembro de 2019, o resultado de equivalência patrimonial para o exercício findo naquela data, receita no montante R$2.626 (receita de R$3.089 em 2018), foi reconhecido no resultado da ACS.*

[b] *Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido no resultado da ACS, receita de variação cambial no montante de R$2.662 (receita de R$7.792 em 2018) sobre os investimentos na Treetop.*

[c] *Em 06 de julho de 2019, conforme aferição contratual, a ACS realizou aumento de capital de R$200 milhões na IFP.*

8. Imobilizado de Uso

Descrição	Depreciação anual - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Individual 2019 Valor líquido
Imóveis de uso	4	2.140	-	2.140	2.140
Veículos	10	944	(589)	355	355
Total		**3.084**	**(589)**	**2.495**	**2.495**

Descrição	Depreciação anual - %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Individual 2018 Valor líquido
Imóveis de uso	4	2.140	-	2.140	2.140
Instalações	10	1.366	(65)	1.301	-
Móveis e equipamentos de uso	10	466	(27)	439	439
Veículos	10	1.381	(711)	670	492
Total		**5.353**	**(903)**	**4.450**	**2.892**

9. Outras Obrigações

a) Fiscais e previdenciárias:

	Individual 2019 Circulante	Individual 2018 Circulante
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	10.933	11.996
Provisão para contribuição social sobre o lucro	3.944	4.325
Impostos e contribuições a recolher	141	159
Total	**15.018**	**16.480**

	Consolidado 2019 Circulante	Consolidado 2018 Circulante
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	11.046	12.055
Provisão para contribuição social sobre o lucro	3.994	4.357
Impostos e contribuições a recolher	529	1.209
Total	**16.569**	**17.621**

	Individual 2019 Circulante	Individual 2018 Circulante
Provisão para pagamentos a efetuar [1]	18	17
Total	**18**	**17**

	Consolidado 2019 Circulante	Consolidado 2018 Circulante
Provisão para pagamentos a efetuar [1]	3.702	8.777
Provisão para riscos (Nota 11)	13.672	11.673
Diversos	42	42
Total	**3.702**	**8.819**

[1] *Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de "Provisão para pagamentos a efetuar" está composta, substancialmente, por despesas de pessoal no montante de R$18 para o Individual e de R$2.091 para o Consolidado e contam a pagar de empresa IFP no montante de R$1.611 em 31 de dezembro de 2018, era composta, substancialmente, por despesas de pessoal no montante de R$18 para o Individual e R$1.217 para o Consolidado e empréstimos realizado de R$0.353 pela empresa Treetop)*

b) Diversas:

	Individual 2019 Circulante	Individual 2018 Circulante
Provisão para pagamentos a efetuar [1]	18	17
Total	**18**	**17**

	Consolidado 2019 Circulante	Consolidado 2018 Circulante
Provisão para pagamentos a efetuar [1]	3.702	8.777
Provisão para riscos (Nota 11)	13.672	11.673
Diversos	42	42
Total	**3.702**	**8.819**

[1] *Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de "Provisão para pagamentos a efetuar" está composta, substancialmente, por despesas de pessoal no montante de R$18 para o Individual e de R$2.091 para o Consolidado e contam a pagar de empresa IFP no montante de R$1.

Jornal O DIA SP

QUINTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2020

São Bento Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/ME nº 20.555.840/0001-28 - NIRE 35.300.467.167 - **Ata de RCA Realizada em 5/12/19**. 5/12/19, às 10h30, na sede social da Companhia. **Presença:** totalidade dos membros do Conselho. **Mesa:** Olimpio Mabarazo Neto - Presidente; Rafael Freitas de Aguiar - Secretário. **Deliberações:** Por unanimidade: 1. Aprovar e ratificar a renúncia, da Lilo Henrique da Silveira Francisci, ao cargo de Diretor Presidente, conforme termo de renúncia apresentado nesta data, a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. 2. Eleger, o **Fauze Barreto Antun**, para o cargo de Diretor Presidente. O Diretor ora eleito fica, investido no cargo, mediante assinatura de respectivo termo de posse, a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, com a assinatura de declaração de desimpedimento, para o exercício de suas funções, nos termos do artigo 147 da Lei das S.A., a qual declarará, sob as penas da lei, que não está impedido por lei de exercer a administração. O mandato do Diretor ora eleito expirará em 30/7/21, data de término do mandato atual da Diretoria, nos termos da RCA de 30/7/19, registrada na JUCESP nº 514.453/19-0, em 27/9/19. Nada mais. JUCESP nº 23.420/20-8 em 16/1/20. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

São Bento Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/ME nº 20.555.840/0001-28 - NIRE 35.300.467.167 - **Ata de AGO Realizada em 27/11/19.** 27/11/19, às 10h45, na sede social da Companhia. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Olimpio Mabarazo Neto - Presidente; Rafael Freitas de Aguiar - Secretário. **Deliberações:** Por unanimidade. 1. Aprovadas a prestação de contas dos administradores, bem como as Demonstrações Financeiras da referentes ao exercício social encerrado em 31/12/18. 2. Foi consignado que não foi apurado lucro no exercício social encerrado em 31/12/18, restando assim prejudicada qualquer discussão a esta data de forma do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes a referido exercício social. Nada mais. JUCESP nº 4.331/20-5 em 8/1/20. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

São Bento Investimentos Imobiliários e Participações S.A. - CNPJ/ME nº 20.555.840/0001-28 - NIRE 35.300.467.167 - **Ata de AGE Realizada em 2/10/19.** 2/10/19, às 10h, na sede da Companhia. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Olimpio Mabarazo Neto - Presidente; Luis Henrique da Silveira Francisci - Secretário. **Deliberações por unanimidade:** Foi aprovada, a ratificação das matérias: • eleição dos Srs. Helmut José Ferraz Flaiff, Marcelo Fedak, e Rafael Freitas de Aguiar como membros da Diretoria, conforme RCA de 28/6/17, arquivada na JUCESP em 5/10/17, sob nº 459.134/17-6; • retificação da ata da RCA de 28/4/17, em que constou erroneamente o prazo de mandato dos membros da Diretoria, devidamente retificado conforme RCA de 2/5/17, arquivada na JUCESP em 10/11/17, sob nº 508.742/17-1; • ratificação da renúncia do Sr. Helmut José Ferraz Flaiff e eleição do Sr. Luis Henrique da Silveira Francisci, conforme RCA de 22/12/17, arquivada na JUCESP em 16/2/18, sob nº 83.244/18-9; e • eleição dos Srs. Luis Henrique da Silveira Francisci, Marcelo Fedak e Rafael Freitas de Aguiar como membros da Diretoria, conforme RCA de 27/4/18, arquivada na JUCESP em 14/5/18, sob nº 224.849/18-9. Nada mais. JUCESP nº 34.549/20-1 em 17/1/20. Gisela Simiema Ceschin - Secretária-Geral.

COMPANHIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E ADMINISTRADORA PRADA

C.N.P.J. nº 51.459.642/0001-94

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sªs. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Estas contas foram por nós examinadas e julgadas corretas, recomendando-se sua aprovação. Permanecemos ao interio dispor de V.Sªs. para quaisquer informações adicionais. São Paulo, fevereiro de 2020 **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	2019	2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	14.392	7.854
Tributos a recuperar	1.400	2.816
Outros ativos	2	2
	15.794	10.672
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	15	15
	15	15
Imobilizado (Nota 4)	1.917	1.927
	1.932	1.942
Total do ativo	17.726	12.614

Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Fornecedores	3	3
Tributos a pagar	30	24
Dividendos a pagar	1.244	-
Outros passivos	12	16
	1.289	43
Patrimônio líquido (Nota 7)		
Capital social	14.165	14.165
Reserva de lucros	2.272	-
Prejuízos acumulados	-	(1.594)
	16.437	12.571
Total do passivo e patrimônio líquido	17.726	12.614

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital social	Legal	Prejuízos acumulados	Retenção de lucros	Total
Em 31 de dezembro de 2017	14.165	283	(1.368)		13.080
Prejuízo líquido do exercício			(509)		(509)
Reversão de reserva		(283)	283		-
Em 31 de dezembro de 2018	14.165	-	(1.594)		12.571
Lucro líquido do exercício				5.110	5.110
Transferência			1.594	(1.594)	-
Apropriações ao lucro					
Reserva legal		176		(176)	-
Dividendo mínimo obrigatório (R$ 4,72 por lote de mil ações – Nota 7)				(879)	(879)
Dividendos adicionais propostos (R$ 38,05 por lote de mil ações – Nota 7)				(365)	(365)
Em 31 de dezembro de 2019	14.165	176	-	2.096	16.437

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em milhares de reais

1. Contexto operacional: A Companhia tem como atividade principal a administração de bens, participações societárias, exploração direta ou indireta da indústria e do comércio de produtos metalúrgicos, bem como a compra, venda, permuta e construção de imóveis em geral. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** A demonstração contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** A principais práticas adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir: **(a) Apuração do resultados -** O resultado das atividades é apurado sob o regime contábil de competência de exercícios. **(b) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de redução de valor. **(c) Imobilizado -** Terrenos e edifícios são demonstrados pelo custo histór ico, acrescido do custo de manutenção até 31 de dezembro de 1995, deduzida a subsequente depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para distribuir o custo de cada ativo de custo ou de seus diversos valores residuais ao longo de suas vidas úteis. **(d) Passivo circulante - (e) Demais passivos circulantes:** por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e variações incor idos. **(e) Provisões -** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **(f) Reserva de lucros -** A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da lei das Sociedades Anônimas. **3. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa estão representados substancialmente por disponibilidades em conta-corrente bancária e por Fundos de Investimentos.

	2019	2018
Aplicações em CDB		
Banco Bradesco S.A.	332	-
Fundos de investimento		
Banco Bradesco S.A.	14.060	7.854
Caixa e equivalentes de caixa	14.392	7.854

	% taxa anual de depreciação	2019	2018
Terrenos		1.845	1.845
Edificações	4	190	190
Computadores	20	23	23
Máquinas, móveis e utensílios	10	6	6
Benfeitorias	10	1.254	1.254
(-) Depreciação acumulada		(1.152)	(142)
		1.917	1.927

4. Imobilizado

5. Imposto de renda e contribuição social: Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social - Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração de resultados podem ser reconciliados com seus valores à alíquota nominal:

	2019	2018
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social		
Lucros antes das participações	671	625
Outras receitas	3.115	3
	3.786	628
Imposto de renda e contribuição social – 24%	909	151
Adicional do imposto de renda – 10%	355	39
Imposto de renda e contribuição social	1.264	190

6. Partes relacionadas: Remuneração do pessoal-chave da administração - O pessoal-chave da administração é composta por três diretores. A remuneração paga está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Honorários de diretoria	180	171
	180	172

7. Patrimônio líquido: Capital social - Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o capital social está dividido em 186.045.950 ações sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas domiciliados	Ordinárias	Preferenciais
No país	176.415.962	8.403.644
No exterior	39.000	1.186.344
	176.446.056	9.589.893

A DIRETORIA **Dalva Silva do Nascimento** - Contadora - CRC 1SP165576/O-2

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação

	2019	2018
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas	(1.592)	(947)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	6.307	625
Despesas tributárias	(319)	-
Outras receitas operacionais	7.615	-
Lucro (prejuízo) operacional	6.374	(319)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	6.374	(319)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 5)	(1.264)	(190)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.110	(509)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	27,47	(2,74)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação

	2019	2018
Prejuízo líquido do exercício	5.110	(509)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultados abrangentes do exercício	5.110	(509)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido	5.110	(509)
Ajustes		
Depreciação	9	9
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	1.416	37
Outros ativos		(1)
Fornecedores	-	(1)
Tributos a pagar	6	(10)
Outros passivos	(3)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	6.538	(475)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	6.538	(475)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.854	8.329
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	14.392	7.854

As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no recebimento de dividendo anual cumulativo de 10% sobre a parcela do capital aplicado e participam em igualdade de condições com as ordinárias. Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A empresa provisionou dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 879 e ainda, dividendos adicionais após preferenciais relativos aos exercícios de 2014 a 2018, no montante de R$ 365. **Eventos subsequentes:** Em 20 de maio de 2019 a Companhia recebeu da Prefeitura Municipal de Limeira, o valor de R$ 1.120, referente ao processo 0006624.2008.8.26.0320 - Desapropriação por Utilidade Pública da ex-controlada Companhia Prada Indústria e Comércio, valor residual. Em 14 de agosto de 2019 a Companhia recebeu do Município de Guaratinguetá o valor de R$ 6.235, referente parte do processo 0000541-84.2008.8.26.0531 - Despejo por Falta de Pagamento – Locação de imóvel da ex-controlada Companhia Prada Indústria e Comércio. Com o resgate desse precatório, foi feita a recuperação dos créditos anteriormente contabilizados em Despesas no montante de R$ 260. **9. Eventos subsequentes:** **Em 2 de janeiro de 2020** a Companhia e a Prefeitura Municipal de Limeira assinaram Termo de Acordo de Desapropriação Amigável, processo 46.6172/2017, referente à indenização expropriatória parcial de área e ainda assinou Termo de Compromisso de Rerratificação ao Instrumento Particular de Compromisso Preliminar de Cessão de Direitos de Bem Imóvel e de Preferência na Aquisição de Imóvel, processo 27.677/2003, referente substituição de imóvel permutado. Ambos os contratos serão recebidos em doze parcelas a partir de janeiro de 2020.

Associação Beneficente Providência Azul

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		**60.556.053**	**39.494.047**
Caixa e equivalentes de caixa	4	33.000.029	18.192.947
Aplicações financeiras	5	20.417.043	14.172.204
Mensalidades a receber	6	4.312.230	5.344.971
Adiantamento de férias		628.431	999.964
Outros ativos circulantes		168.321	984.561
Não Circulante		**136.087.036**	**129.925.385**
Realizável a longo prazo		**957.391**	**451.335**
Outros ativos não circulantes	7	957.391	451.335
Investimentos		161.144	-
Imobilizado	8	135.087.962	129.474.050
		195.129.046	**129.474.050**
Total do Ativo		**196.643.096**	**169.419.432**
Passivo e Patrimônio líquido	**Nota**	**2019**	**2018**
Circulante		**13.525.728**	**13.070.777**
Contas a pagar		605.802	1.758.270
Financiamentos		217.195	15.904
Obrigações sociais e trabalhistas	9	6.953.562	3.977.356
Obrigações fiscais	10	1.006.889	638.320
Receitas antecipadas	11	4.417.287	6.131.339
Outros passivos circulantes		349.813	175.650
Não Circulante		**308.779**	-
Financiamentos		308.779	-
Patrimônio líquido		**170.808.589**	**156.348.659**
Patrimônio social		69.797.578	51.334.603
Reserva de reavaliação		15.219.367	15.219.367
Ajuste de avaliação patrimonial	13	71.331.715	71.331.715
Superávit dos exercícios		22.460.123	18.462.974
Total do Passivo		**196.643.096**	**169.419.432**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	Nota	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit dos exercícios	Total
Em 1º/01/2.018		**39.159.975**	**16.207.859**	**72.344.813**	**20.173.038**	**137.885.685**
Transferência		20.173.038	-	-	(20.173.038)	-
Realização da reserva de reavaliação		988.492	(988.492)	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	13	1.013.098	-	(1.013.098)	-	-
Superávit do exercício		-	-	-	18.462.974	18.462.974
Em 31/12/2.018		**61.334.603**	**15.219.367**	**71.331.715**	**18.462.974**	**156.348.659**
Ajuste de arredondamento		-	-	-	-	-
Transferência		18.462.974	-	-	(18.462.974)	-
Superávit do exercício		-	-	-	22.460.123	22.460.123
Em 31/12/2.019		**69.797.578**	**15.219.367**	**71.331.715**	**22.460.123**	**178.808.783**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.019 e 2.018 - Cifras apresentadas em reais

1. Contexto Operacional: Objeto social: A **Associação Beneficente Providência Azul**, é uma associação civil, que oferece e desenvolve a educação básica em seus diversos níveis, de caráter moral, cívica, religiosa e ainda, dedicar-se as assistências educacionais e beneficentes de promoção humana, sem discriminação de sexo, idade, raça, credo religioso, político de conformidade social, bem como a promoção de atividades culturais. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 07 de abril de 2.020. **2.1. Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e do ativo imobilizado que foi adotado o custo atribuído. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3. Uso de estimativas e julgamento:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentam risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Nota 7 - Depreciação e Amortização do Imobilizado e Intangível; **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Ativos circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • **Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data base do balanço, e seus vencimentos são superiores a 91 (noventa e um) dias. • **Mensalidades a receber:** As mensalidades a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade, sendo registrados pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, quando necessário, em montantes considerados suficientes pela Administração para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos. • **Imobilizado:** A Administração da Entidade opta por avaliar o bens do ativo imobilizado ao custo histórico na data de abertura de 1º de janeiro de 2.010. Os itens do ativo imobilizado, inicialmente são mensurados pelo seu custo de aquisição ou construção e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nos melhores estimativas do risco envolvido. **d) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da entidade, que não tem capital social dividido e sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 inciso III do Código Civil. **e) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, sendo o efeito líquido entre as receitas e as despesas, tendo o seu valor ajustado, incorporado ao patrimônio social. As receitas oriundas das mensalidades são registradas pelo valor do faturamento, considerando sua competência. Uma vez não ela é reconhecida no mês à a certeza de seu recebimento. Os custos correspondentes também são registrados considerando o regime contábil de competência e referem-se basicamente a despesas com pessoal, serviços de terceiros diretos e indiretos as atividades operacionais. **f) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras correspondem basicamente aos rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem basicamente aos descontos concedidos a pagamentos. **g) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados) são inicial pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes, aplicações financeiras e mensalidades a receber. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais extintas, canceladas ou expiradas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empréstimos.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.019	2.018
Caixas e bancos	1.170.793	6.077.547
Aplicações financeiras de curto prazo	31.914.296	17.564.800
	33.000.029	**18.192.947**

As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Angelina Brait - Presidente - CPF 001.301.368-83

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras
Aos Administradores - Associação Beneficente Providência Azul - São Paulo - SP. Opinião sobre as demonstrações financeiras Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação Beneficente Providência Azul**, (entidade) que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da entidade, e apresentada como informação suplementar quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos na referida norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, do princípio contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação de nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de Abril de 2020

LM Auditores Associados - CRC 2SP018161/O-8 **Mauricio Dilcolli** - CRC 1SP128362/O-5

Dierberg Agrícola S.A.

CNPJ nº 51.462.349/0001-86 - NIRE 3530006269-8

Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os senhores acionistas desta Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 28/04/2020, às 10h00, na Fazenda Citra, Rodovia SP-147, km 117,8, Limeira/SP, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: a) Eleição da Diretoria para o mandato do triênio 2020, 2021 e 2022; b) Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Limeira, 16/04/2020. **Christian Alfredo Dierberger** - Diretor Presidente.

MENDES GONÇALVES S/A

CNPJ 55.288.799/0001-55

Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Pelo estatuto, ficam convocados os Senhores acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 29 de abril de 2020 às 10:30 horas em primeira chamada, havendo quórum, ou as 11:30 horas segunda convocação, com qualquer número de acionistas presentes, na sede da Sociedade, São Paulo/SP na Rua Brigadeiro Tobias, 356, 11º andar, sala 111, Centro, São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia, **Em Assembleia Ordinária:** a) Aprovar as demonstrações contábeis, b) Aprovar destinação do Lucro Líquido do exercício, c) Eleição de Diretoria d) Eleição Conselho Consultivo, e) Fixar verba global anual de remuneração da Diretoria, f) Fixar os honorários do Conselho Consultivo, Outros assuntos de interesse da sociedade. **Em Assembleia Extraordinária:** 1) Reversão de Dividendos, 2) Outros assuntos de interesse da sociedade. São Paulo/SP, 14/04/2020. **Raul Francisco Mendes Prates** - Presidente.

ISEC SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 31ª Série da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. (SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA ISEC BRASIL SECURITIZADORA S.A. A PARTIR DE 01/09/2017).

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 31ª Série da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos das cláusulas 14.2, em especial a cláusula 14.15, do Termo de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 29ª, 30ª e 31ª Séries, celebrado em 28 de dezembro de 2016, conforme aditado ("TS"), a reunirem-se em 2ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no dia 22/04/2020, às 10:00h, na Rua Tabapuã, nº 1.123, cj. 215, 21º andar, Itaim Bibi, Itaim Bibi – São Paulo – SP, para deliberar sobre: **(i)** Mediante a serem tomadas em razão do término do prazo concedido na Assembleia Geral dos Titulares de CRI realizada em 19 de setembro de 2019 ("AGT 19/09/2019"), para que (i) a Devedora sanasse o inadimplemento junto ao Banco Santander S.A. em montante superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), de modo a declarar, ou não, o vencimento antecipado dos CRI, conforme cláusula 6.1 alínea "(h)" do Instrumento Particular de Contrato de Financiamento Imobiliário ("Contrato de Financiamento") e, em caso de não declaração do vencimento antecipado dos CRI, deliberar pela concessão de prazo adicional, para que a Devedora sane o referido descumprimento e **(ii)** a Devedora reenquadrasse a Razão de Garantia de Direitos Creditórios e a Razão no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da AGT 19/09/2019; **(ii)** Em decorrência de solicitação encaminhada pela Devedora Infra Lindsay Limbianno Ltda. ("Devedora") datada de 12 de fevereiro de 2020, das medidas a serem tomadas em razão do descumprimento, pela Devedora, da Razão de Direitos Creditórios, conforme disposto na cláusula 5.1.1 do TS, de modo a declarar, ou não, o vencimento antecipado dos CRI, conforme cláusula 6.1 "(b)" do Contrato de Financiamento, ou, ainda, a concessão de prazo adicional de 01 (um) ano, a contar da aprovação em assembleia, para que a Devedora sane o referido inadimplemento; e **(iii)** Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, adotar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens (i) e (ii) acima. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da assembleia em segunda convocação é com qualquer número de presentes, sendo que o quórum de deliberação é de maioria absoluta (50% mais um) dos CRI presentes. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Todas as procurações devem ser apresentadas com o reconhecimento de firma ou abono bancário do signatário. Para que a verificação de quórum seja feita com certa celeridade e de forma eficaz, solicitamos que os interessados na matéria do mandato com poder

Clariant Plastics & Coatings Brasil Industria Química Ltda.

C.N.P.J. 23.318.607/0001-10

Balanço patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo	2019	2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	-	8.370
Contas a receber (Nota 6)	69.978	67.009
Estoques (Nota 7)	57.984	61.047
Tributos a recuperar (Nota 8)	5.019	9.513
Outros ativos	3.107	3.549
	136.088	149.486
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12(a))	19.562	22.498
Depósitos judiciais e outros	9	9
	19.571	22.507
Imobilizado (Nota 11)	63.193	53.183
Ativos de direito de uso (Nota 11)	1.197	-
Intangível	24	88
	64.464	75.778
Total do ativo	200.552	225.264

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2019	2018
Circulante		
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 13)	42.399	63.086
Fornecedores - Risco sacado (Nota 14)	3.224	984
Financiamentos (Nota 15)	79.732	78.930
Passivos de arrendamentos (Nota 17(b))	827	-
Tributos a Pagar (Nota 9)	4.187	2.513
Salários e encargos sociais (Nota 16)	5.742	5.951
Provisões para férias e encargos	3.368	3.297
Outros passivos	2.805	2.335
	142.284	157.096
Não circulante		
Passivos de arrendamento (Nota 17(b))	426	-
Provisão para contingências (Nota 18)	153	584
Provisões atuariais (Nota 19)	4.644	4.328
	5.427	4.912
Total do passivo	147.711	162.008
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 20)	100.850	100.850
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.488)	(1.464)
Prejuízos acumulados	(25.216)	(36.017)
Total do patrimônio líquido	73.146	63.369
Total do passivo e do patrimônio líquido	220.129	225.264

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Ajustes de Avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	100.850	(750)	(31.450)	68.650
Remensuração de benefícios pós-emprego, líquido de impostos	-	(710)	-	(710)
Prejuízo do exercício	-	-	(4.567)	(4.567)
Em 31 de dezembro de 2018	100.850	(1.460)	(36.017)	63.373
Remensuração de benefícios pós-emprego, líquido de impostos	-	(1.028)	-	(1.028)
Lucro do exercício	-	-	10.801	10.801
Em 31 de dezembro de 2019	100.850	(2.488)	(25.216)	73.146

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa *(Em milhares de reais)*

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	18.136	(5.779)
Ajustes		
Depreciação (Notas 11 e 17(a))	2.833	3.528
Amortização	14	7
Valor residual do ativo intangível e imobilizado baixado	260	1.124
Despesas de juros	4.619	6.176
Provisão para contingências, estoques, atuarial e outras	(595)	945
	25.267	5.901
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(3.860)	(8.428)
Estoques	2.914	(16.704)
Tributos a recuperar	624	8.389
Outros ativos	442	439
Fornecedores	(18.427)	17.231
Salários e encargos sociais	(138)	(313)
Tributos a pagar	1.090	2.513
Outros passivos, receita diferida e provisão atuarial	(1.859)	(1.597)
Caixa proveniente das operações	(14.290)	7.600
Juros pagos	(4.619)	(6.176)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.414)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	2.992	327
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado		(77)
Aquisição de bens do ativo intangível (Nota 11)	(12.311)	(7.862)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(12.311)	(7.939)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos (Nota 15)	1.685	80.000
Pagamento de empréstimos (Nota 15)		(70.000)
Pagamento passivos de arrendamento (Nota 17(b))	(734)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	951	10.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(8.370)	2.382
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.370	5.988
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	8.370

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019
Demonstração de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto o lucro básico por ação)*

	2019	2018
Receita líquida (Nota 24)	365.079	337.458
Custo dos produtos vendidos (Nota 21)	(279.901)	(254.689)
Lucro bruto	85.178	82.769
Receitas (despesas) operacionais		
Com vendas (Nota 21)	(34.048)	(34.661)
Gerais e administrativas (Nota 21)	(30.112)	(34.561)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.861	1.733
Lucro operacional	25.879	15.280
Resultado financeiro (Nota 22)		
Despesas financeiras	(8.016)	(11.304)
Receitas financeiras	372	1.453
	(7.643)	(11.047)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	18.136	(5.779)
Imposto de renda e contribuição social corrente (Nota 12(b))	(3.870)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12(b))	(3.465)	1.212
Lucro (Prejuízo) do exercício	10.801	(4.567)
Quantidade de ações	100.850.000	100.850.000
Lucro (Prejuízo) por ação - R$	0,11	(0,05)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2019	2018
Lucro (Prejuízo) do exercício	10.801	(4.567)
Outros componentes do resultado abrangente		
Remensuração de benefícios pós-emprego (Nota 19)	(1.557)	(1.076)
Tributos diferidos sobre remensuração de benefícios pós-emprego	529	366
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos de impostos	(1.028)	(710)
Total do resultado abrangente do exercício	9.773	(5.277)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

rência às classificações externas de crédito (Serasa) ou pela classificação interna com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A empresa também utiliza o risco de crédito dos seus clientes de acordo com os ratings atribuídos a cada um, conforme critério abaixo:

Categoria de risco de crédito	Critério para classificação (Rating)
D	Inexistente - N/A - Empresas do grupo
A	Baixo risco - Classificação de investimento (equivalente a S&P com grau A ou AAA) ou boa empresa bem estabelecida, com índices financeiros sólidos e excelentes. - Avaliação de crédito interna positiva. - Localização de cliente (non-country-risk)
B	Médio risco - Classificação de investimento (equivalente a S&P BBB) e / ou empresa bem estabelecida, com índices financeiros sólidos. - O histórico de pagamentos deve mostrar um pagamento constante e pontual das faturas. - Localização de cliente (non-country-risk)
C	Alto risco - Classificação de um investimento ou outros resultados insatisfatórios. - Nenhuma informação financeira fornecida e disponível. - Localização geográfica do cliente (country-risk) - Bons comportamento de pagamento.

Em 31 de dezembro, a composição da carteira de contas a receber da Empresa, classificada de acordo com os ratings atribuídos a cada cliente é como segue:

	2019	2018
O - Key accounts	5.109	2.899
A - Baixo risco	36.953	40.393
B - Médio risco	11.662	10.039
C - Alto risco	17.153	14.434
	70.877	67.765
	2019	2018
Até 30 dias	36.345	34.337
De 31 até 60 dias	19.965	18.174
A partir de 61 dias	11.241	12.328
Vencidos		
Até 30 dias	2.670	1.797
De 31 até 60 dias	157	312
A partir de 61 dias	499	816
	70.877	67.764

(i) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A empresa aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando a perda esperada durante a vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	755	787
Adições	175	779
Baixas e reversões	(37)	(12)
Saldo final	893	1.554

(ii) Vendor: A Empresa mantém programas de vendor , que possui o objetivo de financiar os recebíveis concedidos a seus clientes de forma mais eficiente através do desconto antecipado de duplicatas de clientes. Os programas de vendor contêm certas condições, incluindo critérios específicos de elegibilidade de clientes, limites de crédito e taxas de desconto entre outros previstos nos programas de vendor formem comprometidos, os recursos provenientes desses programas poderiam ser restritos ou suspensos, ou seu custo poderia aumentar. A Empresa registra as operações de vendor com direito de regresso em contraposição à rubrica "Financiamentos" (Nota 15).

7. Estoques

	2019	2018
Produtos acabados e semiacabados	20.486	18.928
Produtos em processo	13.393	11.835
Matérias-primas e materiais técnicos	20.115	19.470
Importações em andamento	5.198	11.873
Provisão para ajuste ao valor de mercado ou outras perdas prováveis na realização (i)	(1.208)	(1.059)
	57.984	61.047

(i) Provisão para ajuste ao valor de mercado ou outras perdas prováveis na realização: A Empresa registra as provisões em montante considerado suficiente para cobrir perdas decorrentes de eventuais perdas na realização dos estoques. São considerados os seguintes critérios: 50% do valor do item, cujo o lote não tenha sido movimentado entre 1 e 2 anos. E 100% do valor do item, cujo o lote não tenha sido movimentado há mais de 2 anos. A movimentação da provisão é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	1.062	650
Adições	168	415
Baixas e reversões	(22)	(3)
Saldo final	1.208	1.062

8. Tributos a recuperar

	2019	2018
ICMS sobre compras	4.307	3.330
IPI saldo credor	688	5.179
Outros tributos a recuperar	24	4
	5.019	9.513

9. Tributos a pagar

	2019	2018
ICMS a pagar	1.340	-
ICMS-ST a pagar	392	377
PIS a pagar	85	81
Imposto de importação a pagar	935	1.395
Imposto de renda retido sobre folha de pagamento	483	501
Imposto de renda e contribuição social	231	-
Outros tributos a pagar	721	159
	4.187	2.513

Demonstrações Financeiras - Saldos e transações: Os saldos das transações com partes relacionadas estão assim compostos:

Controladores:	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
Clariant Plastics & Coatings AG	-	13.142	18	59.886
Outras Partes Relacionadas:				
Clariant Adm. de Bens Ltda.	-	214	-	2.701
Clariant Plastics & Coatings Argentina	694	95	1.848	647
Clariant Canada	-	86.702	79	55.926
Clariant AG	-	-	-	66
Clariant Consulting AG	-	12	-	133
Clariant International AG	-	190	1.122	2
Clariant Plastics & Coatings Chile	419	-	1.418	725
Clariant Masterbatchers (Shanghai) Ltd	-	-	58	-
Clariant Bohai Pigment Preparations (Tianjin) Ltd.	-	-	22	-
Clariant Colores	-	-	34	-
Clariant Plastics & Coatings Colombia	401	110	1.705	264
Clariant Plastics & Coatings Alemanha	1.304	-	4.017	-
Clariant Guatemala S.A.	-	2	311	260
Clariant Plastics & Coatings Italia	-	-	-	-
PT Clariant Plastics and Coatings	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings Mexico	105	-	324	194
Clariant Mexico S.A de C.V	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings Mexico	731	254	2.862	6.886
Clariant Plastics & Coatings Peru	566	30	1.579	108
Clariant Polska Sp.	-	232	-	2.426
Clariant Singapore Pte. Ltd	170	1.428	584	155
Sabic Innovative Plas South	37	-	120	-
Clariant Plastics & Coatings Taiwan	-	108	-	171
Clariant Plastics & Coatings (Thailand) Ltd	71	-	118	-
Clariant Plastics & Coatings	-	-	-	-
Clariant Vietnam Ltd	20	-	20	-
Clariant Plastics & Coatings Southern Africa (Pty) Ltd	33	18	41	16
Clariant Plastics & Coatings USA	309	363	1.019	1.977
	4.860	102.550	20.342	130.552

Controladores:	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
Clariant Plastics & Coatings AG	-	59.886	-	63.644
Outras Partes Relacionadas:				
Clariant Adm. de Bens Ltda.	-	-	2.701	2.401
Clariant Plastics & Coatings Argentina	-	647	50	202
Clariant Canada	-	55.926	-	86.908
Clariant AG	-	-	66	-
Clariant Consulting AG	-	-	133	-
Clariant International AG	-	-	1.122	2
Clariant Plastics & Coatings Chile	-	-	1.418	725
Clariant Masterbatchers (Shanghai) Ltd	-	-	58	-
Clariant Bohai Pigment Preparations (Tianjin) Ltd.	-	-	22	-
Clariant Colores	-	-	34	-
Clariant Plastics & Coatings Colombia	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings Alemanha	-	-	-	-
Clariant Guatemala S.A.	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings Italia	-	-	-	-
PT Clariant Plastics and Coatings	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings Mexico	-	-	-	-
Clariant Mexico S.A de C.V	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings Mexico	837	3.670	2.688	84
Clariant Plastics & Coatings Peru	315	-	3.043	-
Clariant Polska Sp.	-	-	-	-
Clariant Singapore Pte. Ltd	155	2.423	346	9.329
Sabic Innovative Plas South	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings Taiwan	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings (Thailand) Ltd	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings	-	-	-	-
Clariant Vietnam Ltd	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings Southern Africa (Pty) Ltd	-	-	-	-
Clariant Plastics & Coatings USA	-	-	-	-
	1.307	132.551	10.482	163.414

10. Investimentos

	Edifícios e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	13.882	44.863	1.406	-	1.807	61.958
Aquisição	504	1.400	15	-	5.943	7.862
Baixa	-	-	-	-	-	-
Transferências entre contas	8.755	3.837	221	138	(12.951)	-
Depreciação	(2.127)	(5.093)	(129)	(34)	-	(7.383)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.014	45.007	1.513	104	(5.008)	61.630
Custo total	71.341	143.919	8.871	1.554	(14.008)	211.677
Depreciação acumulada	(50.327)	(33.532)	(7.360)	(209)	-	(91.427)
Valor residual	20.014	45.007	1.513	104	(5.008)	61.630
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.014	45.007	1.513	104	(5.008)	61.630
Aquisição	1.401	1.981	341	-	8.588	12.311
Baixa	-	(256)	(4)	-	-	(260)
Transferências entre contas	7.912	2.522	120	-	(10.554)	-
Depreciação	(2.267)	(5.029)	(154)	(34)	-	(7.484)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	26.060	44.225	1.816	70	(7.074)	65.197
Custo total	80.658	148.166	9.324	1.554	(11.974)	227.728
Depreciação acumulada	(54.598)	(103.941)	(7.508)	(243)	-	(166.290)
Valor residual	26.060	44.225	1.816	70	(7.074)	65.197
Taxa anual de depreciação - %	4	10	10	10	-	

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção e dos serviços prestados e às despesas gerais totalizou R$ 5.869 (2018 - R$ 5.946) e R$ 1.615 (2018 - R$ 1.582), respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019 não havia bens dados em garantia. Em 2019 as aquisições que não alteram caixa somaram R$ 794 (2018 - R$ 1.163). **12. Imposto de renda e contribuição social:** (a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: Tributos diferidos sobre a remensuração de benefícios pós-emprego. Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2019

	2019	2018
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	18.136	(5.779)
Alíquota fiscal nominal combinada - %	34	34
Crédito de imposto de renda e contribuição social		
à taxa nominal combinada	(6.166)	1.965
Ajustes para chegar a taxa efetiva		
Diferido	(1.169)	(753)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(7.335)	1.212
Diferido	(3.870)	
	(3.465)	1.212

(b) Conciliação da alíquota efetiva: Os encargos de imposto de renda e contribuição social diferidos são compostos como segue:

	2019	2018
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	18.136	(5.779)
Alíquota fiscal nominal combinada - %	34	34
Crédito de imposto de renda e contribuição social		
à taxa nominal combinada	(6.166)	1.965
Ajustes para chegar a taxa efetiva		
Diferido	(1.169)	(753)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(7.335)	1.212
Diferido	(3.870)	
	(3.465)	1.212

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	2019	2018
Fornecedores no País	16.513	16.078
Provisão para férias	4.242	3.089
	27.644	37.919
Provisão atuarial	2.772	2.772
	42.399	63.086

14. Fornecedores - Risco sacado

Risco sacado "Supplier finance"

A Empresa mantém convênio com o Banco Citibank SA e Banco Itaú S.A. para a realização de operações com os seus principais fornecedores operações "risco sacado". Nessa operação, o fornecedor antecipa o recebimento de títulos junto ao banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. Esses contratos possuem limite R$ 8.000 e as taxas de aproximadamente 15,50% a.a.

15. Financiamentos

	2019	2018
Operações de vendor (i)	2.791	3.538
Financiamentos com partes relacionadas (ii)	75.256	75.392
Conta garantida	1.685	-
	79.732	78.930

(i) As operações de vendor são efetuadas com clientes no País, nas quais a Empresa cede a cipa como intervenientes garantidoras. As operações têm liquidação prevista entre janeiro a junho de 2020, com taxas pós-fixadas de incidentes são de 10,50% a 12% a.a. Empréstimo com partes relacionadas tem como "mutuante" a Clariant SA, firmado em 2018 com valor original de R$ 75 Milhões. O valor ora mutuado será remunerado de acordo com juros mensais de 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Nota (ii) - Os pagamentos deverá ser efetuados até 31 de março de 2020 de acordo com:

	2019	2018
(a) Movimentação Financiamentos		
Saldo inicial	78.930	70.611
Captação de empréstimos com partes relacionadas	-	80.000
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	-	(70.000)
Utilização limite conta garantia	1.685	-
Provisão (reversão) de juros	(134)	(155)
Amortização Despesas de vendor	(734)	(1.526)
Saldo Final	79.747	78.930
(b) Limite de crédito não utilizados	2019	2018
Limite de crédito com vencimento em até um ano	100.000	100.000
As linhas de crédito vencem em até um ano e são sujeitas a revisões anuais ao longo do ano.		

16. Salarios e encargos sociais

	2019	2018
INSS sobre folha	1.364	1.364
FGTS - Fundo de Garantia Tempo de Serviço	220	200
Imposto retidos na fonte/empregados	-	1
Provisão para participação nos resultados	4.872	5.101
	6.456	6.666

17. Arrendamento - Empresa como arrendatária

(a) Ativos de direito de uso	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adições por novos contratos	43	1.950	1.993
Adições por remensuração	6	790	796
Amortização	(14)	(779)	(793)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	35	1.962	1.996
(b) Passivos de arrendamento			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adições por novos contratos	43	1.950	1.993
Contraprestações pagas			(866)
Juros por remensuração			156
Ajustes por remensuração			90
Saldos em 31 de dezembro de 2019			1.253
Valores de passivo de arrendamentos por período:			
Em até 1 ano			827
De 2 a 3 anos			426
			1.253
Outras informações:			
Taxas médias			**Taxa % a.a.**
2 anos			15,49
3 anos			15,49

18. Provisão para contingências: Nas datas das demonstrações financeiras, a Empresa apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:

	Provisão para contingências	
	2019	2018
Trabalhistas	153	584
	153	584

A movimentação da provisão é demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	387
Adições	-	197
Baixas e reversões	-	(689)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	584
Adições	-	153
Baixas e reversões	-	(584)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	153

A Empresa vem discutindo judicialmente a legalidade de reclamações trabalhistas. A provisão é constituída por valores avaliados pelos assessores jurídicos da Empresa, com base nas instâncias administrativa e judicial, com base nas opiniões dos consultores jurídicos da Empresa, para os casos em que a perda é considerada provável. **Perdas possíveis:** A empresa não possui ações de natureza tributária, previdenciária ou cível avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis. **19. Provisões atuariais:** As provisões atuariais referem-se ao passivo atuarial de benefício pós-emprego por compromissos assumidos relacionado à indenização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e seus próprios dos seus empregados, conforme requerido pela legislação contábeis adotadas no Brasil. Essas obrigações, no montante de R$ 4.844 (2018 - R$ 4.374), foram calculadas por atuário independente e representam o valor presente das obrigações.

	2019	2018
Saldo inicial	4.374	4.223
Provisão (reversão) custo do serviço corrente	1.018	1.018
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	1.557	1.076
Benefícios pagos	(1.086)	(1.943)
Saldo final	4.844	4.374

As principais premissas atuariais, em 31 de dezembro, são as seguintes:

	2019	2018
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto efetiva - % a.a.	2,52	4,73
Inflação - % a.a.	3,60	4,00
Fator de capacidade		
Salários - %	5,67	6,08
Hipóteses demográficas		
Tábuas de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Benefícios a empregados: A Empresa oferece a seus empregados benefícios pós-emprego de vida, assistência médica e plano de suplementação de aposentadoria, entre outros. A contabilização desses benefícios requer o julgamento da administração, a sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício. O plano de suplementação de aposentadoria dos empregados é administrado Previplan - Sociedade de Previdência Privada, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Empresa e suas Empresas, nos termos da legislação brasileira. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime atuarial de capitalização e com benefícios de risco realizados em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão fiscalizador do Ministério da Previdência e Assistência Social. A Empresa concluiu um tema para variável sobre a folha de pagamento, alcançando, em 2019, o total de R$ 417 (2018 - R$ 414). Os planos de CAPAC e de social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 está dividido em 100.850.000 cotas, cada cota conferindo ao seu titular o direito a 1 (um) voto, com valor nominal de R$ 1,00 cada. Para ser permitido às Empresas brasileiras remanescentes ou que exerce o equivalente ao capital variável, é necessário que esse capital esteja registrado no Banco Central do Brasil (BACEN). O capital nesse órgão está registrado sob o nº 2025-9. **20. Patrimônio líquido**

	2019	2018
21. Despesas e custos por natureza		
Custo dos produtos vendidos	(279.901)	(254.689)
Depreciação e amortização	(5.102)	(3.535)
Gastos com pessoal	(84.241)	(75.682)
Despesas de energia	(11.281)	(10.621)
Despesas de manutenção	(7.577)	(8.447)
Variações nos estoques para revenda	102.350	103.434
Matérias primas, embalagens e materiais de consumo	(116.665)	(105.330)
Despesas com serviços prestados - prestadores	(30.089)	(29.252)
Outras despesas	(24.259)	(23.780)
	(464.965)	(333.902)
	2019	2018
22. Despesas de benefícios a empregados	(83.105)	(77.877)
Custos previdenciários	8.335	8.669
Custos de planos de pensão	417	474
	(41.895)	(43.570)
Quantidade de empregados ao final do exercício	2019	2018
	1.114	1.168

23. Resultado financeiro, líquido

	2019	2018
Despesas bancárias	(143)	(160)
Despesas de juros bancários	(4.618)	(6.176)
Despesas e comissões	(1.731)	(1.494)
Despesas com juros, Crédito de uso	(1.353)	(3.449)
Variações cambiais, líquidas	(16)	12
Outras	(8.016)	(11.304)
Despesas financeiras	55	6
Outras receitas financeiras	86	117
Juros recebidos de clientes	132	112
Juros recebidos	99	1.218
Resultado financeiro, líquido	(7.643)	(11.047)

24. Receita

	2019	2018
Receita bruta de vendas	466.922	432.036
Receita bruta	466.922	432.036
Deduções da receita bruta de vendas	(99.871)	(92.392)
Impostos sobre vendas	(1.972)	(2.186)
Deduções e abatimentos	(101.843)	(94.578)
	365.079	337.458

25. Seguros (Não auditado): A política da Empresa é a de manter cobertura de seguros para todos os bens do imobilizado e estoques, sujeitos a riscos, por montantes considerados como suficientes para cobrir sinistros, considerando a natureza de sua atividade e orientação dos seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura para os seguintes principais ativos de seguro era como segue:

Ramos	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	211.634
Responsabilidade civil	2.000

A cobertura de seguros não foi objeto de avaliação por parte dos nossos auditores independentes. **26. Eventos Subsequentes:** No final de 2019, o surto de uma doença contagiosa, o COVID-19, foi primeiramente reportado em Wuhan, na China continental e, posteriormente, espalhou-se por diversos países. Desde então, tem sido observados globalmente casos de contágio e fatalidade devido ao vírus, de forma que, em 3 de março de 2020, o surto foi caracterizado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde. Nossas operações sofreram impacto desde março devido às medidas de contenção do coronavírus uma vez que os Estados brasileiros onde operamos, de modo geral, decretaram estado de calamidade pública no mês de março de 2020. Sendo assim, determinou-se que está tomando as medidas necessárias para mitigar o risco em suas operações e assim manter a saúde e segurança de seus empregados, mantendo nossa operação, se as divulgações forem inadequadas. Não estão concluídos estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, a incerteza relacionada a esses eventos e condições pode levar a exigências de divulgações adicionais ou revisão da forma como esses eventos e condições são divulgados em nosso relatório, incluindo a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e as nossas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e reportar, entre outros aspectos, do alcance planejados, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, incluindo as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2020.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5
Danilza Portela - Contadora - CRC 1RS069528/O-4.

Marcelo Bett Sadalla - Contador - CRC 1SP187743/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e aos Quotistas Clariant Plastics & Coatings Brasil Industria Química Ltda. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Clariant Plastics & Coatings Brasil Industria Química Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis e outras notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Clariant Plastics & Coatings Brasil Industria Química Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Empresa. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resp

BLOCKBIT TECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 31.965.267/0001-58

Demonstrações Contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante		-	-	**20.465**	**13.774**
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	-	4.427	260
Contas a receber	4	-	-	14.496	11.846
Estoques	5	-	-	747	836
Impostos a recuperar	6	-	-	170	170
Outros créditos		-	-	171	62
Não circulante		**30.510**	**29.410**	**23.301**	**22.866**
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	4	-	1.689	2.488	-
Cauções contratuais		-	58	34	-
		-	1.747	2.522	-
Investimentos	7	30.510	29.410	-	-
Imobilizado	8	-	1.803	1.654	-
Intangível	9	-	19.841	18.810	-
		30.510	**29.410**	**21.964**	**20.464**
Total do ativo		**30.510**	**29.410**	**43.939**	**36.180**
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		**387**	**165**	**13.716**	**4.810**
Fornecedores	10	-	-	1.148	370
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	1.292	1.005
Obrigações trabalhistas	12	-	-	1.372	1.157
Obrigações tributárias	13	-	-	4.191	1.679
Dividendos a pagar	15.3	387	165	387	165
Contas a pagar	14	-	-	5.310	530
Adiantamento de clientes		-	-	14	9
Patrimônio líquido		**30.123**	**29.245**	**30.123**	**29.245**
Capital social	15.1	29.080	29.080	29.080	29.080
Reserva legal	15.2	78	17	78	17
Reserva de lucros		965	149	965	149
Total do passivo e patrimônio líquido		**30.510**	**29.410**	**43.839**	**36.180**

Demonstrações do resultado abrangente

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita líquida de prestação de serviços e da venda de mercadorias	16	-	-	27.169	18.584
(-) Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	17	-	-	(15.727)	(8.578)
=(+) Lucro bruto		-	-	**11.442**	**10.006**
(+/-)Receitas/(despesas)operacionais		**1.225**	**330**	**4.270**	**(7.792)**
Gerais e administrativas		(378)	(227)	(8.970)	(7.625)
Resultado de equivalência		1.603	557	-	-
Outras receitas/despesas operacionais	19	-	-	1.798	32
(=)Lucro antes do resultado financeiro		**1.225**	**330**	**4.270**	**2.213**
(+/-) Resultado financeiro líquido	20	-	-	(933)	(564)
(=) Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**1.225**	**330**	**3.377**	**1.539**
(-) IR e CS	21	-	-	(2.152)	(1.320)
(=) Lucro líquido do exercício		**1.225**	**330**	**1.225**	**239**
(/)Quantidade de ações ao final do exercício		245.743	245.743	-	-
(=) Lucro líquido por ação		**4,98**	**1,34**	-	-

Demonstração do resultado abrangente	Controladora e consolidado 2019	Controladora e consolidado 2018
Lucro líquido do exercício	**1.225**	**330**
Total do resultado abrangente do exercício	**1.225**	**330**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total
Constituição do capital social	14.068	-	-	-	**14.068**
Aumento do capital social	14.412	-	-	-	**14.412**
Lucro líquido do exercício	-	-	330	-	**330**
Constituição de reserva legal	-	17	-	(17)	-
Dividendo propostos	-	-	-	(165)	**(165)**
Transferência para reserva de lucros	-	-	149	(149)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**29.080**	**17**	**149**	-	**29.245**
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**29.080**	**17**	**149**	-	**29.245**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.225	1.225
Constituição de reserva legal	-	61	-	(61)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(348)	**(348)**
Transferência para reserva de lucros	-	-	816	(816)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**29.080**	**78**	**965**	-	**30.123**

Demonstrações dos fluxos de caixa	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Lucro líquido do período	**1.225**	**330**	**1.225**	**330**
Itens que não afetam o caixa operacional				
Depreciação e amortização	378	227	1.196	1.910
Resultado de equivalência patrimonial	(1.603)	(557)	-	-
Lucro líquido do período ajustado	**-**	**-**	**2.421**	**2.240**
Aumento (redução)/diminuição) dos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	-	-	(1.854)	(14.334)
Estoques	-	-	89	(836)
Outros créditos	-	-	(108)	(62)
Impostos a recuperar	-	-	(436)	(170)
Outros ativos não circulantes	-	-	(24)	(34)
Fornecedores	-	-	778	370
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	-	8.516	3.425
Contas a pagar e adiantamento de clientes	-	-	539	5.539

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
IR e CS pagos	(1.051)	(589)
Atividades operacionais	**9.380**	**(9.451)**
Atividades de investimentos	**(2.377)**	**(22.374)**
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(22.374)
Atividades de financiamentos	**(1.839)**	**32.085**
Capitalização/liquidação de empréstimos	(1.712)	3.005
Integralização de capital social	-	29.080
Pagamento de dividendos referente ao exercício anterior	(126)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes	**4.165**	**260**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	260	-
Caixa e equivalentes de caixa ao final do período	**4.425**	**260**
Aumento líquido de caixa e equivalentes	**4.165**	**260**

Notas explicativas da Administração

1. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa	3	3
Bancos	2.791	256
Aplicações financeiras **(a)**	1.634	1
	4.425	**260**

(a) Em 31/12/2019, a aplicação em Certificados de Depósitos Interbancários junto ao Banco Santander foi resgatada por uma taxa média de 101% do CDI, com rendimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor.

2. Contas a receber

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
A vencer	9.308	7.030
Até 30 dias	7.631	1.872
Até 60 dias	52	552
Até 90 dias	71	1.660
Até 120 dias	155	228
Até 150 dias	23	19
Até 180 dias	20	15
Até 360 dias	24	873
Acima de 360 dias	1.669	1.700
(-) Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(153)	(15)
	16.118	**14.334**
Circulante	14.499	11.846
Não circulante	1.689	2.488
	Consolidado 2019	**Consolidado 2018**
	747	**836**

3. Estoques

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Estoque de mercadoria para revenda importada	747	581
Adiantamento de importação	-	56
Importação em andamento	-	199
	747	**836**

4. Impostos a recuperar

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
ICMS a recuperar	-	43
IRRF a compensar	145	28
COFINS retido a compensar	289	40
PIS retido a compensar	63	20
CSLL a compensar	96	39
Outros tributos a recuperar	5	-
	598	**170**

7. Investimentos: O investimento na controlada Blockbit Tecnologia Ltda. está demonstrado como segue:

	Controladora 2019	Controladora 2018
Saldo inicial	15.169	14.612
(+) Equivalência patrimonial	1.603	557
(-) Distribuição de dividendos	(162)	-
	16.610	**15.169**
(+) Ágio	13.335	13.335
(+) Mais valia de ativos e passivos	1.133	1.133
(-) Amortização da mais valia	(604)	(227)
	13.864	**14.241**
Total de investimento	**30.510**	**29.410**

Em 02/01/2018, foi constituída a Blockbit Tecnologia S.A. mediante a capitalização da Companhia com o acervo líquido contábil formado por Ativos e Passivos mensurados pelo critério patrimonial da Cipher S.A. O acervo líquido utilizado como capital integralizado na companhia da Companhia era composto por participações da Blockbit Tecnologia Ltda. Em 01/11/2018, foi realizado o aumento de capital na Blockbit Tecnologia S.A. utilizando-se ativos avindos da cisão parcial da Cipher S.A. O acervo líquido cindido foi avaliado em R$ 14.412 mil, composto de participação da Cipher S.A junto a Blockbit Tecnologia Ltda. Após a incorporação destes recebíveis, a controladora aumentou o capital de sua controlada, provisionando o ágio gerado e a mais valia no valor dos recebíveis de R$ 14.412 mil e aumentando seu ativo de investimento.

8. Imobilizado	% taxa de depreciação	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Instalações	10	1.665	34
Móveis e utensílios	10	149	149

Demonstrações do resultado	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita líquida de prestação de serviços e da venda de mercadorias	16	-	-	27.169	18.584
(-) Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	17	-	-	(15.727)	(8.578)
=(+) Lucro bruto		-	-	**11.442**	**10.006**
(+/-)Receitas/(despesas)operacionais		**1.225**	**330**	**4.270**	**(7.792)**
Gerais e administrativas		(378)	(227)	(8.970)	(7.625)
Resultado de equivalência		1.603	557	-	-
Outras receitas/despesas operacionais	19	-	-	1.798	32
(=)Lucro antes do resultado financeiro		**1.225**	**330**	**4.270**	**2.213**
(+/-) Resultado financeiro líquido	20	-	-	(933)	(564)
(=) Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**1.225**	**330**	**3.377**	**1.539**
(-) IR e CS	21	-	-	(2.152)	(1.320)
(=) Lucro líquido do exercício		**1.225**	**330**	**1.225**	**239**
(/)Quantidade de ações ao final do exercício		245.743	245.743	-	-
(=) Lucro líquido por ação		**4,98**	**1,34**	-	-

Demonstração do resultado abrangente	Controladora e consolidado 2019	Controladora e consolidado 2018
Lucro líquido do exercício	**1.225**	**330**
Total do resultado abrangente do exercício	**1.225**	**330**

A movimentação do imobilizado e da depreciação acumulada do consolidado está apresentada a seguir:

	Consolidado Saldos iniciais	Adições	Saldos finais
Custo	**3.062**	**493**	**3.555**
Instalações	34	-	34
Móveis e utensílios	149	-	149
Máquinas e equipamentos	53	-	53
Computadores e periféricos	1.246	184	1.430
Equipamentos de comunicação	24	-	24
Estoque de comodato	1.312	287	1.599
Benfeitorias	244	22	266
Depreciação	**(1.408)**	**(344)**	**(1.752)**
Instalações	(972)	(99)	(1.071)
Móveis e utensílios	(122)	(9)	(131)
Máquinas e equipamentos	(34)	-	(34)
Computadores e periféricos	(842)	(127)	(969)
Equipamentos de comunicação	(10)	(21)	(31)
Estoque de comodato	(135)	(190)	(325)
Benfeitorias	(229)	(14)	(243)
	1.654	**149**	**1.803**

9. Intangível	% taxa de amortização	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Direito de uso de software	20	495	205
Software mtm/eps	20	525	526
Software urm 1.4	20	445	445
Software vcm	20	1.631	573
Software vcm 2.0	20	1.639	1.631
Software gsm-eps	20	2.237	1.809
Ágio		14.468	14.468
		21.195	**19.311**
Amortização		**(1.354)**	**(501)**
		19.841	**18.810**

Amortização	**(852)**	**(1.354)**	**(501)**
Direito de uso de software	(137)	(15)	(152)
Software urm 1.4	(76)	(227)	(303)
Software vcm	(68)	(68)	(136)
Software mtm	(164)	(164)	(328)
Ágio	(227)	(376)	(376)

10. Fornecedores	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Fornecedores nacionais	948	198
Fornecedor Cauções	4	113
Contas a pagar	196	59
	1.148	**370**

11. Empréstimos e financiamentos	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Itaú **(a)**	704	705
Santander **(b)**	588	2.556
	1.292	**3.261**

(a) Com a finalidade de reforçar o fluxo de caixa, no mês de 10/2018, a Companhia contraiu empréstimo Tipo Giro no valor de R$ 500 mil, com incidência de juros de 1,19% ao mês e 15,25% ao ano, a qual será quitada em 27/09/2019 a Companhia contraiu um empréstimo Tipo Giro com o Banco Itaú de R$250 mil, com incidência de juros de 1,18% ao mês e 15,25% ao ano. A finalidade de reforçar o fluxo de caixa, no mês de 10/2019, a Companhia contraiu empréstimo Tipo giro de R$ 700 mil com o Banco Santander, com incidência de juros de 1,18% ao mês e 15,22% ao ano.

12. Obrigações trabalhistas e sociais	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Salários a pagar	199	220
Pró-labore	358	25
Encargos sociais a pagar	147	177
Provisão de férias e encargos sociais	661	721
Empréstimo consignado	7	14
	1.372	**1.157**

13. Obrigações tributárias	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Impostos sobre receitas a faturar	926	474
ISS a recolher	207	105
ICMS a recolher	146	2
COFINS a recolher	576	167
IRPJ e CSLL a pagar	1.467	727
IRRF	249	160
ICMS a recolher	571	29
Outros	49	15
	4.191	**1.679**

14. Contas a pagar

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Contas a pagar	5.310	530

A Blockbit entende como estratégia de negócio a utilização de canais de venda indireta para alavancar seu faturamento. Para isso, possui uma política de relação e remuneração de canais elaborada para estabelecer uma relação de parceria entre ambos, com o objetivo de normalizar, orientar e tornar transparente as regras de comercialização e qualificação de parceiros. **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** No exercício findo de 12/2019, não houve nenhuma movimentação no capital social **pela Companhia** com relação ao seu capital social no valor de R$ 29.080, sendo este valor composto pelos seguintes eventos realizados em 2018: **a)** Em 02/01/2018, a Companhia constitui capital social no valor de R$ 14.668 mil, equivalentes ao acervo líquido cindido da Cipher S.A., formado integralmente pelo ativo de investimento na Blockbit Tecnologia Ltda.; **b)** Em 01/11/2018, foi realizado o aumento de capital no valor de R$ 14.412 mil, utilizando-se ativos oriundos da cisão parcial da Cipher S.A., composto pelos ativos da Cipher S.A junto a Blockbit Tecnologia Ltda. Após a incorporação destes recebíveis, a controladora aumentou o capital de sua controlada, capitalizando integralmente o valor dos recebíveis R$ 14.412 mil e aumentando seu ativo de investimento. O valor do capital social estava distribuído da seguinte forma em 31/12/2019.

Acionista	**Quantidade de ações**	**(%)**
Eduardo Scampini Bou Acos	125.329	51,000
Blockbit Brasil, LLC	31.101	12,656
BNDES Participações S/A - BNDESPAR	57.196	23,275
Dria Tech 1 Inovação Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	31.492	12,815
Pedro Barbosa do Rego Monteiro	625	0,255
Total	**245.743**	**100**

15.2. Reserva legal: Conforme estabelecido da companhia após destinação dos prejuízos acumulados e provisão para Imposto de Renda a reserva legal será constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, ate atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a lei das sociedades anônimas. **15.3. Dividendos a pagar:** A distribuição de lucros será de 25% do lucro líquido, obedecendo as destinações e ações mínimas de seu estatuto social, o qual estabelece as seguintes destinações:

• Do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, as provisões acumuladas e a provisão para o Imposto de Renda. • Do lucro líquido do exercício, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, no limite de 20% do capital social, de que trata o artigo 193 da Lei nº 6.15/12/1976 e, de acordo com o estatuto social, 25% do lucro líquido do exercício social é destinado para pagamento de dividendos. • Constituição de outras reservas ou fundos estatutários, nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, observado o limite máximo de R$ 126 mil. Os dividendos pagos neste período referem-se **a** destinação de lucro líquido de 2018, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 27/05/2019. Adicionalmente, no exercício de 2019 foi destinado o valor de R$ 348 (R$ 165 em 2018).

16. Receita líquida de prestação de serviços e da venda de mercadorias	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Hardware	8.142	8.420
Software	14.041	4.068
Serviço	4.986	6.096
	27.169	**18.584**

Ricardo Macchiavelli dos Santos - Diretor Presidente - CPF: 288.962.231-72
Cleber Ribas de Oliveira - Diretor Vice-Presidente - CPF: 788.962.231-72
Ricardo Macchiavelli dos Santos
Contador - CRC 1SP318102/O-2 - CPF: 374.432.498-29

Jornal O DIA SP

América do Sul registra mais de 58 mil casos de covid-19

A América do Sul já registra mais de 58 mil pessoas infectadas pelo novo coronavírus. O Brasil é o país mais afetado da região, com mais de 28 mil contágios confirmados. O Peru está em segundo lugar, com mais de 10 mil infectados. Chile aparece em terceiro lugar, com mais de 8 mil casos.

O Equador, cujo sistema de saúde e os serviços funerários estão colapsados, é o país com maior taxa de letalidade na América do Sul, com 21 mortos por covid-19 para cada milhão de habitantes. O Brasil, com 7,4 mortes a cada milhão de habitantes aparece em terceiro lugar, depois da Guiana, com índice de 7,7, segundo apuração da **Agência Brasil**, baseada no mapa em tempo real da doença, desenvolvido pelo Centro de Ciência e Engenharia de Sistemas (CSSE) da Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos.

Os cálculos foram feitos com os dados oficiais de mortos pelo novo coronavírus em cada país. No entanto, sabe-se que muitos países da região apresentam subnotificação desses dados. (Agência Brasil)

Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 1014389-30.2015.8.26.0007. O Dr. Antonio Marcelo Curcuzo Romão, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Itaquera/SP, Faz Saber a Vitor Alves Rodrigues (CPF: 326.697.788-28), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procedeu-se o arresto/penhora sobre as quantias bloqueadas judicialmente, nos valores de R$ 946,88 e R$ 1.441,75. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 05 dias, a fluir após os 20 dias supra, apresente impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. SP, 11/02/2020. 16 e 17 / 04 / 2020

ENCALSO PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES S.A.

Companhia Aberta

NIRE 35.300.471.776 - CNPJ/MF 21.262.638/0001-70

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam informados os senhores acionistas da Encalso Participações em Concessões S.A. ("Companhia") acerca do cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária que ocorreria no dia 20 de abril de 2020, às 10h00, na sede social localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3421, 8º andar, parte, Jardim Paulistano, CEP 01401-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que tinha por objeto a seguinte Ordem do Dia: **(i)** o resgate antecipado parcial, do modo voluntário e extraordinário, de ações preferenciais classe A5 de emissão da Companhia com o consequente cancelamento dessas ações, sem redução do capital social; e **(ii)** a autorização aos Diretores da Companhia a deliberarem sobre a declaração e o pagamento dos Dividendos Classe A (conforme definido no Estatuto Social da Companhia), de modo voluntário e extraordinário, bem como a praticarem todos e quaisquer atos relacionados aos itens constantes da presente Ordem do Dia. O cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária, sempre no melhor interesse da Companhia, foi deliberado pela Diretoria em 14 de abril de 2020 e foi motivado por: (i) a pandemia de COVID-19, as medidas de enfrentamento e contenção para a prevenção e o controle dos desdobramentos causados pelas autoridades, em especial, no tocante à ampliação do prazo de quarentena no Estado de São Paulo, nos termos do Decreto Estadual nº 64.881/2020, conforme alterado pelo Decreto em vigor nº 65.942/2020; (ii) a ausência de previsão regulamentar pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), até a presente data, de assembleias inteiramente digitais; e ainda (iii) a proximidade da Data de Resgate Programado das Ações Preferenciais Classe A5 da Companhia, bem como o respectivo pagamento dos Dividendos Classe A, eventos que ocorrerão regularmente em 30 de abril de 2020, nos termos do art. 6º, itens "vi" e "vii" do Estatuto Social da Companhia. Em razão do cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária, fica sem efeito, ou seja, se refere a Assembleia Geral Extraordinária, o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Empresarial, nas edições de 04, 5 e 6 de abril de 2020 (páginas 7, 19 e 40), no jornal O DIA SP nas edições de 3, 4 e 7 de abril de 2020 (paginas 6, 5 e 6), bem como o boletins de voto a distância da Assembleia Geral Extraordinária cancelada, os quais serão descartados. São Paulo, 15 de abril de 2020. Rodrigo Bhering Andrade – Diretor Presidente.

11ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. DECISÃO – EDITAL. Processo nº: 1051316-65.2019.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Estabelecimentos de Ensino Requerente: Fundação Armando Alvares Penteado. Requerido: Nathalia Oliveira Garcia. Vistos. Fls. 122/125: Trata-se de embargos de declaração, com efeitos infringentes, opostos contra a r. decisão de fls. 119, na qual se apontam vícios corrigíveis por esta via integrativa. ACOLHO os embargos para deferir citação por edital. Foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, o endereço indicado na petição inicial e o mesmo obtido junto à Receita Federal. Deram a Baixo, rendo diligência por Oficial de Justiça, resultou certificado que a ré há nesse ende (fls. 97, 98, 99/101 e 82). Mais um endereço foi obtido junto ao Bacen, mas a tentativa de citação restou infrutífera (fls. 111). Dessa forma, esgotado, de fato, o único estágio faltante resumo, a presente decisão valerá como edital. Este Juízo FAZ SABER a Nathalia Oliveira Garcia, domiciliado em local incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação Pelo Comum por Fundação Armando Alvares Penteado, alegando em síntese: a parte ré matriculou-se em cursos de educacionais mas não adimpliu as prestações assumidas. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. Recolha a parte autora as custas referentes a publicação no DJE, no valor de R$ 147,84, providenciando, no mais, a publicação do edital em jornais de grande circulação, comprovando-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 27 de março de 2020. Dimitrios Zarvos Varella. Juiz de Direito. 15 e 16 / 04 / 2020

FOROS REGIONAIS/ VARAS CÍVEIS/ 1ªVLAPA 1ª Vara Cível do Foro Regional da Lapa/SP 1º Ofício Cível EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS/PROCESSO nº: 1006697-22.2018.8.26.0004(A) MM. Juiz (a) de Direito da 1ª Vara do Foro Regional da Lapa, Estado de São Paulo, Dr (a) Luciana Maria Bocchi Fabbri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o)(s) LN AGENCIA DE VIAGENS E OPERADORAS LTDA EPP (WEB VIAGENS) CNPJ: 11.692.987/0001-79 E NATHANAEL FERNANDES DE MORAIS CPF: 348.937.448-37, atualmente em lugar incerto e não sabido, que lhe(s) foi(ram) proposta(s) uma ação de CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO, pelo(s) requerente(s) MORAIS, que lhes moveu Mônica Zoppi Baptista, Rogério dos Santos Baptista, Mauricio Zoppi e Maria da Conceição Zoppi, alegando em síntese que os requeridos contrataram a requerida LN Viagens, intermediados pela requerida Web Viagens, pacote de viagem com destino à Las Vegas no valor total de R$ 6.271,02 (seis mil duzentos e setenta e um reais e dois centavos), foi solicitado o cancelamento da viagem e a requerida Web Viagens informou que passados dois anos (prazo de 180 dias) poderia usar o crédito (prazo de 2 anos) através da carta de crédito e o restante R$ 4.835,23 (quatro mil oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e três centavos) por prazo de cartão de crédito. Tais dias antes de viagem a requerida informou que não poderia mais usar a reserva no período solicitado. Nesse sentido, os requerentes viajarão e acabam as suas expensas com novo hotel que havia reservado com café da manhã e valor (por isso não pode ser incluído anterior). Requerem condenação dos requeridos em indenização de R$ 23.284,71 (vinte e três mil duzentos e oitenta e quatro reais e setenta e um centavos), com juros e correção monetária, além de custas e honorários advocatícios. Encontrando-se a(o)(s) requerido(s) em lugar ignorado e incerto, foi determinada a sua CITAÇÃO por edital, para querem 15 (quinze) dias, a fluir após os 20 dias supra, venham se habilitar nos presentes autos, para que, querendo apresentem contestação, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, considerando-se-lhe(s), caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

Companhia Müller de Bebidas

C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054

Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam os acionistas da Companhia Müller de Bebidas convocados para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se, em 1ª convocação, no dia 30.4.2020, às 14:30 horas para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: *"(i)* deliberar acerca do relatório da administração, proposta de orçamento de capital e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2019; *(ii)* deliberar sobre a destinação do lucro líquido e dividendos referentes ao exercício social findo em 31.12.2019; e *(iii)* deliberar acerca da remuneração anual global máxima dos administradores". Enquanto perdurar a pandemia do COVID-19 e a Companhia continuar a priorizar a saúde e a integridade física de seus acionistas e colaboradores. Por essa razão, a forma de realização (presencial ou virtual) da assembleia ora convocada será definida oportunamente, a depender da evolução da pandemia no Brasil e no Estado de São Paulo ao longo das próximas semanas e em observância aos atos normativos e recomendações emitidos pelas autoridades públicas competentes. **Ricardo Gonçalves** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirassununga, 14.04.2020. (15,16,17)

Paragon Participações Ltda - CNPJ/MF 00.110.476/0001-19 - NIRE 35213698558

Extrato da Ata de Reunião de Sócios - Redução de Capital Social

Data, Hora, Local: 07.04.2020, às 10h, na sede, Rua Joaquim Floriano, 486, Conjunto 2415, 24º Andar, São Paulo/SP. **Presença**: os sócios Paulo Kepenhoff Goldfinger, Gregory Kepenhoff Goldfinger, Gregory Kepenhoff Goldfinger, representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Paulo Kepenhoff Goldfinger - Presidente, Gregory Kepenhoff Goldfinger - Secretário. **Deliberações Aprovadas:** a redução do capital social, que se tornou excessivo em relação ao objeto, artigo 1.082, inciso II, do Código, internamente integralizado, que passará dos atuais R$ 7.379.500,00 para R$ 5.000.000,00, conforme art. R$ 2.379.500,00. O montante da redução será devolvido ao sócio majoritário Paulo Kepenhoff Goldfinger, com a ciência e aprovação dos demais sócios, da seguinte forma: R$ 1.000.000,00 à vista, e restante parcelado em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 379.950,00, parcelado em até 12 meses a contar da data de efetivação da redução do capital mediante a averbação no Jucesp. O respectivo Alteração Contratual se dará no prazo de 90 dias. **Encerramento:** Nada mais. Paulo Kepenhoff Goldfinger (Presidente e Sócio Administrador), Gregory Kepenhoff Goldfinger (Secretário e Sócio) e Chantal Kepenhoff Goldfinger (Sócio).

ISEC Securitizadora S.A. - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

Edital de Convocação - 6ª Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Agronegócio da 4ª, 5ª e 6ª Séries da 1ª Emissão ISEC SECURITIZADORA S.A.

A ISEC Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), vem por meio deste, convocar os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 4ª, 5ª e 6ª Séries da 1ª Emissão da Securitizadora ("CRA"), nos termos da Cláusula 11.4. do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 4ª, 5ª e 6ª Séries da 1ª Emissão da Securitizadora S.A." ("Termo de Securitização") a reunirem-se em 1ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRA, **a realizar-se no dia 05 de maio de 2020, às 10h00**, de forma remota através da plataforma utilizada de comunicação Microsoft Teams, de conexão via internet, observada a Deliberação CVM nº 8448 de 25 de março de 2020 e o Ofício-Circular nº 6/2020/SNC/SEI datado de 26 de março de 2020, mediante envio de link para a participação da conferência pela Securitizadora, para deliberar sobre as seguintes ordem do dia: (i) medidas a serem adotadas, incluindo mas não se limitando ao vencimento antecipado de todos os termos da cláusula 3.7.1 do Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), e consequente Evento de Resgate Antecipado dos CRA, conforme termos da cláusula 6.1 do Termo de Securitização, em razão do inadimplemento pela Citrus Juice Eireli ("Emitente") das parcelas: (1) vencida em 25/03/2020 referente ao CDCA 0001/2018 e 002/2018; e (2) pagamento do CRA Subordinado vencido em 25/03/2020; (ii) dos Headers e serem adotadas em razão da ausência de recebimento pela Securitizadora dos dados referentes aos Contratos de Compra e Venda de Laranja de Cacau Secas ou Frescas de Frutas Cítricas cedidos em garantia para o CRA na conta do patrimônio separado; (iii) Caso não seja sejam aprovados os itens (i) e (ii) acima, avaliar a adoção de prorrogação dos pagamentos ("PMTs") CDCA/CRA de 25/03/20 a 25/07/20, ainda pela Emissora em 24 de março de 2020; e (iv) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, adotar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que a assembleia será instalada em primeira convocação com a presença dos Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRA em circulação, e em segunda convocação, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares dos CRA presentes na Assembleia Geral. Reforçamos que o link para a participação da conferência será enviado a cada um dos titulares que se cadastrar no e-mail: agentefiduciario@vortx.com.br, com antecedência mínima de 2 horas da realização da assembleia de representação (contrato/estatuto social, atas de eleição, procurações, documentos de identificação - RG e CPF - dos signatários) para o e-mails: assembleias@vortx.com.br; gestao@isecbrasil.com.br. Os titulares dos CRA poderão ser representados na assembleia por procurador, emitida há menos de um ano, por instrumento público ou particular com firma reconhecida e seu aditivo, bancário ou digital, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgante, bem como todos os demais documentos necessários para a verificação dos poderes. Para que a verificação de quórum seja feita com certa celeridade e de forma eficaz, solicitamos que os instrumentos de mandato com poderes para representação e voto em Assembleia Geral sejam encaminhados com antecedência mínima de 2 horas da realização da Assembleia e a Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, conjunto 202, 2º andar, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, 01452-000, e-mail: assembleias@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br e gestao@isecbrasil.com.br.

São Paulo, 14 de abril de 2020.

**

ESTEIO-ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS S.A.

Rua Dr. Reynaldo Machado n° 1.151 - Prado Velho
CURITIBA-PARANÁ
CNPJ/MF n° 76.650.191/0001-07

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, esta Diretoria tem o grato prazer de submeter à apreciação de V.S.ªs., as contas relativas ao Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2019, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes. Permanecemos a disposição para quaisquer esclarecimentos que entendam necessários.

Aos senhores, aos nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras, empregados, a todos quantos, enfim, colaboraram conosco, deixamos consignados os nossos agradecimentos.

Curitiba, 31 de dezembro de 2019
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	**46.240.886,90**	**45.185.121,05**			
Disponibilidades	1.824.701,48	3.038.347,51	**CIRCULANTE**	**15.553.872,83**	**12.984.049,65**
Contas a Receber de Clientes	22.647.532,78	22.367.496,98	Fornecedores	448.249,31	322.213,38
Impostos e Contribuições a Compensar	285.945,64	771.881,92	Obrigações Fiscais e tributárias	7.689.885,28	5.545.745,22
Créditos a Receber de Terceiros	17.875.969,37	16.800.649,43	Adiantamentos de Clientes	891.627,19	
Adiantamento a Fornecedores	25.476,44		Salários a Pagar	315.160,59	2.135.097,43
Conta corrente Consórcios	3.581.261,19	2.206.745,21	Provisões e encargos sociais trabalhistas	573.787,95	614.476,82
NÃO CIRCULANTE	**17.469.054,88**	**15.716.115,07**	Financiamentos	766.424,96	202.357,99
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	**8.209.236,71**	**8.328.892,10**	Conta corrente Consórcios	4.868.737,55	4.164.158,81
Empréstimos Compulsórios	597.034,92	597.034,92			
Depósitos Judiciais	921.478,58	1.041.879,01	**NÃO CIRCULANTE**	**14.618.446,16**	**12.033.589,53**
Empréstimos a pessoas ligadas	6.690.743,21	6.689.978,17	Provisão para Contribuição Social	554.240,00	438.282,60
PERMANENTE	**9.259.798,17**	**7.387.222,97**	Provisão para Imposto de Renda	1.045.760,00	806.558,45
INVESTIMENTOS	**1.441.929,01**	**1.575.504,32**	Obrigações com a controladora	54.391,23	54.391,23
Participações em outras Sociedades	1.436.770,18	1.370.345,49	Financiamentos	12.964.054,93	10.734.357,25
Incentivos Fiscais	5.158,83	5.158,83			
IMOBILIZADO	**7.817.869,16**	**6.011.718,65**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**33.537.622,79**	**35.883.596,94**
Aeronaves	1.106.889,31	1.106.890,31	Capital Social	12.000.000,00	12.000.000,00
(-) Depreciação	(540.565,24)	(483.777,10)	Reserva Legal	2.400.000,00	2.400.000,00
Imóveis - Edificações	2.146.357,07	2.146.357,07	Reserva de Lucros	12.033.220,46	14.379.194,61
Veículos	7.887.983,27	7.414.798,47	Distribuição Participação Consórcio	7.104.402,33	7.104.402,33
Equipamentos Técnicos	38.536.915,00	37.806.242,05			
Móveis, Utensílios e Instalações	839.023,07	837.973,07			
Marcas e Patentes	1.220,54	1.220,54			
Direito de uso de Sistemas	4.010.911,41	3.164.681,90			
Direito sobre Telefones	45.785,07	45.785,07			
(-)Depreciação/amortização acumulada	(46.216.650,34)	(46.028.452,73)			
TOTAL DO ATIVO	**63.709.941,78**	**60.901.236,12**	**TOTAL DO PASSIVO**	**63.709.941,78**	**60.901.236,12**

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA - DFC - INDIRETO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1. Atividades operacionais				
Lucro líquido do período				**6.372.928,81**
(+) Depreciações				841.359,26
(-) Ajustes Exercício Anterior				(5.287.603,20)
Variações no circulante				**1.926.684,37**
(Aumento)/ Redução das contas do Ativo	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2019**	**Variações**
Clientes	25.749.459,96	22.367.496,98	22.647.532,78	(280.035,80)
Outras contas a receber	16.529.326,96	19.007.394,64	21.482.707,00	(2.475.312,36)
Imp. e contrib. a recuperar	2.531.878,05	771.881,92	285.945,64	485.936,28
Realizável a longo prazo	8.784.527,68	8.328.892,10	8.209.256,71	119.635,39
Total ativo circulante	**53.595.192,65**	**50.475.665,64**	**52.625.442,13**	(2.149.776,49)
Aumento/ (Redução) das contas do Passivo				
Fornecedores	192.578,34	322.213,38	448.249,31	126.035,93
Antecipação de clientes	198.268,01	0,00	0,00	0,00
Impostos e contrib. a recolher	4.871.247,58	5.545.745,22	7.689.885,28	2.144.140,06
Salários e férias a pagar	689.083,70	2.135.097,43	315.160,59	(1.819.936,84)
Outras contas a pagar	6.744.410,85	4.366.516,80	6.526.789,70	2.160.272,90
Provisões Sociais e Trabalhistas	583.928,33	614.476,82	573.787,95	(40.688,87)
Exigível a Longo Prazo	8.992.912,30	12.033.589,53	14.618.446,16	2.584.856,63
Total passivo circulante	**22.272.429,11**	**25.017.639,18**	**30.172.318,99**	**5.154.679,81**
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais:				**4.931.588,19**
2. Atividades de investimentos				
(-) Aquisições do ativo permanente				(2.443.997,65)
(-) Baixa Depreciação Acumulada				(270.000,00)
(-) Redução de Investimentos				
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos:				(2.713.997,65)
3. Atividades de financiamentos				
(-) Distribuição de lucros				
Dividendos distribuídos				**3.431.236,57**
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos:				(3.431.236,57)
4. Redução líquidas das disponibilidades				(1.213.646,03)
Disponibilidades imediatas em :	**31/12/2019**			**1.824.701,48**
	31/12/2018			**3.038.347,51**
Aumento / (redução) líquidas das disponibilidades				(1.213.646,03)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2019

	31/12/2019	31/122018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**38.296.129,93**	**47.965.315,11**
RECEITAS DE VOO	388.631,54	346.288,29
OUTRAS RECEITAS	37.907.498,39	47.619.026,82
(-) Impostos sobre serviços	(3.249.795,86)	(4.189.093,57)
=RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**35.046.334,07**	**43.776.221,54**
(-) Custos dos Serviços Aereos	(1.320.636,14)	(1.235.908,10)
Tripulantes	(386.585,89)	(383.087,14)
Combustivel	(283.784,83)	(109.105,85)
Depreciação	(61.323,68)	(56.789,16)
Manutenção	(169.600,40)	(115.693,50)
Seguros de Aeronaves	(188,16)	(22,77)
Arrendamentos	(359.436,73)	(543.516,37)
Tarifas de Auxílio à Navegação	(20.390,67)	(7.516,36)
Tarifas Aeroportuárias	(39.325,78)	(20.176,95)
(-) Outros Custos dos Serviços Prestados	(19.506.568,34)	(29.589.603,36)
LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	14.219.129,59	12.950.710,08
(-) Honorários da Diretoria	(557.475,52)	(793.989,00)
(-) Despesas Tributárias	(686.591,30)	(571.379,11)
(-) Despesas Administrativas	(3.893.374,36)	(3.948.184,58)
(+) Receitas Financeiras	147.778,98	164.809,75
(-) Despesas Financeiras	(2.293.487,86)	(1.917.687,96)
(+) Variações Monetárias Ativas	14.732,02	2.641,26
(-) Variações Monetárias Passivas		(73.810,20)
(=) Resultado Operacional	**6.950.711,55**	**5.813.110,24**
(+) Receita não operacional	797.602,13	250.635,55
(+)Reversão das Provisões	1.244.841,05	1.264.516,18
(=) Lucro antes da Provisão para CS e IR	**8.993.154,73**	**7.328.261,97**
(-) Provisão para Contribuição Social	(835.618,38)	(744.416,93)
(-) Provisão para Imposto de Renda	(1.784.607,54)	(1.632.931,34)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	**6.372.928,81**	**4.950.913,70**
LUCRO POR AÇÃO	0,5311	0,4125

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LIQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	INCENTIVOS FISCAIS	RESERVA LEGAL	RESERVA LUCROS	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2018	12.000.000,00			2.400.000,00	21.483.596,97	35.883.596,97
AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES					(5.287.603,20)	(5.287.603,20)
RESULTADO DO EXERCÍCIO					6.372.865,59	6.372.865,59
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS					(3.431.236,57)	(3.431.236,57)
SALDOS EM 31/12/2019	12.000.000,00			2.400.000,00	19.137.622,79	33.537.622,79

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Esteio iniciou suas atividades em 30 de dezembro de 1968, é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na cidade de Curitiba – Brasil, e tem como principal atividade atuação como empresa de consultoria, cujas atividades se concentravam na execução de projetos e supervisão de obras de engenharia civil. A crescente necessidade da utilização de levantamentos aerofotogramétricos levou a Esteio a equipar-se e a preparar uma equipe técnica para a realização de serviços de aerolevantamentos. Assim, a partir de 1976 passou a executar serviços de cobertura aerofotogramétrica e mapeamento convencional, sendo hoje, uma empresa de destaque nas áreas em que atua, possuindo em seu acervo, grande quantidade de serviços executados, com a aplicação de tecnologia de vanguarda e atuação em âmbito nacional.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As presentes Demonstrações Financeiras são de responsabilidade da administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Disposições da Lei das Sociedades por Ações e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A mensuração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas e julgamentos. Tais aspectos correlacionam um grau mais analítico ou até mesmo mais complexo na preparação das mesmas, a premissas e estimativas mais significativas estão divulgadas nas notas a seguir:

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em reais, exceto aqueles indicados de outra forma.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Reconhecimento de Resultados

A receita, os custos e as despesas são reconhecidos e apropriados ao longo do período pelo regime de competência. As receitas são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados. Os custos e despesas são apropriados quando incorridos.

b) Mensuração dos Ativos

A Esteio revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, financeiras, operacionais ou tecnológico.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações foram:

3.1 ATIVOS FINANCEIROS

A Esteio determina a classificação e avaliação de seus ativos financeiros conforme suas formalizações com os entes envolvidos. A classificação depende da finalidade quando da aquisição dos ativos financeiros. Os ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo e as receitas ou custos da transação são refletidos na demonstração de resultado. Na data do balanço a empresa avalia se há evidência de perda em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros.

3.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, calculadas *pro rata* e apropriadas mensalmente e representam as disponibilidades da empresa.

3.1.2. Demais Ativos Circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização. O contas a receber de clientes, representam em sua grande parte direitos de créditos da empresa, junto aos Órgãos Públicos Municipais, Estaduais, Federais e economia mista. Embora os prazos de recebimentos, em muitos casos, excedam os pactuados formalmente com os entes públicos a empresa considera o risco de crédito como sendo baixo e assim não constitui provisão para devedores duvidosos.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

3.2.1. Investimentos em Participações Societárias

Os investimentos em outras sociedades estão de acordo com a legislação vigente. A aplicação do método de equivalência patrimonial pressupõe que o investimento seja mensurado inicialmente ao custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da parte do investidor nas alterações dos ativos líquidos da investida. Além disso, leve constar no resultado do período do investidor a parcela que lhe couber nos resultados gerados pela investida. A empresa contabiliza os reflexos das participações como resultado da equivalência patrimonial.

3.2.2. Imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição e ajustado por depreciações calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil dos bens. A Sociedade não realiza estudos de recuperabilidade de ativos (CPC 01), devido às particularidades de suas atividades operacionais, o qual não diverge significativamente do valor justo.

3.2.3. Ativos Intangíveis (Softwares)

Os ativos intangíveis são contabilizados com base nos custos incorridos e amortizados durante sua expectativa de vida útil - como regra geral de 5 anos.

3.3 PASSIVOS

3.3.1 Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os passivos são registrados com base nas transações levando-se em consideração em geral o reconhecimento pelo valor justo. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.3.2 Fornecedores

São normalmente pelo valor da fatura correspondente.

3.3.3 Empréstimos e Financiamentos

Nas transações iniciais são reconhecidos pelo valor justo líquido e ao longo dos períodos, conforme relação contratual, são apresentados pelos saldos amortizados.

3.3.4 Provisões

São reconhecidas quando a entidade possui uma provável obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, que provavelmente, sejam requeridos recursos econômicos para saldar a obrigação.

3.3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência sendo as provisões lançadas no exigível a longo prazo, representam o referido imposto e respectiva contribuição, sobre os lucros diferidos, em conformidade com a legislação aplicável. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são eventualmente compensados conforme disposição legal e tributária.

3.4 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital subscrito e integralizado está representado por 12.000.000 (doze milhões) de ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. Parte significativa dos lucros permaneceu na sociedade para seu fortalecimento. Outra parte foi destinada para formação de reserva de lucros e o saldo remanescente em lucros acumulados para futura distribuição. A empresa não possui regra para pagamento de lucros e as distribuições ocorrerem conforme cada deliberação.

3.5 SEGURO

A Esteio possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

3.6 EVENTOS SUBSEQUENTES

A Esteio esclarece que em consonância com o disposto no CPC 24 – Eventos Subsequentes, com as atuais informações e dados a respeito da pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2) e o impacto em suas operações, não foram identificados nesse momento, efeitos relevantes que podem impactar suas Demonstrações Financeiras, a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis. Considerando, porém, a possibilidade de inovações significativas e regulamentares pelo Executivo, a Administração informa que ainda não foi possível identificar alterações significativas nas operações, como redução do fluxo recebível dos direitos creditórios. A empresa segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação, assim como regulamentações legais a respeito do tema e avaliará, de acordo com a evolução do quadro, a necessidade de divulgação acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - *Continuação*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
ESTEIO - Engenharia e Aerolevantamentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ESTEIO - Engenharia e Aerolevantamentos S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ESTEIO - Engenharia e Aerolevantamentos S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Observamos o surgimento de riscos relacionados à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2) que está impactando os negócios em geral. Notadamente no ramo de serviços em que a empresa está sediada, poderá ocorrer riscos na continuidade dos negócios associados à suspensão de contratos e, também, ao não recebimento de créditos. Tais situações podem acarretar aumento das estimativas de perdas que devem ser, em algum momento e dependendo do caso concreto, reconhecidas. Outras situações relacionadas a instrumentos financeiros também podem ser afetadas e deverão ser avaliadas oportunamente, com seus reflexos e impactos considerados.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou, quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 30 de março de 2020.

Master Auditores Independentes S/S
CRC/PR Nº 004541/O-1

Valdecir Cavalheiro
Contador CRC/PR Nº PR027460/O-5

DIRETORIA

Carlos Valério Avais da Rocha
Diretor Presidente

Carlos Lucidório Trindade
Diretor Financeiro

Sonia Graziela Pedrini
Contadora
CRC – 054120-O-0

Governo do Paraná envia Lei de Diretrizes Orçamentárias para a Assembleia

O Governo do Estado encaminhou na quarta-feira (15) para a Assembleia Legislativa a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2021. A peça prevê uma arrecadação total de R$ 47,7 bilhões. O valor é 3,1% maior do que o orçamento estimado para 2020, de R$ 46,2 bilhões.

A previsão para este ano, porém, não vai se confirmar. O chefe da Casa Civil, Guto Silva explicou que o Paraná já sente os efeitos econômicos da pandemia do coronavírus que assola o mundo. Segundo ele, o Estado trabalha com uma queda de receita de até R$ 3 bilhões em 2020.

O desempenho da economia neste ano também impactará em 2021. A LDO estima uma queda de R$ 2,1 bilhões na receita tributária, passando de R$ 38,9 bilhões para R$ 36,8 bilhões. "A LDO desenha o futuro orçamentário do Estado. Após uma grande análise, ancorada na queda de arrecadação, chegamos a um número prudente", afirmou Guto Silva durante o ato de entrega da peça ao presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano.

"A ruptura no orçamento é significativa, por isso estamos todos fazendo o dever de casa, revendo despesas e custeio. E esperando por um socorro do Governo Federal", acrescentou.

Guto Silva garantiu, contudo, que o Governo do Estado manterá o cronograma de contratações, com a conclusão dos concursos em andamento. A Polícia Civil do Paraná (PCPR) vai contratar 400 novos servidores, sendo 50 delegados, 300 investigadores e 50 papiloscopistas.

Outras 2,4 mil vagas são destinadas para a incorporação de soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. "Segurança, saúde e educação não podem parar. Trabalhamos no sentido de garantir o bem-estar do paranaense", disse.

Presidente da Assembleia, Ademar Traiano destacou que o Governo do Estado cumpre o prazo constitucional ao encaminhar neste momento a LDO ao Legislativo. Segundo ele, a peça será analisada pelo deputados, podendo sofrer alterações.

A Assembleia tem até o encerramento do semestre legislativo, em julho, para apreciar e votar o projeto. "A LDO é que vai nortear as ações administrativas do Governo. Sabemos da queda na economia e estamos juntos pensando em ações que possam socorrer a população do Estado", ressaltou Traiano.

Participaram também do ato o secretário do Planejamento e Projetos Estruturantes, Valdemar Bernardo Jorge; e os deputados estaduais Hussein Bakri (líder do Governo), Tiago Amaral (vice-líder) e Luiz Cláudio Romanelli. (AENPR)

Jornal ODIASP
3258-0273

Governo pode liberar recursos extras para auxílio emergencial

Com orçamento de R$ 98,2 bilhões para os próximos três meses, o auxílio emergencial poderá ter recursos extras liberados caso a demanda fique maior que o previsto, disse na quarta-feira, (15) o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues. Segundo ele, não há limites na verba do benefício pago às camadas sociais mais afetadas pela pandemia de coronavírus, mesmo que a liberação aumente o rombo nas contas públicas neste ano.

"Caso haja demanda além dos R$ 98,2 bilhões, o governo federal analisará e, atendendo a diretriz de cobertura dos mais vulneráveis e da manutenção do emprego, [a demanda] será atendida. Isso vai gerar um aumento das despesas primárias, mas a diretriz do governo é direta. Em 2020, associado à calamidade pública, não faltará recursos para atendimento a esses estratos nem a essas diretrizes", disse o secretário.

O governo calculou o orçamento para o auxílio emergencial com base na projeção de que 54 milhões de brasileiros receberiam o benefício de R$ 600 (R$ 1,2 mil para mães solteiras) pelos próximos três meses. No entanto, o Ministério da Cidadania tem informado que até 71 milhões de pessoas enquadram-se nas condições para requerer o benefício.

Segundo Rodrigues, o pagamento do auxílio emergencial tem alta complexidade técnica, e o governo tem dificuldade de saber quem e quantos são os potenciais beneficiários. Embora o Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) e o Bolsa Família forneçam uma estimativa dos brasileiros em situação de vulnerabilidade, o secretário informou que os números sobre os trabalhadores informais são imprecisos.

Rodrigues disse que inicialmente o governo esperava que 20 milhões dos 38 milhões de trabalhadores informais fossem requerer o auxílio emergencial, mas que a demanda final pode ser maior.

Uma eventual ampliação do orçamento para o auxílio requer a edição de créditos extraordinários, que precisam ser votados pelo Congresso. Apesar de piorarem o déficit primário do governo, esses créditos não violam o teto de gastos por se tratar de gastos emergenciais, que podem ser concedidos fora do limite de despesas federais. (Agência Brasil)

Governo do Estado do Paraná repassa mais R$ 319,3 mi para a Saúde

O governador Carlos Massa Ratinho Junior autorizou na quarta-feira (15) crédito suplementar de R$ 319,3 milhões para a Secretaria de Estado da Saúde apoiar os municípios nas estratégias de enfrentamento contra o novo coronavírus.

Os recursos serão usados para infraestrutura das unidades próprias, leitos contratados para apoiar o atendimento no sistema público, compra de equipamentos, materiais e pagamento do quadro funcional.

"É uma soma expressiva que vai agilizar o planejamento do Estado no combate ao coronavírus. Tomamos decisões diárias para conter a pandemia e nossa estrutura está ganhando corpo, com novos leitos, profissionais e equipamentos. Esse é um reforço importante para diminuir o impacto da doença sobre a população paranaense", afirmou Ratinho Junior.

Essa rubrica é resultado da interrupção do pagamento de seis meses das parcelas da dívida do Paraná com a União. No final de março, o Governo do Estado conseguiu uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu os repasses desde que os recursos fossem direcionados parra o combate ao novo coronavírus. O Estado ainda pleiteia junto ao governo federal o adiamento das parcelas por doze meses.

Em março, a Secretaria da Fazenda já havia liberado R$ 100 milhões para utilização em ações de enfrentamento à pandemia. Esses recursos se somam a injeções financeiras extraordinárias com apoio da Assembleia Legislativa do Paraná (R$ 37,7 milhões), do Ministério Público do Trabalho (R$ 6,5 milhões), do Tribunal de Justiça do Paraná (R$ 50 milhões), do Tribunal de Contas do Estado (R$ 15 milhões) e da Defensoria Pública do Paraná (R$ 8 milhões).

O Paraná tem uma rede contratada de hospitais próprios, municipais, universitários, de santas casas, privados e privados-filantrópicos para atender a demanda estadual de atendimento. Nove hospitais são considerados estratégicos em Curitiba, Cascavel, Francisco Beltrão, Londrina, Paranaguá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Maringá e Umuarama.

Os hospitais regionais de Guarapuava (Centro-Sul), Ivaiporã (Vale do Ivaí) e Telêmaco Borba (Campos Gerais) vão se incorporar a essa rede nos próximos 45 dias com mais 210 leitos (50 de UTI e 160 enfermarias) para reforçar o atendimento nessas regiões. As três estruturas ficariam prontas apenas no final do ano e as obras foram adiantadas para que atendam doentes com infecções causadas pelo novo coronavírus.

Até quinta-feira (9), o Governo do Estado havia contratado 419 novos leitos adultos de UTI em todas as regiões, incluindo áreas dos hospitais universitários de Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa.

A Secretaria da Saúde tem capacidade orçamentária para contratar mais 629 novos leitos adultos de UTI em toda a rede hospitalar para uso de pacientes do SUS que necessitem tratamento para a Covid-19.

Nas últimas semanas o Governo do Estado também autorizou a contratação de 362 novos servidores. Eles já finalizaram as avaliações médicas e estão atuando nos municípios. (Aenpr)

MP de Renda Emergencial preserva mais de 1,7 mil empregos

O total de empregos preservados por meio de acordos firmados pelo Programa de Renda Emergencial, criado pela Medida Provisória 936, era de 1.707.226 até as 15h de quarta-feira, (15) segundo dados da Dataprev (Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência). O balanço foi divulgado no início da noite pelo Ministério da Economia, em Brasília.

Segundo nota do ministério, "o programa prevê a concessão de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda aos trabalhadores que tiverem jornada reduzida ou contrato suspenso e ainda auxílio emergencial para trabalhadores intermitentes com contrato de trabalho formalizado." O benefício foi criado para tentar reduzir os efeitos econômicos do novo coronavírus.

O valor do benefício emergencial é igual ao seguro-desemprego a que o empregado teria direito. Nos casos de redução de jornada de trabalho e de salário, será pago pela União o percentual do seguro-desemprego equivalente ao percentual da redução. A estimativa é de que o investimento total seja de R$ 51,2 bilhões. (Agência Brasil)

WWW.JORNALODIASP.COM.BR

País tem 3.058 casos de covid-19 em um dia e total sobe para 28.320

O Brasil bateu recorde de casos confirmados do novo coronavírus (covid-19) em um dia. De acordo com a atualização dos números divulgada pelo Ministério da Saúde, na quarta-feira (15), foram registrados 3.058 casos de infecção pelo novo coronavírus, totalizando 28.320. O número de mortes em 24 horas foi de 204, totalizando 1.736 óbitos em todo o país.

O aumento no número de casos foi de 12% em relação ao dia de ontem (14), quando foram contabilizados 25.262, e de 27% em relação a segunda-feira (13), quando o balanço do Ministério da Saúde indicava 22.169 pessoas infectadas.

Já o número de óbitos subiu 13% em relação a ontem, quando o país contabilizava 1.532 mortes. Na comparação com segunda-feira, quando eram 1.223 óbitos, representou uma elevação de 42%.

O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, participa de entrevista coletiva ao lado de outros representantes da pasta para falar sobre as ações de enfrentamento à covid-19 e detalhar os dados sobre a doença no país.

São Paulo concentra o maior número de óbitos (778), com três vezes o número do segundo colocado, o Rio de Janeiro (265). Os estados são seguidos por Pernambuco (143), Ceará (116) e Amazonas (106).

Além disso, foram registradas mortes no Paraná (38), Maranhão (34), Minas Gerais (30), Santa Catarina (28), Bahia (27), Pará (21), Paraíba (21), Rio Grande do Norte (19), Rio Grande do Sul (19), Espírito Santo (18), Distrito Federal (17), Goiás (15), Piauí (oito), Amapá (sete), Alagoas (cinco), Sergipe (quatro), Mato Grosso do Sul (quatro), Mato Grosso (quatro), Acre (três), Roraima (três), Rondônia (duas) e Tocantins (uma).

A taxa de letalidade do país ficou em 6,1%, mesmo índice registrado ontem.

Em relação ao perfil das vítimas dos óbitos em decorrência da covid-19, 60% são homens e 40%, mulheres. Pessoas acima de 60 anos representam 73%. A participação dessa faixa etária, considerada de risco, diminui. Há duas semanas era de cerca de 90%.

Entre as pessoas que morreram, 73% possuíam alguma doença, condição denominada pelos médicos de "fator de risco". Do total de mortos, 502 tinham algum problema no coração, 508 estavam com diabetes, 152 apresentavam alguma complicação respiratória (pneumopatia) e 119 possuíam alguma condição neurológica.

As hospitalizações em razão da covid-19 chegaram a 6.634. Segundo o Ministério da Saúde, 21.746 pessoas hospitalizadas com Síndrome Aguda Respiratória Grave (SRAG) ainda estão tendo a causa investigada. Outras 13.232 possuem essa condição, em uma categoria definida pelo Ministério como "SRAG não especificado". (Agência Brasil)

Covid-19: Fiocruz se torna laboratório de referência na América Latina

Após ser considerada referência laboratorial em coronavírus nas Américas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) deve receber nas próximas semanas amostras de países latino americanos para ajudar na análise do genoma do SARS-Cov-2, nome científico do agente causador da covid-19.

A OMS nomeou na semana passada o Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) como laboratório de referência do continente, ao lado do Laboratório para Diagnóstico de Vírus Respiratórios do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), dos Estados Unidos.

A chefe do laboratório, Marilda Siqueira, comemorou o reconhecimento ao trabalho desenvolvido por pesquisadores da Fiocruz e pelo Ministério da Saúde ao longo de décadas. Em entrevista à Agência Brasil, a pesquisadora contou que o laboratório brasileiro participou na terça-feira, (14) da primeira reunião, por videoconferência, com laboratórios de toda a América Latina. O encontro foi uma iniciativa da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS), e deve se repetir dentro de 15 dias. À distância, pesquisadores expuseram dúvidas e dificuldades em relação à doença.

"Os responsáveis por cada laboratório nacional tinham muitas dúvidas, então, ajudamos a esclarecer. Muitas coisas a gente respondeu. Essa é uma questão dinâmica", conta a pesquisadora. "Uma prioridade agora é o envio de amostras dos países para o Brasil, para fazer análise genômica. Quem está coordenando isso é a OPAS."

A análise genômica permite saber como se deu a dispersão do vírus em cada país, identificando por exemplo se ele chegou a partir de várias introduções vindas do exterior ou se poucos pontos disseminaram a infecção ao longo do território nacional. Além de uma comparação com amostras de outras partes do mundo, a análise também permite acompanhar a evolução temporal do vírus dentro do próprio país.

"Isso é importante para definir estratégias de controle da doença, e para monitorar essas estratégias", explica Marilda Siqueira, que acrescenta que esse conhecimento genético também será relevante para que a efetividade de futuras vacinas ou antivirais seja verificada e aprimorada. "O vírus muda muito ou não muda muito ao longo do tempo? As mudanças que vão ocorrer no vírus podem ou não podem influenciar em uma vacina quando ela estiver pronta?", indagou.

Ao ser considerado referência no continente, o laboratório assume também outras responsabilidades, como apoiar a introdução de novas metodologias de diagnóstico na região e preparar painéis de controle de qualidade, para avaliar a capacidade de testagem de cada país. "A gente vai, daqui a alguns meses, preparar uma série de amostras que vamos enviar para os países. Amostras sabidamente positivas e outras sabidamente negativas, para eles testarem e nós verificarmos como está a capacidade deles em reconhecer amostras negativas e positivas."

O apoio a laboratórios de outros países já havia começado antes mesmo da nomeação oficial. À pedido da Opas, técnicos de nove laboratórios de países latino americanos foram capacitados na Fiocruz em fevereiro para se prepararem para a chegada do novo coronavírus a seus países.

Com as medidas de isolamento e as restrições a viagens, esse tipo de orientação agora só pode ocorrer por meio de videoconferências e o compartilhamento de informações na internet. "A gente distribui os protocolos e discute por Skype ou qualquer outra maneira", afirmou a pesquisadora.

Referência desde 1957

O Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo já conta com reconhecimento internacional há mais de 60 anos. Desde 1957, o laboratório integra o Sistema Global de Vigilância e Resposta à Gripe, e participa da análise que contribui para a composição da vacina anual contra o influenza.

Nos últimos anos, o laboratório atuou ainda como referência nacional para Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) e ebola.

Na Fiocruz desde 1981, Marilda Siqueira considera que a pandemia de covid-19 é um dos períodos de mais intenso trabalho no laboratório, que tem funcionado durante mais de 12 horas por dia e também nos fins de semana. A pesquisadora lembra da pandemia de influenza, em 2009, como um momento ainda mais intenso, mas com outra visibilidade.

"O influenza é um vírus contra o qual já tínhamos antivirais. Isso ajudava a diminuir o medo, e sabíamos que em seis meses teríamos uma vacina. O impacto no psicológico das pessoas foi muito diferente, e as estratégias usadas para controle foram muito diferentes", concluiu. (Agência Brasil)

Capes cria mais 850 bolsas para pesquisas em pandemias

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou na quarta-feira, (15) que oferecerá mais 850 bolsas de pós-graduação para pesquisadores interessados em desenvolver produtos e soluções relacionados à pandemias. A iniciativa é a segunda etapa do Programa Estratégico Emergencial de Prevenção e Combate a Surtos, Endemias e Epidemias, inaugurado em abril de 2020, e que ofertou 1.750 vagas para cursos de pós-graduação por meio de edital.

"[Os programas de pós-graduação em saúde] são muito estratégicos para o país, a exemplo do papel que podem desempenhar diante da epidemia que atravessamos", afirmou o presidente da Capes, Benedito Aguiar. O presidente acredita que o financiamento de profissionais especializados é "fundamental na contribuição da saúde coletiva e prevenção de doenças infecciosas em geral, que afetam há anos o Brasil."

A distribuição das bolsas tem objetivos específicos. Das 850 vagas disponíveis, 300 serão destinadas às áreas de ciências exatas, engenharia, tecnologias e cursos multidisciplinares. De acordo com a Capes, essas bolsas vão financiar estudos sobre desenvolvimento de novas tecnologias de segurança sanitária e hospitalar, novas soluções e formas de produção de equipamentos de proteção individual (EPIs) e métodos de monitoramento, análise e mapeamento de surtos. A abertura dessas 300 novas vagas marca o fim da primeira etapa do programa.

As 550 bolsas remanescentes farão parte da segunda etapa planejada pela Capes, mas que já conta com dois editais publicados. O primeiro processo seletivo busca pesquisadores na área de fármacos e imunologia. O segundo busca soluções inovadoras em telemedicina e análise computacional de dados médicos.

Para fármacos e imunologia, a Capes reservou 35 projetos, cada um com 10 vagas para pesquisadores, no total de 350 vagas. Os 35 projetos estão divididos em seis áreas de pesquisa: protótipos de fármacos antivirais, desenvolvimento de vacinas e produtos imunobiológicos, estudos e desenvolvimento de testes rápidos para o novo coronavírus, detecção da doença em animais e as inter-relações com humanos, ensaios in vitro para o estudo do SARS-CoV-2 e reposicionamento de fármacos.

As bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado do segundo edital serão destinadas à pesquisa de formas de atendimento remoto e monitoramento em larga escala de epidemias e pandemias. São 200 bolsas que serão divididas entre 22 projetos. As pesquisas devem criar sistemas de atendimento médico remoto, softwares de processamento de imagens e de interpretação de exames (tomografias, raios-x, ultrassom), ferramentas de análise de dados com uso de inteligência artificial e técnicas de controle e prevenção de epidemias. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos